

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SETOR DE ATENDIMENTO

CERTIDÃO

Número MP: 02.2021.00021889-5

Asssunto: solicitação informações operadoras de de saúde Hapvida e Unimed

Fortaleza – comissão de inquérito da pandemia – Senado Federal

Certifico, para os devidos fins, que após realizar pesquisa junto ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor- SINDEC, no período de 01 março de 2020 a 27 de agosto de 2021, foi encontrado procedimento administrativo *ex officio* contra o Plano de Saúde Hapvida, em 23 de junho de 2020, através do n° 23.001.001.20-0007822, referente a aplicação do chamado tratamento precoce contra a COVID-19. Certifico, ademais, que foi encontrado atendimento simples consulta de n° 23.001.001.21-0007221, em nome da Sra. Patrícia de Araújo Viana, registrado em 01 de junho de 2020, o qual gerou o ofício de n°0292/2020/SEPEPDC.

Fortaleza, 27 de agosto de 2021.

Ticiano Gomes Feitosa Técnico Ministerial DECON/CE



MEMO nº: 0528/2021/SEPEPDC Fortaleza, 30 de agosto de 2021

Referência nº MP: 09.2021.00021889-5

Assunto: resposta à solicitação constante nos ofícios nº 2276/2021 e 2279/2021-CPIPANDEMIA

(informações de procedimentos administrativos em tramitação no MPCE contra as operadoras de planos de saúde Unimed Fortaleza e Hapvida – 'tratamento prococe contra a COVID-19')

Ao Excelentíssimo Senhor

MANUEL PINHEIRO FREITAS

Procurador-Geral de Justiça do Ceará
Nesta

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, através do presente expediente, encaminhar resposta à solicitação constante nos ofícios nº 2276/2021 e 2279/2021-CPIPANDEMIA, oriundos do Senado Federal, acerca de informações de procedimentos administrativos em tramitação no MPCE contra as operadoras de planos de saúde Unimed Fortaleza e Hapvida, que versem sobre a aplicação do chamado 'tratamento prococe contra a COVID-19', a fim de instruir a Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia.

Em atendimento à solicitação, foi determinada ao Setor de Atendimento do DECON/CE, mediante despacho constante nos autos à fls. 12/13, a realização de diligência para consultar e certificar a existência de eventuais registros formais de reclamações instauradas contra referidas operadoras, no período de março de 2020 até a presente data.

Em cumprimento, o coordenador do Setor de Atendimento e gestor do Sistema SINDEC no Ceará certificou a localização de 01 (um) procedimento no âmbito deste órgão de defesa do consumidor, em face da empresa Hapvida Assistência Médica LTDA.



Assim, visando a comunicação do resultado ao órgão solicitante, cumpre-nos o dever de encaminhar as informações extraídas do processo administrativo FA nº 23.001.001.20-0007822, o qual foi instaurado *ex officio* pela Secretaria Executiva do DECON/CE, em 23/06/2020, a partir da tomada de declarações do médico Felipe Peixoto Nobre.

O profissional, até então conveniado àquela operadora e exercendo suas atividades no Hospital Antônio Prudente, apresentou as seguintes alegações:

- 1) Hapvida estaria auditando prontuários médicos de clientes confirmados com a doença; elaborando ranking de médicos 'ofensores' (por não utilizarem a hidroxicloroquina);
- operadora teria afirmado que "não cabe discussão sobre a hidroxicloroquina" comunicando aos profissionais que deveriam parar de informar aos pacientes sobre o risco da medicação;
- 3) declarante foi questionado pela operadora acerca do motivo de não estar prescrevendo o dito medicamento; após contestar a eficácia da cloroquina e seus derivados, em virtude da liberdade médica do profissional, findou por ser desligado do convênio.

O termo de declarações foi lavrado inicialmente no processo administrativo de acompanhamento da conduta e prestação de serviços dos planos de saúde e rede hospitalar privados, PA nº 09.2020.00001226-0, especificamente aos casos relacionados à Covid-19.

As demandas relacionadas ao objeto do PA de acompanhamento são recepcionadas e anexadas àquele processo, que possui finalidade abrangente, a fim de que sejam devidamente analisadas e diligenciadas de acordo com o procedimento específico de tratativa dos casos configurados.

Em 15 junho de 2020, após o recebimento de manifestações de consumidores que relatavam negativa de determinados planos de saúde para realização de testes diagnósticos de COVID-19, buscou-se, naquele momento de ápice da pandemia e suspensão das atividades presenciais do DECON/CE, adequar os procedimentos para torná-los mais eficazes à resolução das demandas.

Assim, restou determinada a expedição de ofícios aos planos de saúde para que cumprissem, no prazo de 48 horas, a resolução normativa nº 453/2020 - ANS, a qual regulamentou a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para detecção do novo coronavírus.



À época, após o recebimento de demanda contra o Hapvida que aduzia irregularidades no procedimento adotado pelo plano para tratar doença advinda da COVID-19, verificou-se que a consumidora Ana Patrícia de Araújo Viana relatou, em cadastro de 'simples consulta' junto ao DECON/CE, registrado sob o nº 23.001.001.20-0007221, que teria começado a usar hidroxcloroquina sem fazer o teste de detecção.

Por esta razão, foi expedido o ofício nº 0292/2020/SEPEPDC e encaminhado ao Hapvida, requisitando informações das medidas adotadas para regularização das situações. A FA nº 23.001.001.20-0007221 instruiu o processo *ex officio* e foi juntado à fl. 61.

Em complemento, anexou-se aos autos do processo iniciado a partir das declarações do médico Felipe Peixoto Nobre, notícias veiculadas nas plataformas digitais de jornais, sendo oficiado o Conselho Regional de Medicina do Ceará – CREMEC requerendo manifestação acerca dos fatos representados.

Em resposta, foi informado que a autonomia médica é assegurada por diversos dispositivos da resolução nº 2217/2018 e do código de ética médica, instaurando procedimento para apuração dos fatos.

Notificada a se manifestar no processo *ex officio*, o Hapvida alegou os seguintes pontos: a) não existe imposição e que a prescrição do todo e qualquer medicamento é um prerrogativa do médico assistente a seus beneficiários; b) valorização da relação médico-paciente; c) não possui acesso a documentos de cuidados médicos para fins de auditoria; d) elaborou protocolos técnicos para tratamento dos clientes acometidos pela COVID-19.

Em data de 26/04/2021, foi proferida decisão administrativa, aplicando sanção pecuniária no importe de 100.000 (cem mil) UFIRCE, correspondente a R\$ 468.333,00, por infração aos arts. 4°, I, 6°, III e IV; 8°; 14 e 39, IV, V e VIII do CDC.

- Do direito constitucional à saúde (art. 196, 197 e 199 CF);
- Da responsabilidade do plano de saúde (arts. 14 e 34);
- Das infrações ao CDC: vulnerabilidade (art. 4°); direito básico a proteção contra métodos comerciais coercitivos ou desleais (6°, IV); prática abusiva, por prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor e exigir vantagem manifestamente excessiva (39, IV, V) e colocar no mercado de consumo serviço em desacordo com normas técnicas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, a RDC Ministério da Saúde nº 405/2020 (art. 39, VIII).



A empresa Hapvida não pagou o valor da multa, por ter exercido seu direito de recorrer (efeito suspensivo da exigibilidade de pagamento).

Apresentou recurso à Junta Recursal do DECON/CE – JURDECON, em 10/05/2021, tendo sido os autos digitalizados e encaminhados àquele órgão colegiado em 14/05/2021, mediante PGA nº 09.2021.00011958-6, o qual se encontra aguardando julgamento de 2º grau, tendo sido distribuído para relatoria da procuradora de justiça Luzanira Formiga.

O recurso trata basicamente das seguintes alegações: a) incompetência material do Decon para apurar a denúncia; b) inexistência de violação ao CDC; c) ausência de fundamentação específica; d) ausência de subsunção entre a regra e o caso concreto; e) denúncia vazia; f) que não foram analisadas as provas apresentadas pela empresa; g) atos administrativos não foram respeitados por ausência de motivação; h) violação aos princípios fundamentais do estado democrático de direito; i) inobservância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Saliente-se que a decisão administrativa proferida pelo MPCE, por intermédio desta Secretaria Executiva, foi foco de matéria jornalística do canal de comunicação da BBC News Brasil, conforme manchete e trechos abaixo colacionados:



A íntegra da reportagem encontra-se disponível através do link: https://www.bbc.com/portuguese/geral-56909965.



Foram encaminhados os ofícios nº 0312/2021 e 0313/2021/SEPEPDC ao Conselho Regional de Medicina do Ceará – CREMEC e à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, respectivamente, para conhecimento da decisão que culminou em penalidade administrativa de multa contra a operadora de plano de saúde HAPVIDA.

Em resposta ao ofício nº 0313/2021/SEPEPDC, a ANS apresentou suas considerações, através das informações constantes no despacho nº 1922/2021/DIRAD-DIFIS/DIFIS, com o objetivo de traçar um panorama abrangente da questão.

Relaciona no documento determinados dados e gráficos de âmbito nacional, destacando-se a resolutividade de demandas relacionadas à COVID-19, ações fiscalizatórias atinentes à pandemia e evolução do número de beneficiários, de acordo com a segmentação assistencial, no período de 2014 a 2021.

Por fim, informa-se que segue em anexo cópia integral digitalizada dos autos referentes ao processo administrativo FA nº 23.001.001.20-0007822.

Atenciosamente,

Hugo Vasconcelos Xerez Promotor de Justiça Secretário Executivo

Página 1 de 2

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON CEIDECON Rua Barão de Aratanha, 100 - Centro - CEP 60.058-070 - Fortaleza/CE Tels: (085) 3452-4516/3454-1195 Página na Internet: www.decon.co.gov.br

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE OFÍCIO

PROCESSO - Nº DA FA: 23.001.001.20-0007822

1. DADOS DO FORNECEDOR:

Nome Fantasia: Razão Social: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA CNPJ: 63.554.067/0001-98

Endereço: AV. HERACLITO GRAÇA, Nº 406 -Bairro: CENTRO Cidade: Fortaleza - CE

CEP.: 60140160

2. TIPO DE PRODUTO OU SERVIÇO DEMANDADO

Area: Saúde

Assunte: Plano de saúde regulamentado

Problema: Suspeita quanto a qualidade/eficacia do produto/serviço

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, Órgão da estrutura do Ministério Público Estadual, detentor do fim precípuo de proteger e garantir o cumprimento do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, bem como da legislação específica expedida pelos Órgãos Oficials competentes, instaura o presente Procedimento Administrativo de Oficio, em face da operadora de plano de saúde HAPVIDA, em decorrência da representação formalizada após a tomada de declarações por videoconferência, pelo médico Felipe Peixoto Nobre, brasileiro, solteiro CPF nº 048.858.103-61, residente na Rua Dr. José Lourenço, nº 625, apto 605, Aldeota, Fortaleza/CE, conforme documento anexo aos autos.

No referido documento, foi declarado em suma pelo médico que:

a) a Hapvida estaria auditando os prontuários médicos de clientes confirmados com a doença e elaborou um "ranking de médicos ofensores", ou seja, aqueles que não utilizam a hidroxidoroquina no processo de tratamento de seus pacientes;

b) que um chefe responsável por uma das unidades de saúde da rede Hapvida afirmou, em um grupo do WhatsApp só de médicos do plano, que "não cabe discussão sobre a hidroxicloroquina", além do que teria comunicado aos profissionais subordinados que deveriam parar de Informar pacientes sobre o risco da medicação;

c) que foi procurado pessoalmente por um coordenador médico em seu consultório e que o objetivo da conversa foi para questioná-lo o motivo de não estar prescrevendo o dito medicamento para pacientes considerados suspeitos de coronavirus, ocasião em que o declarante se justificou dizendo que os estudos sobre a eficácia da cloroquina e seus derivados. ainda são inconclusivos no combate da Covid-19, assim como traz sérios riscos às saúde de determinados pacientes, e manteve sua posição de não recomendar o medicamente quando não era expressamente necessário e cabível;

d) que, a despeito de sua justificativa e autonomia, o Dr. Felipe Peixoto Nobre acabou sendo demitido nove dias depois, mesmo já tendo pretensão de se desligar do plano.

Soma-se isto as noticias veiculadas nas plataformas digitais de noticias, assim como o registro da reclamação da formalizada no software Sistema Nacional de Informações e Defesa do Consumidor - SINDEC, pela consumidora Ana Patricia De Araújo Viana, F.A. nº 23.001.001.20-0007221, na qual informa que foi prescrito pelo médico da Reclamada o uso de hidroxicloroquina sem, contudo, realizar o teste da COVID-19 (documentos anexos aos autos).

Dossa forma, considerando que a conduta da operadora de plano de saúde pode estar prejudicando inúmeros consumidores, infringindo, em tese, os art. 4º, inciso I, art. 6º, inciso III e IV, art. 8º e art. 39, inciso IV e VIII do Código de Defesa do Consumidor, este Órgão de Proteção



e Defesa do Consumidor requisita, no prazo legal, esclarecimentos acerca dos fatos acima narrados, devendo, para tanto, juntar documentos que comprovem as alegativas apresentadas.

4. DESPACHO

O Secretário Executivo de Programa Estadual de Proteção e Defeso do Consumidor (PROCON CE/DECON), no uso de suas atribuições legais, analisando preliminarmente a fundamentação dos fatos ecims descritos, diceumentos obtidos por esta instituiçõe ou juntados por pessoas interessadas, nos termos do artigo 33, 1 e 39 do Decreto Federal 2.181/97, bem como no artigo 15, III, da Lei Complementar Estadual 30, de 26 de juho de 2002, neste ato, instaura processo administrativo de oficio contra a empressa acima qualificada.

Considerando que os fatos tal como acima descritos correspondem á violação de dispositivos constantes na Lei 8.078/90, bem como em legislação correlata, o Programa Estadual de Protação o Dafasa do Consumidor, através de seu Secretário Executivo, come elementos para aplicação das ponalidades

Fortaleza, 23/06/2020

Liduina Maria de Sousa Martins Secretária Executiva DECON Assinado por certificação digital



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

Nº SAJMP. 09.2020.00001226-0

MEMÓRIA DE TOMADA DE DECLARAÇÕES POR VIDEOCONFERÊNCIA

Aos 29 de maio de 2020, às 16h, foi realizada através do aplicativo Teams, sob a presidência da Secretaria-Executiva do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - DECON, Promotora de Justiça Liduina Martins, a tomada de declarações do médico Felipe Peixoto Nobre, brasileiro, solteiro CPF nº 048.858.103-61, residente na Rua Dr. José Lourenço, nº 625, apto 605, Aldeota, Fortaleza/CE. Na ocasião foi informado pelo declarante que trabalhou no Hospital da operadora de plano de saúde HAPVIDA (Antônio Prudente), desde de janeiro de 2020 até o dia 19 de maio de 2020. Complementou que teve acesso a auditoria do plano no final de fevereiro de 2020.

A Secretária Executiva, Promotora de Justiça Liduina Martins, indagou sobre os motivos que levaram o desligamento do Médico Dr. Felipe Peixoto Nobre do plano HAPVIDA, tendo o declarante prestado várias informações, conforme a gravação em vídeo.

Do que foi declarado pelo médico Felipe Peixoto Nobre, a Secretária Executiva destaca, em suma:

- que a demissão se deveu ao fato de que a HAPVIDA estaria pressionando os profissionais médicos para que passassem a utilizar obrigatoriamente o medicamento hidroxicloroquina no combate da pandemia do novo coronavirus (Covid-19), mesmo quando não fosse essa a indicação, conforme o entendimento de cada médico em relação aos pacientes a cargo destes;
- a Hapvida estaria auditando os prontuários médicos de clientes confirmados com a doença e elaborou um "ranking de médicos ofensores", ou seja, aqueles que não utilizam a hidroxicloroquina no processo de tratamento de seus pacientes;
- que um chefe responsável por uma das unidades de saúde da rede Hapvida afirmou, em um grupo do WhatsApp só de médicos do plano, que "não cabe discussão sobre a



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

hidroxicloroquina", além do que teria comunicado aos profissionais subordinados que deveriam parar de informar pacientes sobre o risco da medicação.

4) que o Dr. Felipe Peixoto Nobre foi procurado pessoalmente por um coordenador médico em seu consultório e que o objetivo da conversa foi para questioná-lo o motivo de não estar prescrevendo o dito medicamento para pacientes considerados suspeitos de coronavirus, ocasião em que o declarante se justificou dizendo que os estudos sobre a eficácia da cloroquina e seus derivados ainda são inconclusivos no combate da Covid-19, assim como trás sérios riscos às saúde de determinados pacientes, e manteve sua possção de não recomendar o medicamente quando não era expressamente necessário e cabível;

 que, a despeito de sua justificativa e autonomina, o Dr. Felipe Peixoto Nobre acabou sendo demitido nove dias depois, mesmo já tendo pretensão de se desligar do plano.

Em seguida, restou acertado que o Médico Dr. Felipe Peixoto Nobre encaminhará relatório detalhado para e-mail do DECON (procon-ce@mpce.mp.br).

Por fim, a Secretária Executiva agradeceu a atenção de todos e encerrou o ato. O conteúdo completo do encontro pode ser consultado no link: < https://web.microsoftstream.com/video/582ebecd-f986-404c-913a-2e0a0a528b40

Eu, ______ Ismael Braz Torres, Assessor Jurídico, inscrito na Matrícula sob o nº 216336-1-5, o redigi.

Fortaleza, 02 de junho de 2020

5

Liduina Maria De Sousa Martins Promotora de Justiça Secretária Executiva

Felipe Peixoto Nobre - CREMEC 20908 Médico Generalista - Universidade Federal do Ceará 30 de maio de 2020



Relatório Maio 2020

Operadora de Saúde HAPVIDA na pandemia por Coronavirus - COVID 19

Os registros nacionais acerca do início dos primeiros casos de infecção pela nova cepa de coronavirus no Brasil, a qual iniciou em meados de novembro na cidade de Wuhan na China, apontam que o primeiro caso confirmado no Brasil data de 26 de fevereiro. Desde então o Ministério da Saúde estábeleceu um conjunto de ações globais acerca da prevenção, diagnóstico e tratamento do coronavirus com o objetivo de impedir a transmissão do virus.

A definição de casos suspeitos pelo Ministério da Saúde parte do conceito de sindrome gripal, onde o paciente deve apresentar febre de inicio súbito (mesmo que referida) associada ou não a tosse, dispueia, coriza, dor de garganta, mialgia (dor muscular difusa), cefaleia e/ou artralgia.

Baseudo nessa suspeição, a princípio a identificação de casos suspeitos esteve restrita a casos provenientes de zonas subidamente epidêmicas do virus, o que orientou a investigação o isolarmento de casos suspeitos, na tentativa de barrar a disseminação do virus no Brasil, a qual expandiu progressivamente a lista de países suspeitos no mês de Março.

No dia 11 de Março a Organização Mundial da Saúde declarou que a transmissão do novo coronavirus - COVID 19 alcançou o status de pandemia e portanto a disseminação do virus bavia chegado neste momento a escala mundial, momento no qual o Brasil já apresentava 52 casos confirmados.

No dia 13 de Março no entanto já contávamos com a recomendação sanitária de uso de álcool em gel e máscara para a população geral e isolamento e quarentena de casos suspeitos. Em 15 de março houve confirmação dos primeiros casos de infecção por coronavirus no Estado do Cesrá divulgadas pela Secretaria de Saúde do Estado (SESA). As medidas de definição e isolamento mudaram a partir da definição de sindrome gripal e a partir desse momento já houve a recomendação formal do Ministério da Saúde para isolamento de casos suspeitos desde o dia 19 de março e o decreto de transmissão comunitária do viras em território nacional desde o dia 20 do mesmo mês.

Nesse momento já havia pelo menos 184 casos confirmados no Estado. As medidas de contenção para a transmissão comunitária já haviam sido definidas nacionalmente nesse momento.

Portanto as instituições de saúde deveriam preconizar o isolamento de casos suspeitos e sintomáticos respiratórios que fossem definidos como síndrome gripal, o que não aconteceu

APVIDA em suas unidades

dentro da assistência á saude oferecida pela operadora de Saúde HAPVIDA em suas unidades de saúde, com destaque para sua unidade de referência, o Hospital Antonio Prudente.

É possível como médico relatar inúmeras falhas em relação ao cumprimento das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde em toda a rede da operadora no Estado do Ceará. As falhas na assistência iniciam desde a entrada dos pacientes no hospital, onde não existe triagem há mais de 10 anos, fator que sabidamente contribui para o numento da mortalidade dos pacientes. Na entrada pela emergência o paciente tem autonomia para marcar consulta pelo totem eletrônico ou por meio de recepcionista, o qual não é profissional da saúde.

O plano estabelece uma estratégia de atendimento que é baseada no limite para espera do paciente após entrada na unidade, onde ele deverá esperar no máximo 15 minutos para que seja atendido por profissional médico após sua entrada, sem que tenha sido visto por profissional de enfermagem capacitado e, portanto sem ser classificado conforme Protocolo de Manchester (1997) que define prioridade clínica de acordo com as queixas e parâmetros admissionais com classificação por cores e definindo a partir disso o tempo de espera adequado.

O motivo pelo qual a meta estabelecida pelo plano é inadequada para assistência à saúde dos pacientes beneficiários é que durante o ato admissional o paciente que se apresente com condição clinica grave com risco de morte aumentado espera o mesmo tempo que pacientes que comparecem no departamento de emergência para resolver problemas eletivos ou consultas simples que podem esperar mais tempo.

Um exemplo claro é que um paciente que se apresente com quadro clínico sugestivo de infarto agudo do miocárdio, condição clínica grave com risco elevado, deveria ser admitido prontamente e realizar eletrocardiograma em até 10 minutos na unidade para avaliação e não deveria ter mesmo grau de prioridade para paciente jovem sem comorbidades que adentre a unidade com parâmetros estáveis e queixas clínicas leves. É elementar que esses pacientes diferem em ordem de prioridade de atendimento e a partir disso a operadora de saúde manteve seu atendimento dentro do Hospital Antonio Prudente conforme vinha fazendo anteriormente, mesmo no contexto da pandentia por coronaviras e recomendações do Ministério da Saúde.

Como parte do corpo ciliaico de médicos plantonistas no pronto atendimento da emergência até o momento, orientei mais de uma vez aos médicos chefes e coordenadores da hierarquia do plano acerca da importância da triagem e isolamento de pocientes sintomáticos respiratórios, o que não mudou em procedência na unidade acerca da condução dos pacientes, permitindo a entrada de pacientes sintomáticos com sindromo gripal no mesmo nosocêmio dos pacientes com queixas clínicas comuns prevalentes na emergência não relacionadas à infecção por coronaviras (como cólica por cálculo renal, cefaleias primárias simples, diorreia aguda).

Além da ausência de triagem admissional dos pacientes sintomáticos respiratórios no departumento de emergência, não houve recomendação explicita e bem documentada da distância entre pessoas e uso de máscara durante espera por atendimento médico. Tal negligência proporcionou aglomerações em inúmeras vezes durante um periodo de fluxo de

02

entrada elevado no hospital, em todas as suas instancias, desde a sala de espera para adentrar os consultórios, até a espera para receber medicação para o adoccimento agudo no hospital em sala específica.

Durante o mês de Abril, a iniciativa do hospital foi de separar os atendimentos por Sindrome gripal para pacientes suspeitos e consulta em clínica médica para pacientes que se apresentassem com outras queixas.

Apesar disso, as limitações dessa sistemática tem ineficácia evidente de maneira óbvia uma vez que na sala de espera para consulta médica os pacientes que poderiam ser atendidos em ambas as circunstancias dividiam o mesmo espaço e que poderiam permanecer por muito tempo no ambiente, potencialmente contaminando o local e os individuos que estivessem presentes. É fundamental que se compreenda a violação estrutural da assistência e prevenção de transmissão de casos, uma vez que a ausência de divisão por triagem destes pacientes pode ter permitido a contaminação de todos os pacientes assistidos no período, uma vez que sabese que a permanência de partículas virais em aerossóis pode permanecer até 3 horas em suspensão no ambiento sem esquecer o potencial do viras de se manter viável em superfícies em até 48 horas dependendo do tipo de material contaminado.

Além disso, a ausência de triagem permitiu que a interpretação subjetiva do paciente o fizesse ser direcionado de maneira equivocada ao atendimento médico do qual precisava naquele momento. Essa limitação também foi agravada pela marcação equivocada da consulta hascada no tempo de espera no departamento de emergência. Por exemplo, pacientes que notavam que a fila de espera para atendimento em clínica médica opresentava tempo menor que para síndrome gripal direcionaram por conta próprio seu atendimento para os consultórios com menor espera no intuito de serem atendidos com brevidade.

Algumas vezes os pacientes contaram com profissionais recepcionistas que tentaram orientar a marcação da consulta, no entanto nenhum deles era profissional de saúde capacitado ou dispunham de dispositivos de aferição de parâmetros e sinais vitais, portanto esse direcionamento era totalmente subjetivo baseado na percepção de pessoas leigas sobre o adoecimento dos beneficiários.

Durante os meses de Abril e Maio o hospital também manteve fluxo sabidamente elevado de pacientes, comum nessa época do ano por conta do quadro chuvoso que aumenta bastante o número de casos de sindrome gripal e quadros diarreicos de maneira tradicional, acrescido pelo aumento do número de casos de dengue e, neste ano, do aumento expressivo pelo número de casos de infecção por coronavíria.

A lotação do departamento de emergencia, além da aglomeração de pacientes e não seguimento das normas sanitárias também contou com o atraso no atendimento de pacientes de acordo com os protocolos institucionais (15 minutos) alcançando espera superior a 60 minutos por vários dias, o que pode ter contribuido para desfechos adversos de pacientes que buscaram atendimento nesse periodo conforme os critérios de triagem citados anteriormente. Apesar de dispor de condição de modificar de maneira logística e estrutural a operadora não o fez mesmo em situação crítica da saúde mundial e especificamente do Estado do Ceará.

A pandemia também não impediu a operadora de continuar vendendo pacotes de plano de saúde, mesmo com a sobrecarga estrutural e sem a expansão de recursos para que afendesse às demandas do plano de acordo com o numero de beneficiários, em condições de adoccimento agudo global em que os pacientes sabidamente poderíam ser acometidos em período de carência contratual.

De maneira contemporânea a esses acontecimentos, a testagem de casos por meio de detecção de PCR para RNA viral de COVID 19 através de swab nasal foi incluída dentro do roi de procedimentos da ANS - Agencia Nacional de Saúde Suplementar - em 13 de março de 2020 com diretriz de utilização número 126 a qual estabelece cobertura obrigatória do procedimento pelos planos de saúde para casos suspeitos ou prováveis de acordo com as definições do Ministério da Saúde (conforme anexo 1). No entanto, apesar da recomendação clara, os médicos da emergencia do Hospital Antonio Prudente durante os meses de Abril e Maio foram orientados por meio de grupo em aplicativo de mensagem a realizarem a solicitação do exame apenas após a discussão caso com médico coordenador - "lider" - e logo em seguida, no mesmo período foi orientado que a solicitação do exame deveria ser feita apenas para pacientes que tivessem critérios para a internação.

Como médico, tive pelo menos 3 casos de pacientes com quadro de sindrome gripal com comorbidades ou idade acima de 60 anos que possuiam indicação clara de realização do procedimento e que tiveram ele negado pela operadora de saúde, o que em larga escala pode ter acontecido muito mais vezes de maneira exponencial durante os outros turnos e a presença de pelo menos 200 médicos com plantões no grupo de plantões da emergência do hospital Antonio Prudente.

A negativa além de ter reduzido as chances de detecção precoce de pacientes em nível comunitário e reforço de medidas sanitárias que contivessem a disseminação do virus na população. Ilmitaram a ávaliação de pacientes idosos, gestantes e/ou com comorbidades que pudessem ter desfechos piores do que a população geral conforme estabelecido pelos protocolos de diagnóstico e condução dos casos do Ministério da Saúde vigentes em Abril de 2020. Tal fator, além da triagem inadequada também ter contribuido para o aumento da transmissão e ter prejudicado diretamente o direito ao diagnóstico do paciente acerca de sua condição. Além disso, a negativa tem implicações importantes do ponto de vista trabalhista e econômico na medida em que fez-se necessário o isolamento do paciente suspeito e seus contactantes domiciliares.

Contribuindo para a subnotificação de casos de coronavirus no Estado do Ceará na vigência da pandemia, a operadora Hapvida em sua representação pelo Hespital Antonio Prudente também pode ter conduzido ao aumento da morbimortalidade dos pacientes com essa medida, na proporção em que o paciente que teve sintomas e foi contemplado com a negativa apesar de indicação formal pode ter reentrado no hospital no sistema de tringem ja descrito carece de atendimento direcionado para sua condição.

Baseado nessas observações a operadora Hapvida em suas unidades de assistência à saude no Estado do Ceará apresentam alto potencial de terem funcionado como nosocômios de transmissão e contaminação em massa pelo novo coronaviras além de ter contribuido para

subnotificação de casos de pacientes com agravos e pertencentes a grupo de risco para a doença no contexto da pandemia pelo COVID 19 agravados no contexto da pandemia, além dos riscos habituais que tem oferecido aos pacientes beneficiários com sua estratégia de abordagem.

Em paralelo às questões citadas a assistência do plano conta com protocolos em sistema informatizado que estratifica os pacientes de acordo com os proviveis diagnósticos, sugerindo exames e terapias a serem realizadas de acordo com o diagnóstico ou sindrome informada. Dessa forma o paciente que após anamnese e exame físico for diagnosticado com um possível cefalcia primária, após informado esse diagnostico no sistema seria conduzido a uma serie de passos que preenchem as principais informações relevante acerca do quadro clínico, sugerindo exames a serem realizados caso apresente algum agravo ou também contribuindo com a sugestão de terapia a ser instituída de acordo com a finalização da sequencia de passos.

Com a situação do coronaviras não foi diferente e também foi criado um protocolo institucional que apresentou inúmeras modificações ao longo do período de vigência da pundemia até o momento.

O protocolo sugeria a realização do swab nasal para detecção de RT-PCR do COVID 19, no entanto como foi relatado essa solicitação necessitava de autorização e mesmo tendo indicação formal estava sujeita a negativas, conforme sconteceu em mais de uma vez.

Uma questão central acerca desse problema foi em relação a prescrição de eloroquina/hidraxicloroquina no contexto da pandemia pelo coronavirus.

Essas drogas são de uso corriqueiro para malária e possaem efeito imunológico importante no controle de doenças auto-imunes como o lúpus eritemateso sistêmico e a artrite reumaróide, apresentando eficácia comprovada e seu uso ja tem sido feito há muitos mos para essas condições com bons resultados e segurança para essas condições e perfil dos pacientes para u qual se propõe.

A despeito da carência de evidências de alta qualidade com estudos observacionais de pequena amostra de indivíduos avaliados, com inúmeros vieses que podem confundir a interpretação de desfechos, foi difundida de maseira internacional e entre as entidades médicas que as drogas em questão apresentam eficácia in vitro para inibição da reprodução novo coronavirus e que poderiam ser utilizadas para a infecção como forma de reduzir a carga de virus e portanto modificar o carso da doença na intenção de reduzir a morbimortalidade de pacientes que evoluiram com quadro grave,

Instituições internacionais como o FDA autorizaram o uso emergencial dessas drogas no contexto de pandemia, sem no entanto garantir que elas tivesse alguma eficácia dentro do contexto da infecção pelo COVID-19. No Estado do Ceará essas drogas foram amplamente utilizadas dentro do contexto de sindrome respiratória aguda grave para pacientes que necessitaram de internação nos hospitais de referencia, momento no qual o paciente estava sob supervisão e realizando exames periódicos.





O Conselho Federal de Medicina em consenso com essas medidas publicou a nota de 04/2020 a qual deixa a critério do médico a decisão sobre a prescrição de cloroquina/hidroxicloroquina para tratamento de COVID 19 em acordo com o paciente, respeitando sua avaliação e autonomia para decisão do tratamento e destaca na mesma resolução que a eficácia de tal medicamento ainda está em andamento e que não era comprovada até o momento.

A Operadora Hapvida no fim de Abril passou a orientar dentro do seu protocolo institucional a sugestão de prescrição das drogas para o tratamento da infecção e disponibilizou dentro do Hospital Antonio Prudente a venda do medicamento com o tratamento por 5 dias pelo valor de 18 reais. Oferta que funcionou num momento em que já havia uma dificuldade de encontrar o medicamento disponível nas farmácias na cidade de Fortaleza, mesmo para os pacientes que já faziam o uso regular dela por conta de outras condições crônicas como as já citadas.

Após permanecer nessa ausência de consenso sobre o uso da droga, publicações de grande impacto científico passaram a se alinhar no sentido de observar a ineficácia da droga no tratamiento do coronavirus, o que já era possível observar em diversas instâncias.

No tratamento da sindrome respiratória aguda grave foi constante a prescrição de chroquina/hidroxicloroquina associada ou não a azitromicina (um antibiótico que tinha sugestão de ter algum efeito benéfico no contexto). No entanto isoladamente ou em combinaceao, ambas as drogas apresentam risco aumentado para o alargamento do intervalo QT eletrocardiográfico, parâmetro importante para prever o acontecimento de arritmias ventriculares que podem ser fatais e culminar em parada cardiorrespiratória e portanto chance de morse. Tal complica;cao apresentou baixa incidencia ao longo do tempo quando analisada isoladamente o contexto do uso da droga nos pacientes que ja faziam há muitos anos, no entanto no contexto para uma nova doença como o coronavirus trata-se de uma circunstância clinica totalmente nova e portanto desconhecida.

Nos pacientes internados que fizeram uso da droga nos hospitais do estado do cenzá foi consenso a realização de eletrocardiograma e exames seriados quando do uso e suspensão da droga caso apresentasse altera;cao eletrocardiografica que aumentasse o riaco.

Apesar desses fatores, a operadora Hapvida em todas as suas unidades de saúde com destaque para o Hospital Antonio Prodente passou a orientar os médicos de maneira compulsória a prescrição dos antimaláricos citados como parte da rotina do tratamento para covid 19, sugerindo inclusive realização de eletrocardiograma para avaliar risco de complicação cardiaca para a prescrição da droga, uma vez que esse é um dos principais efeitos adversos.

A prescrição dos medicamentos citados permaneceu baixa entre os médicos a nível ambulatorial, uma vez que alem de eficácia não comprovada com estudos de baixo potencial de relação causa-efeito. No entanto o assédio virtual e presencial para a prescrição da droga aumentou exponencialmente no momento em que a operadora passou a ofertar a droga de maneira completamente gratuita em suas unidades. Inicialmente houve pressão dentro de grupo de conversas em aplicativo (Whatsapp) para que aumentasse a prescrição da droga, difundindo de maneira compulsória estudos de diversas origens de maneira questionável e com referencias duvidosas. Em seguida houve a orientação de que os médicos que não prescrevessem cloroquina/hidroxicloroquina seriam desligados do plano e retirado das escalas, o que foi extremamente preocupante e gerou ansiedade para diversos colaboradores, na medida que o plano conta com um programa de "fidelização". A fidelização é uma estratégia em que o colaborador médico que alcança uma meto de horas dentro do sistema, trabalhando, recebe uma bonificação, estratégia na qual incentiva a realização de muitos plantões e do número de horas elevado na tentativa de alcançar essa bonificação e portanto, garantir que o médico trabalhe vários tumos dentro da aua rede. Tal condição por inúmeras vezes faz com que a remuneração de inúmeros médicos colaboradores tenham a operadora Hapvida como vinculo único de trabalho.

A pressão pela prescrição das drogas nesse contexto, assumiu uma proporção maior, o que gerou bastante ansiedade entre os médicos. Apesar dos esforços e da tentativa de convencimento, houve perseguição aos médicos que se manifestaram de maneira contraria a prescrição compulsória dos medicamentos a nivel ambulatorial, com questionamentos acerca dos estudos e respaldando a autonomia médica, já garantida por lei e por resolução do conselho federal de medicina conforme citado anteriormento.

Tais médicos opositores a essa prescrição em massa de maneira não criteriosa foram nomeados dentro da estratégia de gestão do plano como médicos ofensores, nomenclatura que evidencia o caráter de polarização da operadora a qual colocou esses médicos colaboradores como inimigos.

O assédio não se restringiu ao caráter virtual. Foi divulgado no mesmo grupo de conversas que a auditoria estava se certificando de quais médicos estavam ou não prescrevendo cioroquina/hidroxicloroquina e foi estabelecido que os médicos que não prescrevessem a droga por pelo menos 2 vezes seriam desligados do grupo. A lista contendo o nome de tais médicos era divulgada ao coordenador e este esta responsável por fazer visita presencial em consultório para se certificar do porque não estava havendo prescrição da droga.

Recebi visita durante os plantões por pelo menos 3 vezes e manifestei que não tinha intenção de prescrição dos medicamentos pois não tinha eficácia comprovada e sob o medo de estar prescrevendo algo que prejudicasse mais os pacientes do que ajudasse, não o fiz, mesmo sendo orientado em ocasiões diferentes que deveria faze-lo sob pena de ser desligado do plano. Esclareci os estudos que respuldavam minha decisão como médico e também a resolução do CFM, que em documento que redigi por conta própria, passei a colocar em prontuários de atendimento que sugeriam o uso das drogas.

Durante a visita fui orientado que deveria seguir o protocolo do hospital se quisesse continuar trabalhando e que o setor jurídico da instituição iria se responsabilizar pelas eventuais complicações que poderia responder sobre a prescrição da droga, caso optasse por faze-la. Esclareci que a questão não se tratava de proteção legal, mas de segurança dos pacientes e uso inadvertido de uma medicação a qual não tinha passado pelas testagens metodológicas necessárias para validar sua eficácia.

Nesse momento circulavam inúmeras informações no grupo de plantões, todas sempre reforçando de maneira positivo o uso da eloroquina. O clima de tensão entre os médicos diminaiu o numero daqueles que contestaram de algunta forma a pressão injustificável do ponto de vista médico-científico a prescrição dos antimalaricos. Alguns colegas foram desligados e retirados de escalas de privilégio na chefia da emergencia por se manifestarem opositores. Nesse momento foram silenciadas a maioria das manifesta; coes que fossem contraditórias a prescrição inadvertida de cloroquina.

As informações falsas cresceram na tentativa de convencer os médicos a realizarem a prescrição na medida em que atribultum a redução de numero de pacientes na emergencia ao uso precoce dos medicamentos (o que por si só já era contraditório pois no mesmo grupo divulgavam que a prescrição do medicamento continuava baixa entre os médicos e que a adesão deveria ser melhorada).

Nesse momento a pressão cresceu bastante dentro do grupo, e após contradizer dados falsos divulgados pelo superintendente da operadora no grupo de plantões, procurei o coordenador dos médicos e perguntei quanto tempo permaneceria caso me mantivesse sem preserever. Fui informado na ocasião de que não havia previsão mas que seria muito em breve. Baseado nisso, reforeci que tinha autonomia como medico para decidir sobre os tratamentos que preserevo e comuniquei que sairia do Hospital Antonio Prudente no fim de Maio. Fui desligado de maneira compulsória via Whatsapp no mesmo dia 19 de Maio, sem cumprir inclusive os plantões que tinha programado para aquele mesmo dia.

Permanecido desta forma, após desligamento por meio virtual em conversa através do aplicativo Whatsapp, a operadora Hapvida além de ferir minha autonomia como médico manteve a postura de assédio da prescrição de uma droga com eficácia não comprovada apesar de uma publicação internacional de impacto lançada no dia 22 de Muio. A revista médica The Lancet reuniu um estudo observacional com mais de 96.000 pacientes em 671 hospitais por todo o mundo e concluiu que o uso isolado ou em associação de cloroquina/hidroxicloroquina com azitromicina provocou o sumento do risco de alargamento do intervalo QT eletrocardiográfico e portanto no aumento da mortalidade geral para pacientes que fizeram o uso dessas drogas durante seu internamento.

Apesar disso e na contra-mão de todas as evidencias científicas mundiais, incluindo a recomendação formal da Organização Mundial da Saúde para retirada do uso dessas drogas a Operadora de Saúde manteve sua postura em relação a prescrição compulsória desses medicamentos fato que permaneceu após o desligamento de minhas atividades em todos os serviços de emergencia oferecidos pelo plano.

A Operadora de Saúde Hapvida portanto, no contexto da pandemia pelo novo eoronavirus atuou em rede com o assédio acerca da prescrição de uma droga a nivel ambulatorial que além de ter se provado ineficaz até o momento também esteve associada a desfechos adversos para os pacientes que o fizeram com o aumento da mortalidade sem no entanto garantir de maneira formal nenhum plano de proteção dos pacientes que opturam por realizar o uso do medicamento (o qual assinava um termo de esclarecimento em relação ao uso da droga).

É imperativo dessa forma que seja regulada a atração do plano de saúde em virtude de sua comissão sanitária como órgão participante da assistência a saúde da população de maneira suplementar o qual não campriu as normativas estabelecidas acerca dos procedimentos com cobertura obrigatória da ANS além de ter exposto todos os indivíduos presentes que foram circulantes do Hospital Antonio Prudente e outras unidades no risco aumentado de contaminação e portanto infecção pelo novo coronaviras em virtude do não cumprimento das medidas de isolamento e proteção individual para dispersão de aerossóis. Tal postura diante do enfrentamento da pondemia pela qual nosso Estado passa neste momento, contribuiu com a subnotificação do número de casos e aumento da mortalidade geral do beneficiários assistidos pelo plano que buscaram atendimento neste período além de assediar de maneira enviesada em sem habilitação técnica e científica, protocolos institucionais que representam em seu engessamento estrutural, assédio e violação á autonomia médica e aumento da mortalidade geral de seus beneficiários na medida em que reduz as chances de tratamento individualizado para os pacientes assistidos conforme avaliação médica.

1900

FELIPE PEIXOTO NOBRE - CREMEC 20908

Página 1 de 2

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Rua Barão de Aratanhã, 100. Centro. CEP 60.050-070. Fortaleza – CE, Tels:(085) 3454-4506/3454-4516;

Página da Internet: www.decon.ce.gev.hr

NOTIFICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA

N°; straumtremo Processo Administrativo – № FA: 23.001.001.20-0007822

Ao representante legal de:

FORNECEDOR

Nome Fontasia:
Razão Social: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
CNPJ: 63.554.067/0001-98
Endereço: AV. HERACLITO GRAÇA, Nº: strilomecedor –
Bairro: CENTRO CEP: 80140169
Cidade: Fortaleza Estado: strestado/umecedor

O Programa Estadual de Defesa do Consumidor, com fundamento nos incisos III o IV do art. 4º e parágrafo 4º do art. 55 da Lei 8.078, bem como do parágrafo 2º do art. 33, art. 42 e 44 do Decreto Federal 2.181/97, NOTIFICA o fornecedor acima qualificado para APRESENTAR DEFESA ESCRITA, acerca dos fatos narrados abeixo. O praco para apresentação é de 10 dias, a contar do recebimento da presente notificação, nos termos que dispõe o art. 19, da Lei Comptementar Estadual 30/2002. Deconido o prazo, este órgão apreciará de forma definitiva a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Estadual e Nacional de Reclamação fundamentação, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90, prosseguindo o trámite do presente processo administrativo, nos termos dos artigos 45,46 e 47 do Decreto 2.181/97.

CONSUMIDOR:

Nome: Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumid.

CPF: RG

Enderego: Rua Barão de Aratanha, Nº: 100 -

Bairro: Centro CEP: 60050070 Cidade: Fortaleza UF: CE Telefone: 34524506

DOS FATOS

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, Órgão da estrutura do Ministério. Público Estadual, detentor do fim precípuo de proteger e garantir o cumprimento do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, bem como da legislação específica expedida pelos Orgãos Oficiais competentes, instaura o presente Procedimento Administrativo de Oficio, em face da operadora de plano de saúde HAPVIDA, em decorrência da representação formalizada após a tomada de declarações por videoconferência, pelo médico Felipe Peixoto Nobre, brasileiro, solteiro CPF nº 048.858.103-61, residente na Rua Dr. José Lourenço, nº 625, apto 605, Aldeota, Fortaleza/CE, conforme documento anexo aos autos.

No referido documento, foi declarado em suma pelo médico que:

- a) a Hapvida estaria auditando os prontuários médicos de clientes confirmados com a doença e elaborou um "ranking de médicos ofensores", ou seja, aqueles que não utilizam a hidroxicloroquina no processo de tratamento de seus pacientes;
- b) que um chefe responsável por uma das unidades de saúde da rede Hapvida afirmou, em um grupo do WhatsApp só de médicos do plano, que "não cabe discussão sobre a hidroxicloroquina", além do que teria comunicado aos profissionais subordinados que deveriam parar de informar pacientes sobre o risco da medicação;
- c) que foi procurado pessoalmente por um coordenador médico em seu consultório e que o objetivo da conversa foi para questioná-lo o motivo de não estar prescrevendo o dito medicamento para pacientes considerados suspeitos de coronavírus, ocasião em que o declarante se justificou dizendo que os estudos sobre a eficácia da cloroquina e seus derivados ainda são inconclusivos no combate da Covid-19, assim como traz sérios riscos às saúde de

Página 2 de 2

determinados pacientes, e manteve sua posição de não recomendar o medicamente quando não era expressamente necessário e cabível;

d) que, a despeito de sua justificativa e autonomía, o Dr. Felipe Peixoto Nobre acabou sendo demitido nove dias depois, mesmo já tendo pretensão de se desligar do plano.

Soma-se isto as noticias veiculadas nas plataformas digitais de notícias, assim como o registro da roclamação da formalizada no softwore Sistema Nacional de Informações e Defesa do Consumidor - SINDEC, pela consumidora Ana Patricia De Araújo Viana, F.A. nº 23.001.001.20-0007221, na qual informa que foi prescrito pelo médico da Reclamada o uso de hidroxicloroquina sem, contudo, realizar o teste da COVID-19 (documentos anexos aos autos).

Dessa forma, considerando que a conduta da operadora de plano de saúde pode estar prejudicando inúmeros consumidores, infringindo, em tese, os art. 49, inciso I, art. 69, inciso III e IV, art. 89 e art. 39, inciso IV e VIII do Código de Defesa do Consumidor, este Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor requisita, no prazo legal, esclarecimentos acerca dos fatos acima narrados, devendo, para tanto, juntar documentos que comprovem as alegativas apresentadas.

Stroidadeposto, citatual



Liduina Maria de Sousa Martins Secretária Executiva DECON Assinado por certificação digital

PROCON-CE/ DECON

Obs 1: O fornecedor, caso pessoa jurídica, deverá ser representado por socio munido de cópia do contrato social ou estatuto com ata da última assembléis da empresa ou por preposto devidamente habilitado por aquele. "O fornecedor de produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autónomos." (art. 34, Lei nº 8.078/90).

Obs 2: A recusa ao comparecimento ou o desrespeto a determinação e/ou convocações do PROCON, órgão do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, caracterizam crime de desobedência, na forma do art. 330 do Código Penal, ficando a autoridade administrativa com poderes para aplicar as sanções administrativas cabiveis

RECEBI A PRESENTE NOTIFICAÇÃO EM _ ASSINATURA:	1	1
OFICIAL:		

23/06/2020

Email - Israel Braz Tones - Outlook

Notificação - FA nº 23.001.001.20-0007822 (Apresentação de Defesa Escrita)

PROCON-CE con-ce@mpce.mp.br>

Ter, 23/06/2020 14:38

Para: danielsoares@hapvida.com.br <danielsoares@hapvida.com.br>

Cc: Ismael Braz Torres «ismael torres@mpce.mp.br»; Liduina Maria de Sousa Martins «liduina mortins@mpce.mp.br»

1 anexes (153 Kill)

Notificação pdf;

Prezados(as), Boa Tarde.

De ordem da Dra. Liduina Martins, Secretária Executiva do DECON/CE, cumpre-nos o dever de encaminhar Notificação referente a F.A. nº 23.001.001.20-0007822, objetivando o cumprimento das orientações expostas em referido documento que segue em anexo.

Por gentileza, manifestar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,



SECRETARIA EXECUTIVA

ргасая-са Фтрса лар. ы www.mpco.mp.br/decon + 55 (85) 3452-4516

PROBRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON Ruo Barão de Aratenha, 100, Centre I Fortaleza CE - Brasil I Cap: 80050-070



14/07/2020

Email - Ismael Braz Torres - Outlook

[DILAÇÃO] - PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON CE/DECON - PROC. Nº 23.001.001.20-0007822 -

priscilar@hapvida.com.br < priscilar@hapvida.com.br>

Sex, 05/07/2020 16:32

Para: Decon Ceará Atendimento aos Consumidores «deconce@mpce.mp.br»; Ismael Braz Torres <ismael.torres@mpce.mp.br>

Cc: Andressa Correia <andressacorreia@hapvida.com.br>; katiasp@hapvida.com.br <katiasp@hapvida.com.br>; RAYZZA <rayzza.sousa@hapvida.com.br>

1 anexos (213 KB)

DILAÇÃO DECON CE - FELIPE PERIOTO NOBRE-signed.pdf.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON CE/DECON

Fazendo referência a F.A 23.001.001.20-0007822, vimos por meio deste apresentar dilação da operadora Hapvida Assistência Médica Ltda., nos termos do arquivo anexo. Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente.



Priscila Furtado #procite/filego placeoute 2 (95/85/9489-2167 **12**-456/8-2111-4176 and logoelecombifflabile fortico.



AO MINITÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON CE/ DECON



F.A. Nº 23.001.001.20.0007822

Reclamante: FELIPE PEIXOTO NOBRE

Reclamada: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.



HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede em Fortaleza, capital do estado do Ceará, na Av. Herácito Graça, nº 406, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 63.554.067/0001-98, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 36.825-3, vem, perante esse Douto Órgão de Defesa do Consumidor, com o máximo respeito, à presença de V.Sa., requerer a concessão de dilação do prazo por 10 (dez) dias, a fim que se possa prestar as informações solicitadas no caso em apreço, sem que isso importe em omissão desta Operadora.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Fortaleza/CE, 03 de julho de 2020.

HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.





PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO nº 0306/2020/SEPEPDC

Fortaleza/CE, 24 de junho de 2020.

Referência: Nº SAJ MP 09.2020.00001226-0 e PA nº 23.001.001.20-0007822

Assunto: Solicitação de Informações

20

Ilmo, Sr.

HELVÉCIO NEVES FEITOSA

Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC

Av. Antônio Sales, 485

Bairro Joaquim Távora - Fortaleza/CE

Senhor(a) Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, como forma de subsidiar tecnicamente as ações do DECON nos autos do processo administrativo em referência, individual e coletivo, considerando o teor da representação formalizada pelo médico Felipe Peixoto Nobre (cópia em anexo), através da qual relata em suma que a operadora de plano de saúde Hapvida estaria pressionando seus profissionais de saúde para a utilização da hidroxicloroquina no combate da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), requisito manifestação concernente as medidas e ações adotadas no âmbito deste Conselho Regional, observando o cumprimento das normas de saúde, medidas essas que devem ser aplicadas pelos planos de saúde.

Assinalo para tanto o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Aproveitando o ensejo para manifestar votos de estima e consideração.

Liduina Maria De Sousa Martins Promotora de Justiça Secretária Executiva 03/08/2020

Email - Ismael Braz Tomes - Cutlook

OFÍCIO nº 0306/2020/SEPEPDC (Referência: Nº SAJ MP 09.2020.00001226-0 e PA nº 23.001.001.20-0007822)

Qua, 24/06/2020 16:18

Para: cremec@cremec.org.br <cremec@cremec.org.br>

Cc: Liduina Maria de Sousa Martins «liduina.martins@mpce.mp.br»; Ismael Braz Torres «ismael.torres@mpce.mp.br



OFFCIO CREMEC (09:2020:00001226-0).pdf;

Prezados(as), Boa Tarde.

De ordern da Dra. Liduina Martins, Secretária Executiva do DECON/CE, cumpre-nos o dever de encaminhar cópia do Oficio nº 0306/2020/SEPEPDC, referente ao Nº SAI MP 09.2020.00001226-0 e PA nº 23.001.001.20-0007822, objetivando o cumprimento das orientações expostas em referido documento que segue em anexo.

Por gentileza, manifestar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,



SECRETARIA EXECUTIVA

procon ceillingco.ng.br www.mpce.mp.br/decon. + 55 (R5) 3452-4516

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON Rua Berão de Aretenha, 100, Centro I Forteleza-CE - Bresil I Cop: 60050-070

03/06/2020

Email - Ismael Braz Tomes - Outook

ENC: OFÍCIO nº 0306/2020/SEPEPDC (Referência: Nº SAJ MP 09.2020.00001226-0 PA nº 23.001.001.20-0007822)

Qui, 16/07/2020 12:57

Para: Ismael Braz Torres <ismael.torres@mpce.mp.br>



SECRETARIA EXECUTIVA

preson-on-Wimpon.mp.br www.mpco.mp.br/docum » 55 (85) 3452-4516

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON Rua Barão de Arstanha, 160, Contro I Fortaloza-CE - Brazil I Cep. 60050-970

De: cremec <cremec@cremec.org.br>

Enviado: quarta-feira, 24 de junho de 2020 16:18

Assunto: Re: OFÍCIO nº 0306/2020/SEPEPDC [Referência: Nº SAJ MP 09.2020.00001226-0 e PA nº

23.001.001.20-0007822)

Sua mensagem foi recebida e será encaminhada ao setor competente.



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

23 - 23 B

DESPACHO

Ref. Processo Administrativo nº 23.001.001.20-0007822 Reclamada: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Trata-se de Manifestação da empresa ora Reclamada, apresentada em 03/07/2020 (fls. 18/19), já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo epigrafado, na qual solicita a dilação do prazo por 10 (dez) dias para prestar as informações solicitadas por este Órgão.

Dessa forma, considerando o decurso de tempo desde o cumprimento da notificação em 23/06/2020 (fls. 17) até a presente data, defiro a prorrogação do prazo, pretendida pela operadora de plano de saúde, por 02 (dois) dias úteis.

Outrossim, dando continuidade a instrução, determino que seja oficiado o Conselho Regional de Medicina para informe quais as medidas e ações adotadas no âmbito do Conselho, conforme requerido no Oficio de fls. 20, requisitando-se o envio de cópia integral do procedimento por ventura existente para tratar dos fistos objeto do presente feito.

Cumpra-se.

Fortaleza, 03 de agosto de 2020.

Liduina Maria De Sousa Martins Promotora de Justica Secretária Executiva

RE: [DILAÇÃO] - PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON CE/DECON - PROC. Nº 23.001.001.20-0007822 -

Ismael Braz Torres <ismael.torres@mpce.mp.br>

5eq, 03/08/2020 14:26

Parac priscilar@hapvida.com.br <priscilar@hapvida.com.br>

Cc: Andressa Correla <andressacorrela@hapvida.com.br>; katiesp@hapvida.com.br <ketiasp@hapvida.com.br>; RAYZZA crayzza sousa@hapvida.com.br>; Decon Ceará Atendimento aos Consumidores <deconce@mpce.mp.br>

1. anexos (57 KB)

Despacho - deferindo pedido Hapvida.pdf;

Prezada Priscila, boa tarde!

Em resposta a solicitação de dilação de prazo para apresentar defesa nos autos do Processo Administrativo nº 23.001.001.20-0007822, segue despacho para conhecimento e providências cabíveis.

Por favor acusar recebimento.

Atenciosamente,



ISMAEL BRAZ TORRES

Assessor Juildica da Secretario Executiva de DECON CE I-mail; ismoul,torrey@mpce.mp.br Fone: +55 [85] 3454 1195

SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON

De: priscilar@hapvida.com.br <priscilar@hapvida.com.br>

Enviado: sexta-feira, 3 de julho de 2020 16:32

Para: Decon Ceará Atendimento aos Consumidores «deconce@mpce.mp.br»; Ismael Braz Torres <ismael.torres@mpce.mp.br>

Cc: Andressa Correia <andressacorreia@hapvida.com.br>; katlasp@hapvida.com.br

<katlasp@hapvida.com.br>; RAYZZA <rayzza.sousa@hapvida.com.br>

Assunto: [DILAÇÃO] - PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON CE/DECON - PROC, Nº 23.001.001.20-0007822 -

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON CE/DECON

Fazendo referência a F.A 23.001.001.20-0007822, vimos por meio deste apresentar difação da operadora Hapvida Assistência Médica Ltda., nos termos do arquivo anexo.

Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

HERO NOTICOMES AND SERVING MENTAL SERVING OF THE SERVING SERVI



04/08/2020

Email - Isruel Braz Tones - Outlook

OFÍCIO nº 0305/2020/SEPEPDC (Referência: Nº SAJ MP 09.2020.00001226-0 e PA nº 23.001.001.20-0007822)

PROCON-CE procon-ce@mpce.mp.br>

Qua, 24/06/2020 16:20

Para: felipepunb@gmail.com <felipepunb@gmail.com>

Cc: Liduina Maria de Sousa Martins «liduina martins@mpce.mp.br»; Ismael Braz Torres «ismael.torres@mpce.mp.br»

1 anexos (116 KB)

OFICIO Médico Hapvida - Felipe.pdf;

Prezado, Boa Tarde.

De ordem da Dra. Liduina Martins, Secretária Executiva do DECON/CE, cumpre-nos o dever de encaminhar cópia do Ofício nº 0305/2020/SEPEPDC, referente ao № SAJ MP 09.2020.00001226-0 e PA nº 23.001.001.20-0007822, objetivando o cumprimento das orientações expostas em referido documento que segue em anexo.

Por gentileza, manifestar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,



SECRETARIA EXECUTIVA

procon-ce@mpce.mp.br www.mpcn.mp.br/decoo + 55 (85) 3457 4516

PROGRAMA ESTABUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON Rue Barão de Aretenha, 100, Centro I Fortaleza-CE - Brasil I Cop. 68650-070





PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO nº 0305/2020/SEPEPDC

Fortaleza/CE, 24 de junho de 2020.

Referência: Nº SAJ MP 09:2020.00001226-0 e PA nº 23.001.001,20-0007822

Assunto: Solicitação de Informações

26

Ilmo. Sr.

FELIPE PEIXOTO NOBRE (felipepxnb@gmail.com)

Rua Dr. José Lourenço, nº 625, apto 605

Bairro Aldeota - Fortaleza/CE

Prezado(a) Senhor(a),

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste informar que este Órgão de proteção e defesa do consumidor instaurou Procedimento Administrativo, F.A. nº 23.001.001.20-0007822, para apurar possível prática infrativa a legislação consumerista e correlata cometida pela operadora de plano de saúde HAPVIDA.

Não obstante, com objetivo de instruir o procedimento epigrafado, considerando a especificidade da matéria, solicito de V.Sa. documentos referentes à relação de trabalho com o mencionado plano de saúde e sobre os fatos objeto da denúncia, tais como cópia de contrato de trabalho, escala de plantões, protocolos de tratamento, prontuários médicos, conversas por whatsapp, dentre outros que achar pertinente.

Assinalo para tanto o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Aproveitando o ensejo para manifestar votos de estima e consideração.

Liduina Maria De Sousa Martins Promotora de Justiça Secretária Executiva





PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – DECON SECRETARIA EXECUTIVA

25 miles

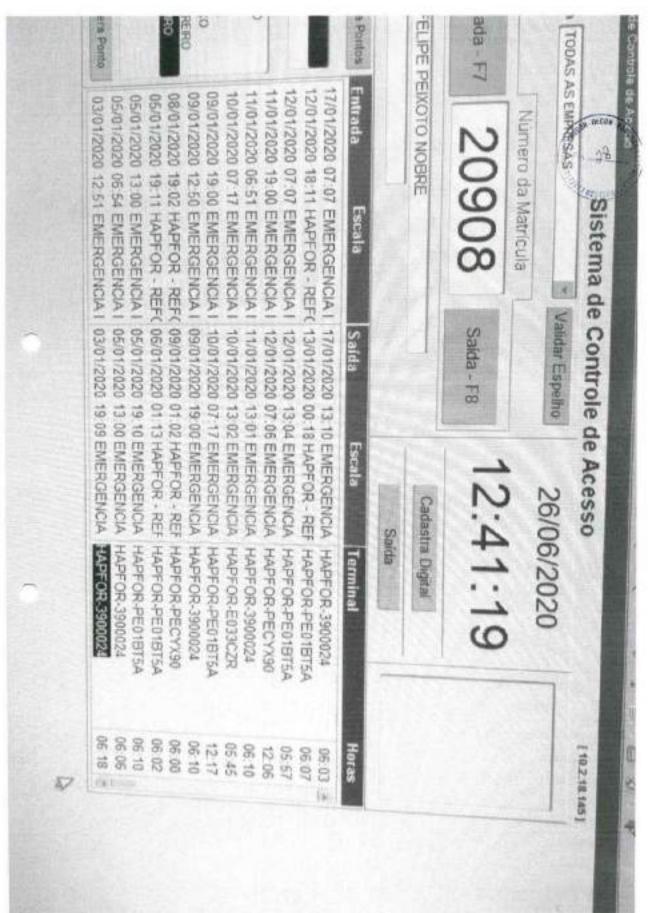
CERTIDÃO

Ref. Processo Administrativo nº 23.001.001.20-0007822

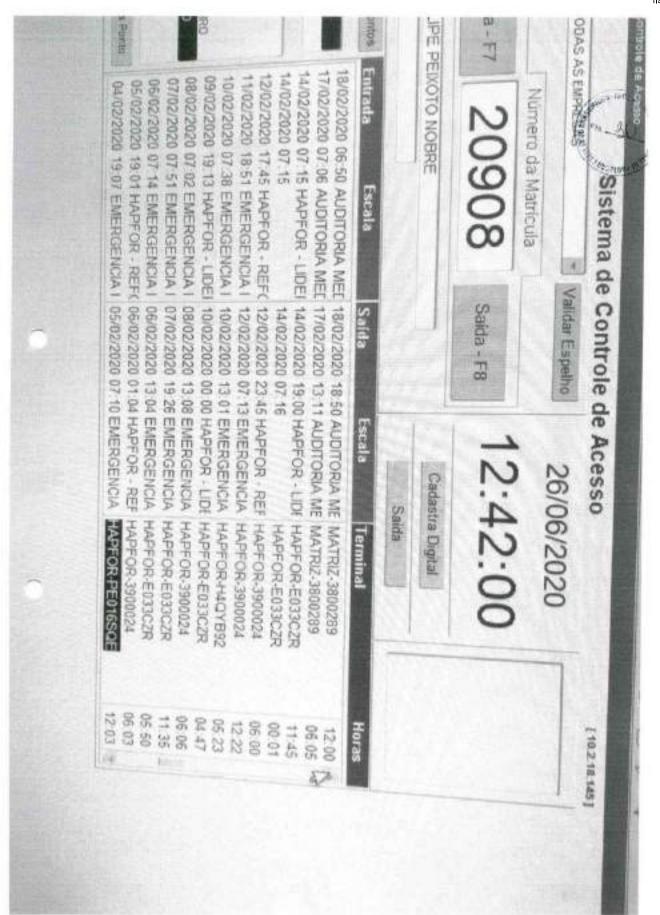
Certifico para os devidos fins, que o Sr. Felipe Peixoto Nobre objetivando atender a solicitação constante no Oficio nº 0305/2020/SEPEPDC (fls. 25/26), apresentou mediante whatsapp, os comprovantes dos registros eletrônicos de pontos do Sistema de Controle de Acesso da operadora de plano de saúde HAPVIDA, desde janeiro do fluente ano, conforme documentos que seguem em anexo. O referido é verdade. Dou fé.

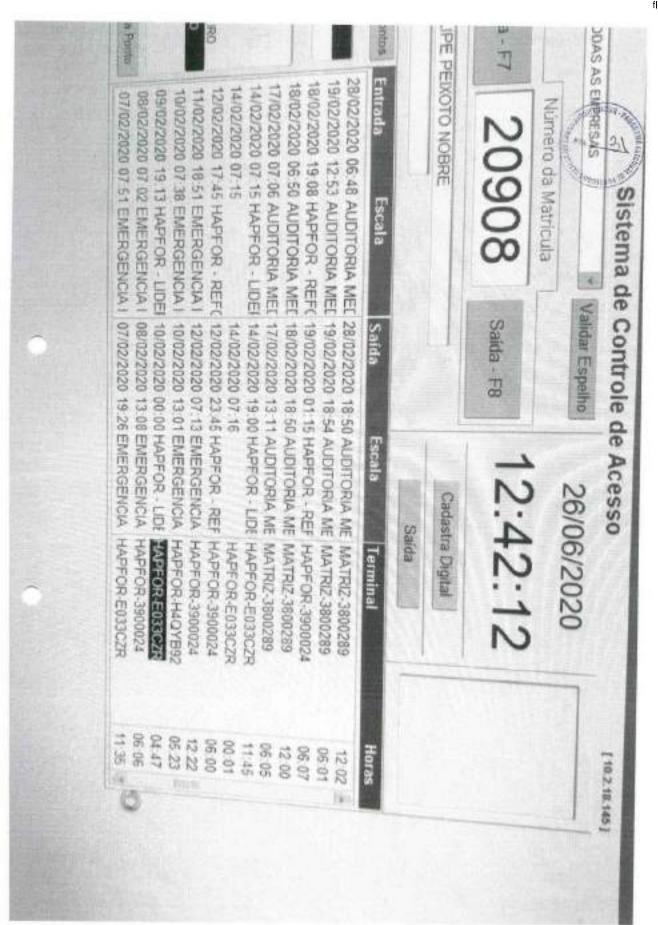
Fortaleza, 04 de agosto de 2020.

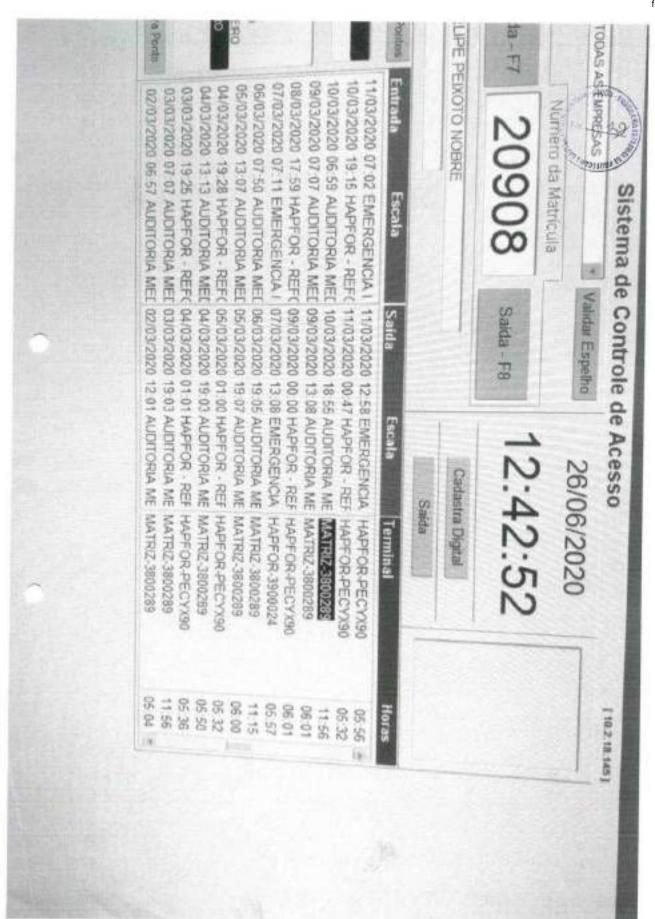
Secretaria-Executiva of a secretaria-Executiva of a secretaria-Executiva of a secretaria-Executiva of a secretaria-

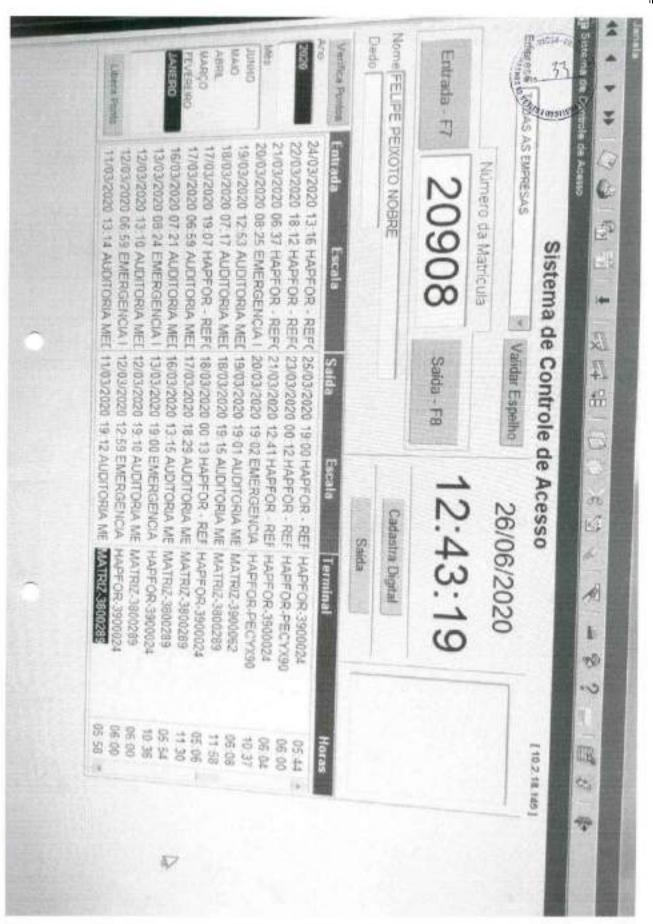


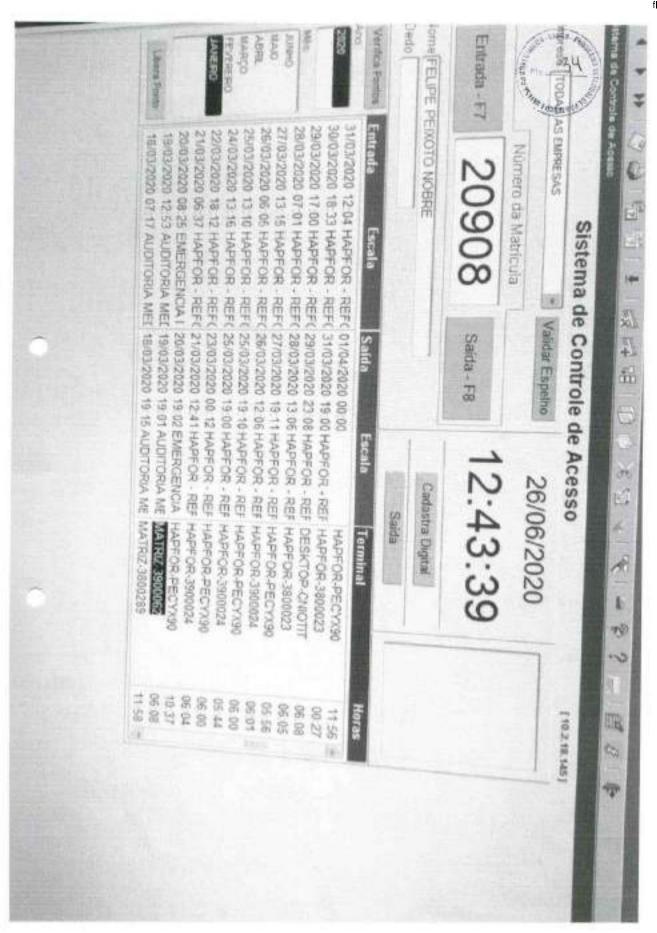


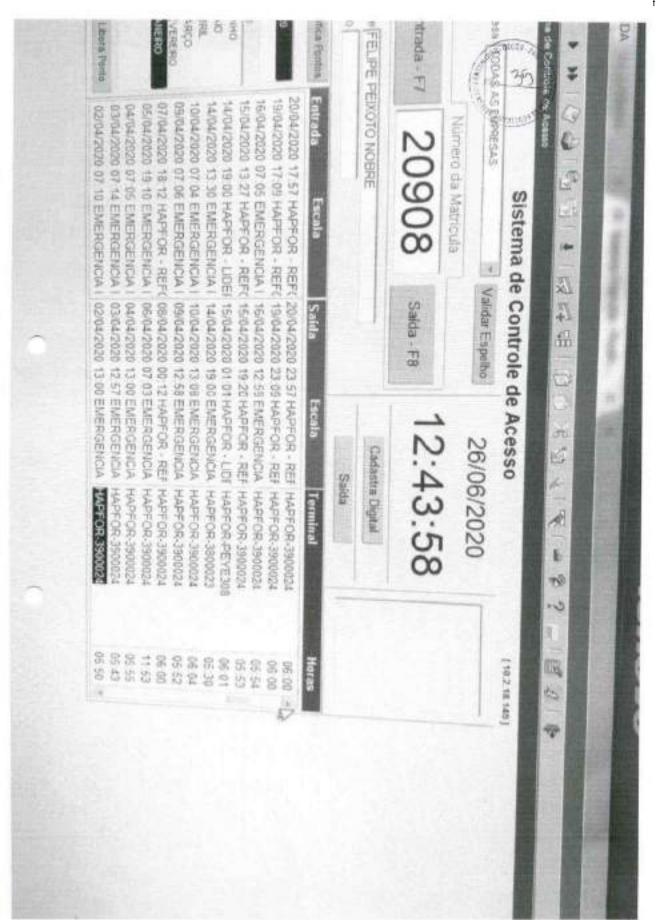




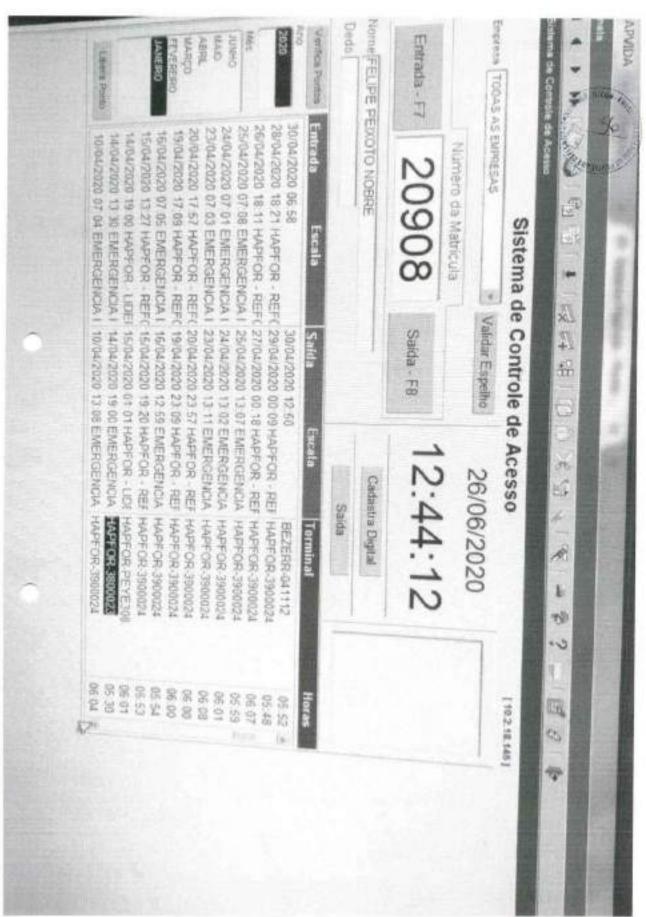




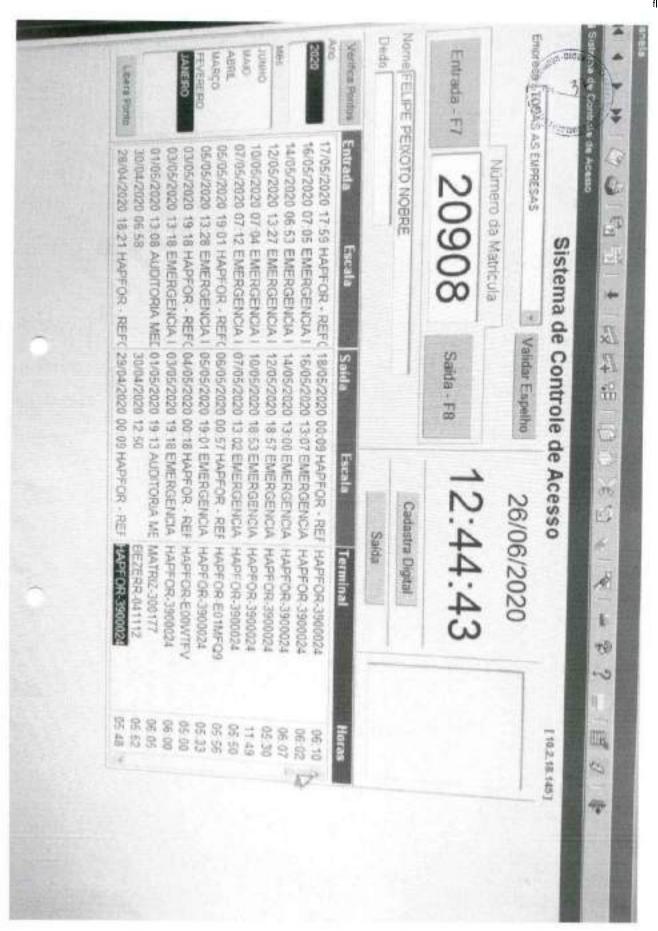


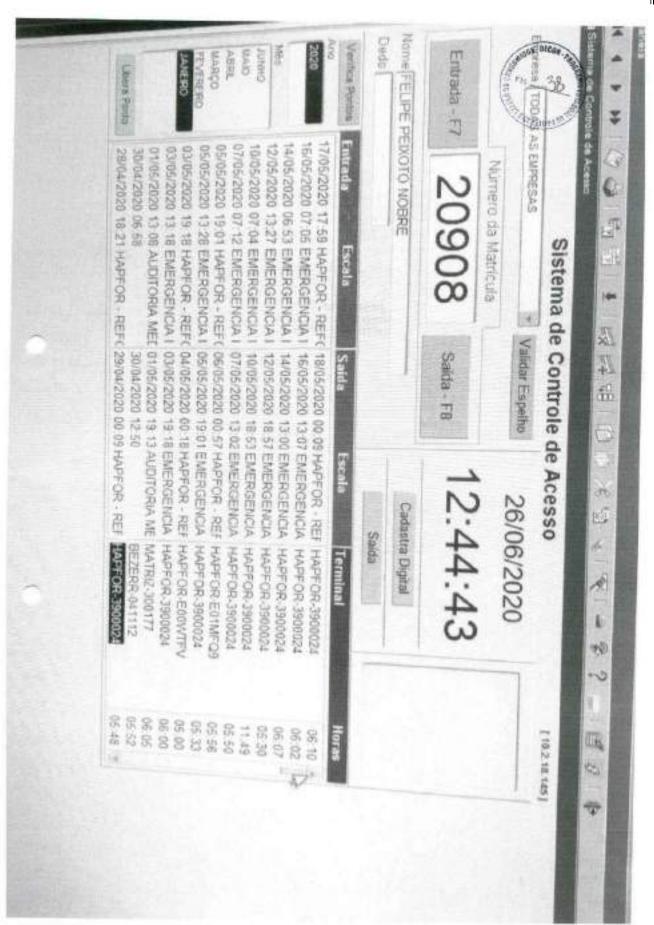


fls. 68



fls. 70





Jamael Braz Torres Assess Indo - Sec Becoh-CE Net, 216356-1-5 / DECON-CE

ANTIDARAMENTO ANTIDARAMENTO STATE OF THE STA

URGENTE



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO nº 0326/2020/SEPEPDC Fortaleza, 03 de agosto de 2020

Ref. Procedimento Administrativo nº 23.001.001,20-0007822

Assunto: Oficio-Circular nº 0306/2020/SEPEPDC - Requisição

DO ESTADO DO CELHA-CRESEC PROMOCIO CO 1 03 1 2010 DO 15 11

Francisco Emernilde B. Stirre

Education PERCENTER

Ilmo, Sr.

HELVÉCIO NEVES FEITOSA

Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC

Av. Antônio Sales, 485

Bairro Joaquim Távora Fortaleza/CE

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, considerando a relevância do objeto do P.A. em referência, venhos através deste reiterar a solicitação constante no Oficio em epigrafe, precipuamente no que concerne as medidas e ações adotadas no âmbito deste Conselho Regional, observando o cumprimento das normas de saúde, requsitando, desta feita, cópia integral de eventual procedimento existente no âmbito do CREMEC/CE para tratár dos fatos.

Assinalando para tanto o prazo de 5(cinco) dias úteis, informo que o não cumprimento injustificado da presente requisição poderá ensejar instauração de procedimento criminal por desobediência (art. 330 do CPB), sem prejuízo de outras medidas previstas na legislação que rege o DECON e o Ministério Público..

Atenciosamente.

Liduina Maria De Sousa Martins Promotora de Justiça Secretária Executiva b obcumento e odolia do oxiginal assimato rigitalmente par LIZUINA MARIA DE SOLIZA MARTINS. Para conferir o original, acesses o site imprimente mpositra informe a prosesse dodo Colodo Cologo 224721

Ismael Braz Tohres Kasser Juden - Sec Buodina Nax, 216336-1-5 / DECOHCE

4 1 1

ened auto od art se succe in one auto od article article on one article on one article on one of the original of the original

SOLATION SOLATIONS ED SOLATIONS

MC2"

April 6 ATT

100

00/06/2020

Emel - Ismael Braz Tomes - Outlook

RE: FELIPE PEIXOTO NOBRE - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 23.001.001.20-0007822 (SAJ-MP Nº 09.2020.00001226-0) - DECON - FORTALEZA/CE

Decon Ceará Atendimento aos Consumidores «deconce@mpce.mp.br»

Quil 06/08/2020 08:52

Parie: Thayna Goncalves Dantas <thaynagd@hapvida.com.br>; Ismael Braz Tomes <ismael.tomes@mpce.mp.br>

1 anexos (6 Mff)

D. PROC. 23:001.001.20-0007822 (69:2020.00001226-0) - FELIPE PEXOTO NOBRE - DECON CE - AUTONOMIA MÉDICA -CLOROCUINA.pdf:

Prezados, bom dia!

Acusamos o recebimento e encaminhamos a defesa a assessoria para análise e tratativa.

Atenciosamente.

Decon

De: Thayna Goncalves Dantas <thaynagd@hapvida.com.br>

Enviado: quarta-feira, 5 de agosto de 2020 20:18

Para: Decon Ceará Atendimento aos Consumidores <deconce@mpce.mp.br>

Cc: Kátia Paiva <katiasp@hapvida.com.br>

Assunto: [PROTOCOLO] FELIPE PEIXOTO NOBRE - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 23.001.001.20-0007822 (SAJ-MP

Nº 09.2020.00001226-0) - DECON - FORTALEZA/CE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (DECON/CE)

PROCESSO F.A. Nº 23.001.001.20-0007822 SAJ-MP Nº 09.2020.00001226-0

Reclamada: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Considerando o prazo concedido, encaminhamos para fins de protocolo a defesa e documentos concernentes à F.A. nº 23.001.001.20-0007822, cujos dados seguem acima.

Solicito, por fim, a gentileza de acusar recebimento, ao passo em que informo o email: notificacaojuridico@hapvida.com br., para recebimento de email por parte da operadora de planos de saude Hapvida.

Thayna Dantas:

06/08/2020

Fraid - Israel Street Tomes - Childook

De: "Ismael Braz Torres" <ismael.torres@mpce.mp.br>

Para: "priscila furtado" <priscilar@hapvida.com.br>

Co: "Andressa Correia" <andressacorreia@hapvida.com.br>, "Kátla Paiva" <katlasp@hapvida.com.br>, "RAYZZA" <rayzza.scusa@hapvida.com.br>, "Decon Ceará Atendimento aos Consumidores" <deconce@mpce.mp.br>

Enviadas: Segunda-feira, 3 de agosto de 2020 14:26:11
Assunto: RE: [DILAÇÃO] - PROGRAMA ESTABUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR -PROCON CE/DECON - PROC. Nº 23.001.001.20-0007822 -

Prezada Priscila, boa tardel

Em resposta a solicitação de dilação de prazo para apresentar defesa nos autos do Processo. Administrativo nº 23.001.001.20-0007822, segue despacho para conhecimento e providências cabiveis.

Por favor acusar recebimento.

Atenciosamente,



ISMAEL BRAZ TORRES Assessor Jurídico da Spergraria Execusiva do DECON CE E-mail: ismant.furnes@opes.op.br Fone: 155 (85) 3454-1195

De: priscilar@hapvida.com.br <priscilar@hapvida.com.br>

Enviado: sexta-feira, 3 de julho de 2020 16:32

Para: Decon Ceará Atendimento aos Consumidores <deconce@mpce.mp.br>; Ismael Braz Torres <ismael.torres@mpce.mp.br>

Cc: Andressa Correia <andressacorreia@hapvida.com.br>; katiasp@hapvida.com.br

<iatiasp@hapvida.com.br>; RAYZZA <rayzza.sousa@hapvida.com.br>

Assunto: [DILAÇÃO] - PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON CE/DECON - PROC. Nº 23.001.001.20-0007822 -

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON CE/DECON

Fazendo referência a F.A 23.001.001.20-0007822, vimos por meio deste apresentar dilação da operadora Hagvida Assistência Médica Ltda., nos termos do arquivo anexo.

Solicitamos a gentifeza de confirmar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,





AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DECON CE

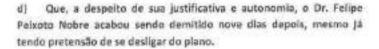
P.A. Nº 23.001.001.20-0007822 REF.: SAJ MP Nº 09.2020.00001226-0

HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede em Fortaleza, capital do estado do Ceará, na Av. Heráciito Graça, nº 406, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 63.554.067/0001-98, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 36.825-3, vem, com o máximo respeito, perante esse Douto Órgão de Defesa do Consumidor, apresentar <u>DEFESA ESCRITA</u>, nos termos a seguir expor:

BREVE RESUMO DA RECLAMAÇÃO.

O Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio do r. Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, instaurou procedimento administrativo de oficio, em decorrência da representação formalizada após tomada de declarações por videoconferência, pelo médico Felipe Peixoto Nobre. Referidas declarações alegavam em sintese que:

- a) A Hapvida estaria auditando os prontuários médicos de clientes confirmados com a doença e elaboreu um "ranking de médicos ofensores", ou seja, aqueles que não utilizam a hidroxicloroquina no processo de tratamento de seus clientes;
- b) Que um chefe responsável por uma das unidades da rede Hapvida afirmou, em um grupo de WhatsApp só de médicos do plano, que "não cabe discussão sobre o uso da hidroxicloroquina", além do que teria comunicado aos profissionais subordinados que deveriam parar de informar pacientes sobre o risco da medicação;
- c) Que foi procurado pessoalmente por um coordenador médico em seu consultório e que o objetivo da conversa foi para questiona-io o motivo de não estar prescrevendo o dito medicamento para pacientes considerados suspeitos de coronavirus, ocasião em que o declarante de justificando dizendo que os estudos sobre a eficácia da cloroquina e seus derivados são inconclusivos no combate da Covid-19, assim como traz sérios riscos à saúde de determinados pacientes, e manteve sua posição de não recomendar o medicamento quando não era expressamente necessário e cabível;



REALIDADE FÁTICA E JURÍDICA.

De Início, cumpre Informar que a Hapvida figura como operadora de planos privados de assistência à saúde, possuindo mais de 40 (quarenta) anos de atuação no mercado e, neste sentido, conquistou notória reputação na saúde suplementar por dispensar aos seus beneficiários serviços de excelência.

Tal feito só é possível mediante o comprimento das normas que regulamentam sua atuação, em especial o Código de Ética Médica, preceitos pelos quais tem profundo respeito.

Sendo assim, foi com enorme surpresa que a Hapvida tomou conhecimento da denúncia formulada pelo profissional Felipe Peixoto Nobre, uma vez que possui como principal compromisso oferecer assistência médica de qualidade aos seus beneficiários, em observância à legislação vigente, não agindo ou compactuando com condutas contrárias às determinações legais vigentes.

Nesse liame, em atenção ao disposto no item a), a operadora Hapvida refuta e existência de imposição a mádicos assistentes no sentido de prescreverem determinada medicação a seus beneficiários, ao passo que externa sua convicção de que a prescrição de todo e qualquer medicamento é uma prerrogativa do médico assistente, e que o tratamento do paciente é baseado na autonomia médica e na valorização da relação médico-paciente, com o objetivo de oferecer o melhor tratamento disponível.

É imperioso destacar a definição trazida pela Resolução do Conselho Federal de Medicina - CFM nº 1331/89 (<u>Revogada pela Resolução CFM nº 1821/2007</u>), a qual define prontuário médico como sendo "o conjunto de documentos padronizados e ordenados, destinados ao registro dos cuidados profissionais prestados ao pociente pelos Serviços de Saúde Público ou Privada".

Assim, por tratar-se de documento sigiloso e elaborado durante a assistência direita ao usuário, o dever de guarda dos prontuários médicos é incontestavelmente dos estabelecimentos de saúde (hospitais, clínicas, centros médicos, etc.), não possuindo esta operadora qualquer gerência na guarda de tais documentos, muito menos acesso aos mesmos para fins de auditoria.

Ademais, cogitar a existência de tal conduta é acreditar que uma das maiores operadoras de planos de assistência à saúde do país dispensaria esforços e recursos (em meio a uma pandemia), mediante a organização de equipe/insumos para fins de auditoria de

2

documentos com a finalidade única de perseguir profissionais/colaboradores, situação que não a traria qualquer beneficio, garantia ou vantagem.

No tocante ao destacado nos itens b) e c), impende destacar que por ocasião da pandemia decorrente do vírus SARS-CoV-2, causador da doença denominada COVID-19, a operadora Hapvida constituiu um grupo técnico de estudos, que discute constantemente as diretrizes de tratamento da doença, o que é feito em conjunto com renomados especialistas do Brasil e do exterior.

Esse grupo técnico observou a existência de vários medicamentos atualmente em teste no mundo todo, com resultados sendo divulgados no meio médico, e alguns destes medicamentos têm se revelado promissores em testes de laboratório e por meio de observação clínica, mesmo com ensaios clínicos ainda em análise.

No que se refere aos medicamentos Cloroquina e Hidroxicloroquina, apesar de inexistirem estudos científicos conclusivos, são medicamentos utilizados na prática médica há bastante tempo e com efeitos colaterais bem conhecidos e controlados, já sendo adotados no tratamento exitoso de algumas doenças infecciosas ou reumáticas, como malária, lúpus e artrite reumatoide.

Convém aqui destacar que o próprio Conselho Federal de Medicina, em parecer datado de 16 de Abril de 2020 [Processo-consulta CFM nº 8/2020 — Parecer CFM nº 4/2020], passou a considerar o uso da Cloroquina e Hidroxicloroquina no tratamento de pacientes portadores de COVID-19, propondo critérios de uso para pacientes com sintomas leves no inicio do quadro clínico, bem como para pacientes com sintomas importantes, mas ainda não com necessidade de cuidados intensivos.

Na mesma linha, o Ministério da Saúde também divulgou recentemente algumas diretrizes para o tratamento medicamentoso de pacientes com COVID-19 no âmbito do Sistema Único de Saúde², em que classifica os sinais e sintomas da doença, variando de leve a grave; e orienta a prescrição em pacientes adultos da Cloroquina e sulfato de Hidroxicloroquina, associados à Azitromicina.

Dessa forma, tal qual realizado na esfera pública pelo Ministério da Saúde e por alguns estados e municípios, e na esfera privada por outras operadoras de saúde e hospitais particulares, a operadora Hapvida e os hospitais pertencentes à sua rede própria de atendimento também elaboraram, de forma conjunta, protocolos técnicos para tratamento dos clientes acometidos pela COVID-19.

Tais protocolos tem por objetivo orientar e uniformizar a informação para

^{*}LINK: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2020/4

³ LINK; https://www.saude.gov.br/noticies/agencia-saude/46910-ministerio-da-saude-divulga-diretrizes-para-tratamento-medicamentoso-de-pacientes.

os profissionais de saúde que atuam nos atuais 39 (trinta e nove) hospitais e 42 (quarenta e dois) prontos atendimentos próprios de operadora Hapvida, localizados em 18 (dezoito) diferentes estados da federação, e consideram que a escolha do tratamento pode variar de acordo com os sinais, sintomas e a fase da doença em que o paciente se encontra.

Convém ressaltar que o caráter orientativo dos protocolos técnicos utilizados não implicam, em absoluto, em qualquer tipo de imposição ou limitação à autonomia do médico assistente de decidir se no caso concreto cabe a prescrição dos medicamentos, conforme princípios estabelecidos pelo Código de Ética Médica.

Além de respeitar integralmente a autonomia médica para determinar o tratamento do caso, os protocolos técnicos consideram que a utilização dos medicamentos (Cloroquina e Hidroxicloroquina) dependem da concordância declarada e por escrito do paciente, que deve assinar um Termo de Consentimento Esclarecido, conforme modelo que segue anexo.

Sendo assim, além de inexistir imposição para prescrição, na sua ocorrência, conforme o seu entendimento e após minuciosa avaliação do quadro clínico, figura como dever do médico orientar devidamente o paciente, de modo que não há que se falar em imposição ao médico, tampouco ao cliente.

Ademais, é imperioso destacar que a Hapvida Assistência Médica Ltda., na condição de operadora de planos privados de assistência à saúde, conforme definição trazida pelo art. 1º da Lei nº 9.656/98, limita-se a garantir a "prestoção continuado de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prozo indeterminado, com o finalidade de garantir, sem limite financeiro, o assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde".

Em outras linhas, a Hapvida não presta de forma direta serviços de atendimento médico-hospitalar, os quais são prestados por meio de estabelecimentos de saúde credenciados.

Sendo assim, embora possua profissionals médicos como prestadores de serviços, a signatária jamais os obrigou a informar diagnósticos, fornecer laudos, realizar ou atestar atos, e tampouco a prescrever medicações específicas, vez que é fiel cumpridora das disposições do Código de Ética Médica, respeitando o trabalho desenvolvido por tai profissional.

É cediço que o Código de Ética Médica ao elencar os princípios fundamentais da medicina, estabeleceu que "o médico exercerá sua profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditomes de sua consciência au a quem não deseje, excetuadas as situações de ausência de autro médico, em caso de urgência ou emergência, ou quando sua recusa passa trazer danos á solide do paciente", motivo pelo qual não teria a signatária gerência para exigir a prescrição de medicamentos específicos, como busca demonstrar o denunciante.



Repise-se que, conforme preceitua a Lei nº 9.656/98, a atividade da Hapvida restringe-se à disponibilização de rede assistencial e ao custeio de procedimentos médicos e hospitalares prescritos em favor de seus beneficiários, os quais são realizados em estabelecimentos integrantes da rede assistencial da operadora.

Resta, portanto, esclarecido que a Hapvida, não interfere na autonomia dos profissionais médicos que atuam em suas dependências, não tendo delxado em nenhum momento de observar os preceitos do Código de Ética Médica em sua atuação.

A retidão da manifestante val desde a contratação dos serviços médicos, a garantia da autonomia médica quando dos atendimentos realizados nos estabelecimentos credenciados ou mesmo processo de autorização dos procedimentos indicados em favor dos pacientes/beneficiários da operadora, agindo sempre com respeito à liberdade profissional, evitando que quaisquer restrição ou imposição possa prejudicar a eficácia e a correção de seus trabalhos.

No que concerne ao Item d), impende reiterar que a signatária, na condição de operadora de planos de saúde, é cumpridora assidua das normas emanadas da Agência Nacional de Saúde Suplementar e dos Conselhos de Classe, tais como o Conselho Federal e Regionais de Medicina, jamais exigindo de seus prestadores a adoção de conduta que venha a infringir o Código de Ética da profissão.

Todavia, no que concerne à rescisão contratual informada em denúncia, é imperioso registrar que a contratação, assim como o rompimento de contratos e a cessação da prestação de serviços pactuada entre as partes deve expressar a vontade individual dos contratantes.

No caso em comento, conforme registrado na própria denúncia e se observa por seu teor, inexistia interesse do denunciante na manutenção da relação contratual existente, o que motivou, consequentemente, a também ausência de interesse da manifestante na manutenção do contrato de prestação de serviços, não figurando o rompimento do mesmo como conduta infrativa, tampouco prova das acusações formuladas pelo profissional.

No que diz respeito à reclamação formulada pela Sra. Ana Patricia de Araújo Viana, conforme já esclarecido nos autos da F.A. nº 23.001.001.20-0007221, inexistiu conduta contraria à legislação vigente praticada pela signatária, tendo a Hapvida adotado as providências necessárias para solucionar a situação apresentada pela consumidora, ocasião na qual esclareceu a este r. Órgão que — diferentemente do entendido — autorizou o exame denominado ANTICORPOS TOTAIS PARA COVID 19, mediante a expedição da senha de nº 065829678, para fins de diagnóstico da COVID-19, o que demonstra que a signatária autua em observância da legislação e recomendações pertinentes à atividade que desempenha.

Da conclusão:

Em conclusão, constata-se que a Hapvida empreendeu todos os esforços para um adequado enfrentamento da crise decorrente da pandemia infecciosa da Covid-19. No âmbito de sua atuação, seguiu rigorosamente as determinações e recomendações emanadas do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS, Conselhos de Classe e deste r. Ministério Público, tudo no sentido de garantir uma eficiente e segura assistência médicohospitalar em favor de seus beneficiários com suspeita ou diagnóstico de Covid-19.

Portanto, inexistem indícios de prejuízos aos consumidores da signatária por ocasião dos fatos relatados nas denúncias citadas, que caracterizem ausência de informação adequada e clara sobre o serviço prestado, publicidade enganosa e abusiva, exposição de serviço que acarrete risco à saúde e segurança de consumidores, de modo que não há que se falar em afronta aos art. 44, inciso I, art. 64, inciso III e IV, art. 84 e art. 39, inciso IV e VIII do Código de Defesa do Consumidor.

Por fim, a Hapvida consigna ter convicção do enorme desafio que tem em sua missão institucional, que é proporcionar um serviço de saúde da qualidade e acoihedor a seus beneficiários, tendo o propósito de assegurar o acesso à saúde para a população em garal.

DO PEDIDO

Diante do exposto, pelos motivos de fato e de direito supra delineados, que demonstram que a manifestante não infringiu nenhum dispositivo legal, requer o arquivamento da F.A. nº 23.001.001.20-0007822 (SAJ MP nº 09.2020.00001226-0), haja vista que a conduta apurada no presente procedimento não corresponde à infração às normas vigentes, tampouco afronta os interesses individuais indisponíveis, difusos ou coletivos apuráveis por este orgão ministerial.

Sendo apenas isto o que cumpria esclarecer e requerer, aprovelta-se o ensejo para apresentar votos de consideração e respeito.

> Thayna y Dantas HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Fortaleza/CE, OS de agosto de 2020.

0.0



827 ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA

HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

Pela presente instrumento particular de alteração de contrato social, os abaixo assinados:

- Candido Pinheiro Koren de Lima, brasileiro, médico, casado sob o regime da comunhão universal de bens, inscrito no CPF/MF sob o número 367.228.638-91 e no CRM-CE sob o número 1397, portador da cédula de identidade RG número 95024000236 SSP-CE 28 VIa, residente e domiciliado na Averida Beira Mar. nº 3.500, apr. 300, bairro Mucuripo, Fortaleza, Ceará, CEP 60.165-125;
- Jorge Fontouro Pinheiro Koren de Lima, brasileiro, médico, casado sob o regime de separação total de bens, instrito no CPF/MF sob o número 456.493.243-87 e no CRM-CE sob o número 7462, portador da cádula de identidade RG número 900010068-81 SSP-CE 2º Via, residente e domicilizado na Rua Professor Pedro Barroso, nº 565, bairro de Loundes, Fortaleza, Ceará, CEP 60.137-020;
- Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior, brasileiro, administrador de empresas, casado sob o regime de comunido universal de bors, inscrito no CPF/MF sob o número 358.999.413-68, portador da céclula de identidade RG número 96009023838 SSP-CE 2# Via, residente e dumiciliado no Roa José Costa Neto, nº 110, Casa 3, bairro de Lourdes, Fortaleza, Coará, CEP 60.127-495; e
- 4. HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA., sociedade empresário limitado, com contrato na Junta Comercial do Estudo do Ceará sob e NIRE nº 23200938779, por despecho de 21/09/2001, e alterações posteriores, estubelecida na Av. Herácito Graça nº 406, bairro Centro, Fortaleza-CE, CEP 60.140-050, inscrito no CNPJ sob e nº 05.197.443/6001-38, neste ato representada por seu Sácio Administrador, CANDIDO PINHEIRO KOREN DE LIMA, acima qualificado.

sinicas săcios quotistas da sociedade denominada HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com contrato registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará sob e NIRE nº 23200511105, por despatho de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores, com sede e endereço na Ax. Herácito Graça, nº 406, 2º Andor, bairro Centro, na Cidade de Fortalezo-CE, CEP 60.140-060, inscrita no CNPI/MF sob e nº 63.954.067/0001-98, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social e o fazem pelas seguintes cláusulos:

1

(F)

Figure 1 de 3

Administração

- 1.1 Por esto instrumento particular e na melhor forma de direito, decidero os sócios, por unanimidade, aceitar a carta de renúncia ao cargo de Direitor Vice Presidente de Operações, apresentada peio Sr. Henning Heinz Martin Von Koss, brasileiro, cosado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob e número 038.712.128-57, portador da cédula de identidade número 8.211.757-7, residente o domiciliado na Rua Leonardo Mota, 700/300, Meireles, Fortaleza, Ceara, CEP 60.176-040.
- 1.2 Permanecem nos respectivos cargos da Diretoria os senhores Jorge Fontoura Plabeiro Koren de Lima, acima qualificado, no cargo de Diretor Presidente; Candido Piabeiro Koren de Lima Júnior, acima qualificado, no cargo de Diretor Vice Presidente Comercial; Bruno Cals de Oliveira, brasileiro, administrador de empresas, casado sob o regime de comunido parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 997.554.913-68, portador da Cédula de Identidade RG nº 59.385.901-7 SSP/SP, residente e domiciliado na ibua Pintor Antônio Bandeira, 1500/701, Vicente Pinton, Fortaleza, Ceará, CEP 60.192-292, no cargo de Diretor Superintendente Financeiros e Gustavo Chaves Barros de Oliveira, brasileira, divorciado, executivo, inscrito no CPF/MF sob e mámero 391.904.473-87, portador da cédula de identidade mámero 2007/002/014082, residente e domiciliado na Bua Devaldo Cruz, 390, apartamento 100, Meireles, Fortaleza, Ceará, CEP 60125-150, no cargo de Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos.
- 1.3 O Cargo de Diretor Vice Presidente de Operações ficará vago até ulterior indicução, ficando o Diretor Presidente respondendo pelas atribuições do cargo até a eleição do novo diretor.
- 1.4 Permanecem inalteradas e em pleno vigor tudo o quanto estipulado a respeito da administração e representação do Sociedade, nos termos do Capítulo VI do Contrato Social, bem como todos as demais cláusulas e condições do Contrato Social.

E, por estatem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo efeito.

Fortalem, 31 de agosto de 2016.

Candido Pinheiro Koren de Lima

Jorge Fontoura Pinhelro Koren de Lima

Página 2 de 3

Hapvida Participações e Investimentos Etda.

Candido Pinheiro Roren de Lima Júnior

Candido Pinheiro Koren de Limit

Diretores

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima **Diretor Presidente**

Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior Diretor Vice Presidente Comercial

Greens taled alexania Bruno Cals de Oliveira

Diretor Superintendente Financeiro

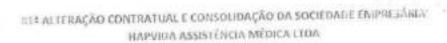
Gustavo Chaves Barros de Oliveira Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos

Henning Heinz Martin Von Koss Benunciante

AUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA-SEDE USHIDADO C PODETAD EM 30/00/2016 PODE DE SONO DE 20/00/2016 PROPERO LACOTOMISO DE 20/00/2016 CARREZZI I 90/20/20 S

INNIN CARDOON DCA SERVINE BECKERARIO GERAL

Página 3 da J



Pelo grespate instrumento particular de alteração o consolidação de contrato pacial, os abaixo assimulos.

- Candido Pinheiro Koren de Lima, farasileiro, médico, casado sob o regime da consultado universal de bens, inscrito no CPF/MF sob o número 367.228.638-91 e no CRM-CE sob o número 1397, portador da cédula de identidade 8G número 95024000236 55P05-CE 2ª Via, residente e domiciliado na Avenida Beira Mar, nº 3.500, apt. 300, bairro Mucurine, Fortaleza, Ceará, CEP CO.185-125;
- 7. Jorge Fontoura Pioheiro Koren de Lima, brasileira, múdica, casado sob a region de capanição testa de bens, inscrito no CPF/MI sob o número 456.493.243-87 e no CRM CE sob o número 2462, portugior da cédula de identidade liti-mimoro 900010068-81 SSF0S-CE 2º Via, residente e domiciliada na Bua Professor Pedro Barroso, nº 565, bairro de Lourdes, Fortaleza, Ceasá, CEP 60.177-020;
- Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior, brasileiro, administrador de empresas, casado sob o regime de comunida universal de bems, inscrito no EPF/MF sub o número 368,099,413-66, portador da cemda de identidade RG mirrorro 96005023938 SSEDS-CE 2º Via, residente e domiciliade na Run José Costa Neto, nº 310, Casa 3, balico de Loursies, Fortaleza, Crara, 60.177-495; n
- 4. HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LIDA., sociedade empresaria limitada, com contrata na Junta Comercial do Estada do Centrá sob o NIILE nº 23200918779, por despecho do 21/00/2001, e alterações posteriores, estableicada na Av. Heráciato Graça oº 406, bairro Centro, Fortaliza-CE, CEP 60.140-05B, instrita no CNPI sob o nº 05.197.443/DXII-38, neste ato representada por seu Sócio Administrador, CANDIDO PIMHEIRO KOREN DE LIMA, ocimo qualificado.

unicos rúcios spintistas de sociedade denominada HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com contrato registrado na Junte Comercial do Escada do Ceará sob o MUR nº 23/H0513105, por despacho de 24 de julbo de 1991, e alterações posteriores, com sede e endereço na Av. Herácillo Graça, nº 406, 3º Andar, bairro Centro, na Calade de Fortaleza-CE, CEP 60.140 060, inscrita no CNP (/fai) sob o nº 63.554,067/0001-98, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social e o futura pelas seguintes claimulas:



Bucar

Pâgina T de 12

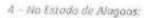


Sedo p titlais

- 2.1 Por este instrumento particular e na melhor formo de direito, resolvem os sócios realizar as seguintes mudificações na relação de filinis da Sociedade:
 - a) Retificar o CEP da filial localizada na Travessa Lomas Valentinas, nº 3, 1401 Pedreira, na Cidade de Reiém, Estado do Poré, que posta a sor 66.087-141;
 - Retricor o ondereço da fillal antes localizada na Rua Terezinha, nº 256, Adrianópolis, em Manaus, Estado do Amazonos para Av. João Valério, nº 68, Nossa Senhora das Graças, Manaus - AM, CEP 69,053-140, conforme aditivo de nº 76.
 - c] Alterar o entiereço da fillal localizada na Av. Heráclito Graça, nº 500, salo 205, Centra, Fortaleza, Ceară, CEP 60.140-060 para Rua Barão do Rio Branco, nº 1338. Centro, Fortaleza, Erará, CEP 60:025-060.
- 1.2 Em razão das alterações acima realizadas, a Cliusula Quarta do Contrato Social passa a Vigorar com a seguinte redação:

"Courte - A sociedade tem as seguintes filiais:

- 1 No Estudo do Crorá
- 7.1 Em Epriolego
- na Roa Barda da Rio Branco, nº 1338, Centro, CEP 60.035-060
- 2 No Estada do Rio Grando do Norte:
- 2.1 Em Nated
- na Ross Fellipe Camorão, nº 417, 1º c 2º Andares Cidade Alta, CEP: 59.075-200
- 3 No Estado do Pará:
- 3.1 Em Belian
- no Erroresso Lumos Valentinos, nº 1.140 Pedzeiro, CEP: 66,087-441



- 4.1 Em Maceió
- nu Run Kon Wolf, nº 09 Pinheiro, CEP: 57,057-140
- 5 No Estado da Amezonas
- 5.7 fm:Mannes















- ea Av. João Volétio, nº 68, Nossa Scultura dos Greços, CEP 69.043-140
- 6 No Estado do Bahilo
- 6.1 Em Salvaciar
- no Av. Adhemor de Barros, aº 1.134 Ondina, CEP: 40.170-110"
- Ammento de Capital Social
- 7.1 Decident os sócios, ainda, aumentar o capital social da Sociedade, passando dos atuais RS 6x6.534.863,00 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, quanhontos e trinta e quatro mit, obtocentos e seisonta e três reais), para RS 521.834.863,00 (quinhentos e vinte e un milhões, obtocentos e trinta e quatro mit, oitocentos e sessenta e três reais), representando um entrente, portanto, no valor de RS 75.30x000,00 (setenta e cinco milhões e trezentos mit teais), subscrito e integralizado em monda corrente nacional (reai) pela súcia HAPVIDA PVITIKIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LIDA., decurrente da incorporação dos aditamentes trepidados na conta de Adiantementos para Esturo Aumento de Capital (AFAC).
- 2.2 Em razão do aumento de capital acima operado, a Cláusula Sétima deste Contrato Social prissa a vigorar com a seguinte redoção:

"Séxima - O capital social é de RS 521.834.863,00 (quinhentos e vinte e um millións, ultimentos e trinta e quatro mil, oitacentos e sessenta e três reus), tatalmente subserito e integralizado pelos quatistas, am muedo corrente da Pals, representando 523.834.863 (quinhentos e vinte e um milhões, oitacentos e trinta e quatro mil, vitacentos e sessento e três) quatos, do valor nominal de RS 1,00 (hum real) cado taria, e soa distribuição é a seguinte:

Name do Quatisto	Nº Total de Quatas	Nator em Resis	≅ de Participação
andido Maheira Koren de Lima	2.	R\$ 2:00	0,000000000
raios Francias Minheira Koren de Uma	- 1	R\$ 1,00	0,00000020
angleio Patrono Carro de Flina Minlor	2	25 1,00	0,000000255
ngain. Participações e Investimentes Liña	521.234.859	85 523 894 859,00	99,99999992
otors	522.1194.853	R\$ 521.834.853,00	100,000000000:



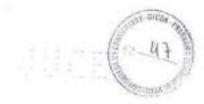
 Primanecem insiteradas e em pleno vigor todos as demais cláusulas e condições não atingidas pela presente alteração.



Bound



Philipp 3 de 12



- 4. Consolidação
- 9.1 Em virtuile dos olterações até aqui realizadas, e para atendor às necessidados aiuais da en presa, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, mediante a seguinte realisção:

CONSOLIBAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAIS

Primeiro - A sociedade girará son a denominação social de HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LIDA.

Segunda - A sede social è um Fortaleza, Capital de Estado de Ceará, na Au, Heráclito Graça, nº 406, 3≅ Andar, bairro Centro, CEP: G0.140-060, Fortaleza-CE.

terculra - A sociedade poderá lestatar, moster o extingua filluis e escritórios ou exercer suos existidades em qualquer outro ponto do território nacional ou do exterior.

Quarta - A sociedade tem as seguintes filiais:

- I No Estado do Ceará
- 1.2 On Fortaleza
- ne Rua Barilla de Rio Branco, nº 1338, Centro, CEP 60.025-050
- 2 No Estado do Rio Grande do Norte:
- J.1 Em Nittil
- no Rua Felipe Camarão, nº 417, 1º e 2º Andares Cidade Alta, CEP: 59.075-200
- 3 No Estadu do Pará:
- J.1 Em Belém
- ne Trasessa Lomas Valentinas, n# 1,140 Pedreira, CEP: 66.087-643
- 4 No Estado de Alagoas:
- 1.1 Ero Miscoid
- nir Rua Iven Wulf, nF.09 Parheiru, CEP: 57.057-140
- 5 No Estado de Amazonas
- 5.1 Em Mannes
- na Av. João Valário, nº 68, Nessa Senhora das Graças, CEP 69.053-140



Prigina 4 de 12

Buccos



6 - No Estado da Babia

5.1 - Em Salvador

no Av. Adhemar de Barros, nº 1.134 - Ondina, CEP: 40.170-110

CAPÍTULO II - PIRAZO DE DURAÇÃO

Quinta - A duração de sociedade será por tempo indeterminado na forma permitida pela legislação brasileira em vigor, tendo iniciado suas atividades em 15/07/1991, conforme registro do instrumento constitutivo na Junta Comercial.

CAPÍTULO III - DO OBJETO SOCIAL

sexta - A sociedade tem por objetivo social a contratação de serviços hospitalares, de adontologia, de merciana, de exames auxiliares, de diagnósticos de tratamento e a comercianação destes serviços de odontologia e auministração de planos de saúde: a prestação de serviços de odontologia e auministração de planos de saúde, finalidade esta que poderá ser redurida, modificada ou ampliada, mediante a deliberação dos quotistas detentores de quotas representativas da totalidade do capital sucial, na forma da Clâusula Vigêsima Oitava.

CAPÍTULO IV - DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Sétima - O capital social é de RS 521.834.863,00 (poinhesitos e vinte e um milhões, oitocentos e trima e quatro mit, oitocentos e sessenta e três reais), totalmente sobrerito e integralizado pelos quotistas, em mueda corrente do País, representando 521.834.863 (quanhentas e vinte e um milhões, nitocentas e trinta e quatro mil, oitocentas e sessenta e três) quotas, do valor nominal de 85 1,00 (hum real) cada uma, e sua distribuição é a seguinte:

Nome de Quetista	de Ouotas	Valor em Iteais	% de Participação
Caraticio Piahetra Koren de Lima	2	HS 2,00	0,0000004%
parger Vocationers Hinliesto Koren de Linox	I	II5.1,00	0,000000210
Caedhia: Pinheico Koren de Lion Airline	1	#5 1,00	8,00000025
Hayarala Participações e Investimentos Etda	521.834.859	85 521.834.050,00	19,999990156
Totals	521,334.863	85 521.834.863,00	100,000000000

Oltava - O copital poderà ser aumentado en quantas veres se fore necessário, mediante subscrição de partes novas, representada por dinheiro ou bers em espécie, ou pela conversão, em porte, cas reservas, mediante a deliberação da unanimidade dos quotistas, no formo da Cláusulo Vigesimo Oltavo.





Plyina 5 de 22

Beaun

Nona - Coundo dos aumentos do capital social, a preferência para subscrição dos quotos novas que sorá atribuída no sócio na exata proporção da participação de cada um no capital do sociedade.

Décima - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos responden solidacionente pela integralização do capital social.

CAPÍTULO V - DAS QUOTAS SOCIAIS

Décima Primeira – Entre os sócios as quotas são livremente transferíveis, não podendo, porém, os metimos, codê las a terceiros, saívo consentimento expresso de unanimidade dos demais sócios, memante defiboração em rounião de sócios, que, em igualdade de condições, terão a preferência para adiquiri-las. O Mecanismo de Transferência e o Exercício do Direito de Preferência deverão observar o Acurdo firmado entre os sócios, devidamente arquivado na Sociedade.

CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Décima Segundo- A administração da Sociodade será exercida por uma Diretoria composta por OS (cinco) membros, sendo O1 (um) Diretor Presidente, O1 (um) Diretor Vice Presidente Comercial, O1 (um) Diretor Vice Presidente Comercial, O1 (um) Diretor Superintendente Financiano e O1 (um) Diretor Superintendente Financiano e O1 (um) Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, sócios ou não, eleitos e destituíveis pelos sócios, conforme critórios de indicação estabelecidos no Acordo firmado entre os sócios e devidamente acquivado na Sociedade, com mandato de O3 (um) ano, sendo permitido a reeleição.

Décima Torcelra - Compete à Diretoria:

- (a) Cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Social, as deliberações dos sócios e a legislação em vigor;
- (b) Praticar tudos us atomorcossários à consecução do objeto societ;
- Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juizo ou fora dele, observados as disposições legais e/ou contratuais pertinentes e as deliberações dos tácios;
- [6] Conducir a política geral e de administração da Sociedade, conforme determinado polos sócios;
- (c) Coordenor o andamento dos atividades normais da Sociedade, incluindo o curruntimento das deliberações tomadas em reunião de sócios o nos suas próprias reuniños;
- (f) Elaborar os planos de negócios e os orgamentos da Sociedado, Imuais e/ou plurianuais, e solimetê-los pera aprovoção dos sócios;
- (c) Executar os planos de negócios e os orgamentos da Sociedade aprovados pelos sócios; e
- (h) Elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de codo exercício social.



Pages 6 de 12

l'aragrafo Primeiro. Compete ao Disetor Presidente, atém das demais atribuições previstas nêste Contrato Social:

- Dirigir a execução das atividades relocionadas com o plane jovernos geral de Sociedade;
- (b) Coordenar e supervisionar as atividades de administração da Sociedado;
- (c) Flaborar e apresentar dos sócios plano anual de negócios e o organismo anual da Sociedada;
- (d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (e) Representação institucional da Sociedade;
- Definir, implementar e coordinar ações que objetivem a preservação da visão, missão e volores da Sociedade;
- (g) Superintender e promover ações coordenadas e integradas sin processo de desarmobilmento das atividades da Sociedade; e
- Supervisionar e controlar os níveis dos serviços prestados e do rentabilidade de cada setos.

Parágrafo Segundo. Compete ao Diretor Vice Presidente Comercial, além das demais atribuições previatos neste Contrato Social:

- (a) Desenvolver as estratégias de negócio, de produtos e serviços, de marketinga de vendas;
- (iii) Mesociar com parceiros e cientes;
- (c) Courdenar, supervisionar, acompardiar e controlar as atividades funcionais da sua área de competiência;
- (ii) Maider as políticas de relacionamento e acomponhamento dos clientos;
- (c) Representação institucional da Sociedade em conjunto com o Diretor Presidente.

Partigralio Terceiro. Compete ao Diretor Vice Presidente de Operoções, afém das demais atribuições previstas neste Contrato Social:

- (a) Coordenar a política de recursos humanos da Sociedado;
- (b) Desenvolver projetos de cogenharia para exestaboletimentos da Sudividade e monitotar a manutenção das instalações existentos;
- (c) Provor a Sociedade de uma infraestrutura de tecnologia da informação aduquada as atividades por ela desenvolvidas;
- (d) Estruturar a diretoria jurídica da Sociedade;
- (c) Gerir a entrega dos serviços prestados pela Sociedade, notadamente a partir da supervisão do rede preferencial, dos planos administrados, o gestão dos sinistros e a área (nédico-bosnitalar; e)
- Supervisionar atividades do compra e Institica.



1

(1)

Página 7:00:32

Burn

Paragrafo Quarto. Compete ao Diretor Superintendente Financeiro, elem das demais atribologica previstas neste Contrato Sucial:

- (a) Zelar pela saúde financeira da Sociolárde, através de controles sobre investimentos, patrimônio, receitas e despusas;
- (b) Gerenciar os processos de contas a pagar, contas a receber, tesouraria e controladoria;
- (c) Assessorar o processo de planejamento estratégico e elaboração de orçamentos;
- (d) Gerenciar os orgamentos de custos e despesas;
- (e) Gerenciar o fluxo de caixo;
- (f) Assessorar e instrumentalizar a Diretoria e us sócios para tomada de decisões: e
- (g) Supervisionar os Sestores das áreas de (i) Contratos; (ii) Fiscal e de Controle; (iii) Financeira, Contabil e Orçamentária.

Paragrafo Quinto. Compete ao Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, além das domais atribuições previstas nesto Contrato Social:

- (a) Countenar e supervisionar a representação da Sociedade junto aos Órgãos/Agências Reguladoras;
- (b) Coordenat e supervisionar as atividades de análise de custes o impactos, na formação de preços e definições de produtos;
- (c) Concientr e supervisionar às áreas de tratativas de processos administrativos junto aos Órgãos/Agôncias Reguladoras;
- (d) Supervisionar os trabalhos técnico-atuariais e seus impactes nos resultados;
- (e) Supervisionar os processos comerciais de negociação através de licitações; e
- (f) Assessorar a Diretoria Executiva e us sócios para temadas de decisões nos assuntos estratégicos relacionados às sues atividades.

Décima Quarta - A Seciedade será representado pela assinatura conjunta do Diretor Presidente o do Diretor Soprifictoridente de Assartos Estratégicos, podendo, cada um, através de procuração autorgado pola Sociedade, no forma do Parágrafo Segundo obaixo, ser substituido por cada um dos dericais Diretores, sendo obrigatória, de todo modo, a participação de 2 (dois) Diretores para a execução do ato.



Parágrafo primeiro - A prática dos seguintes atos pela Sociedade dependerá da assinatura conjunta do Diretor Presidente, do Diretor Vice Presidente Comercial e do Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, podendo, até dois deles, através de procuração outorgada pela Sociedade, na forma do Parágrafo Segundo abaixo, ser substituído pelo Diretor Vice Presidente de Operações e pelo Diretor Superintendente Financeiro, sendo obrigatória, portante, a porticipação de 3 (três) Diretores gara a execução do ato:



005

(1)

Página Nide 12

Burn

- Qualquer mevimentação financeira, por qualquer meio de pagamento, envolvendo valor igual ou superior a RS 500.000,00 (quinhentos mil reals);
- Dir Celebração de qualquer suntrata de empréstimo, financiamente no assunção de encividamento com instituições financeiras, em qualquer valor;
- (c) Celebração de qualquer contrato de prestação eu aquisição de serviços no contrato de compra ou aquisição de produtos ou materiais envolvendo valor igual ou superior a 85 500.000,00 (quinheotos mil reeis), em uma so operação ou série de operações refecionadas num periodo de 12 (dure) meses; e
- (d) A prática de qualquer dos atos acima envolvendo uma sociedade controlada pela Sociedade.

marigrafo Segundo - As procurações outurgadas peta Sociedade seran astimadas pelo Diretter Presidente e pelo Diretor Superintendente do Assuntos Estratégicos, em conjunto, ou pelo Uniçtor Presidente, Diretor Viço Presidente Comercial e Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, em conjunto, o depender da matéria, na forma do caput e Parágrafo Primeiro desta Cláusola, especificarão os poderes outorgados e, salvo os procurações para representação da Sociedade em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de duração de, no máximo, 1 (um) ano.

Partigrafo Tercelro - Procurações em desacordo com o previsto nesta Cláusido Décima Quarta sumente terão validade mediante voto favorável do sócio Candido Pinheiro Roren de Lima.

Décima Quinto — A Diretoria countrae-à senure que necessário; revolante cuavocação do Diretor Presidente ou por 3 (três) Diretores em conjunto, com a presença do maiorio do seus membros. As reunides do Diretoria somente ocorrerão com a presença do Diretor Presidente, que se obriga a estar presente, admitindo se a presença por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, que mediante procuração. Las participação será considerada como presença pessoal ou referida reunião. Caberá no Diretor Presidente presidir e a outro Diretor escolhido na ocasião secretariar os trabalhos.

Parágrafo Primeiro - As deliberações da Directoria serão termidos pela maioria do votos dos presentes, sendo que, em caso de empate, primelece o voto do Director Presidente.

Décima Sexta - Os sócios são impedidos de, em nome da sociedade, conceder avais, fianças ou qualsquor tipos de garantias que, álbinas aos interesses sociais, possam acarretar ônus ou suscitar responsibilidades à empresa.

Décima Sétimo - Caso sejam proticados quarisquer dos atos comprendidos cente Capitulo, com inobserváncia das estritas regras produtivos nelle editadas, sexão esses atos considerados resolutamento invalidos e ineficaços com respeito à sociedade e, portanto, esto a vinculação,

}

98

Photon 2 de 12

porem obrigară, pessoal e ilimitadamente, o sócio ou quem infringi-la, sem prejuizo ainda das cominações logais aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO VII -- DO EXERCÍCIO SOCIAL

Décima Citava — O exercício social terá sou inicio no dia 1º de janeiro e se encurrará em 31 de dezembro de cada ano civil, quando sezão etaboradas as demonstrações financeiras, o balanço potrimonial, o inventário físico dos bens do ativo, bem como o balanço de resultado econômico da Sociadade. Fica definido que 10% (dez por cento) do lucro liquido, pelo menos, será pago aos socias a título de distribuição de lucros, proporcionalmente às respectivas participações no capital sucial do Sociedade, sendo que o saldo seguirá a destinação que for acordada pela unanimidade dos sócios, devendo os prejuízos serem absorvidos pelos sócios na proporção dos respectivas participações, nos termos do artigo 997, VII, do Código Civil.

Décima Nona - A sociedade poderá, por deliberação da unanimidade dos sócios, na forma da Cláusula Trigésima, levantar Balanços Intermediários em qualquer época do ano, dando ao lucro apurado a destinação acordada pela unanimidade dos sócios.

CAPÉTULO VIII - DA CONTINUIDADE DA EMPRESA

Vigisima - A fociedade será liquidada nos casos previstos em fei, neste contrato ou por deliberação dos sócios representando a totalidade do capital social, na forma da Ciliusalo Vigésimo Citavo, sendo a reunião de sócios o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante que deverá funcionar no periodo de liquidação.

Vigésima Primeira - A Sociedade não se dissolverá com a retirada, incapacidade, impedimento, exclusão, liquidação, recuperação judicial, falência ou morte de qualquer dos sócios, continuando com os sócios remanescentes, a menos que estes decidam liquidá-la.

Vigêsimo Segunda - No caso de morte ou ousência de qualquer sócio, as quotas do sócios morto ou ousente serão transferidas para o(s) seu(s) herdeiro(s) e sucessor(es).

Vigásimo Terceira - Nos hipóteses de retirado, exclusão, interdição, impedimento, liquidação e falência de sócios, o preço médio das quotas, para fins de apuração de haveres, poderá ser apurado com base no valor do Patrimônio Líquido ou com base no valor econômico-financeiro do Seciedade determinado a partir de avallação realizada por uma das empresas de auditoria das chamadas "dig Four", na forma definida no Acordo firmado entre os sócios e devidamente arquivado na sede da Sociedade.

1

J. april

(d)

Pågica Etkin 12

Paren

Vigistima Quarta - Caso ocorrom quaisquer dos hipóteses previstas na Calusula anterior, será dada adecia pos demais quotistas, os quels terão o prazo de até 30 (trinta) das, cuntados apartir da casta am que for recebido o aviso, pora manifestarem o direito de proferência na aquisição dos quatas do sócio retirante, excluído, intentito, impedida, liquidado ou falido na proparção das que possuliram na sociedado.

Vigésima Quinta - Não se manifestando nenhum sócio destro do prazo estabolecido na Charala anterior, as quotas poderão ser alieradas a terceiros, ficando, entretanto, condicionada a cessão e transferência destas quotas a terceiros, após a prévia aprovação da admissão do interessado, cosponirio na sociedade, pelos sócios remanescentes.

Vigésimo Sexto - Em caso de liquidação ou distribução da Sociedade, os ativos deservo ser utilizados para pagar todas as dividas da Sociedade. No caso de haver ativo recumescente, este seguirá o destinação que lhe for dada por séctos representando a totalidade do capital social.

Vigisima Sétima - A exclusão de qualquer sócio é permitido mediante deliberação da totalidade dos alemais sócios, em virtudo de atos de inegânel gravidade ou por motivos que constituam justo causa, numerarado que tais motivos pôcim em tisco a continuidade da empresa, alteratulo se, para tiente, o Cuntrata Social.

Paragrato Primeiro: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios especialmente convocada para esse lim, para permitir o comporecimento do sócio a ter excluido o o exercicio de teu direito de defesa.

CAPÍTULO IX - DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Vigesima Oltavo — As deliberações sociais serão mintadas mediante decisio favorável da aramimidade dos sócios, inclusive para conhocer alteração contratora, exclusão on sócios o nomenção/destituição de administradores. Em casa de eventual impasse, prevalecerá a voto do sócio CANDIDO PINHEIRO KOREN DE LIMA.

Vigésima Nona — A sociedade poderá, por deliberoção dos sócios representantes do totalidade do capital social, ou seja, por decisão unânime, na forma da Cláusula Vigésima Ostava, transformarse em outro tipo societário, locorporar outras empresas e por elas ser incorporada, cindir se total ou parcialmente, familir-se com outras empresas, participar de potras sociedades sejá como que tista ou acionista, inclusivo por meio de "joint-renture".

Erigésima — As deliberações sociais que não impliquem em alteração deste contrato recisi poderão ser aprovadas em reunião ou assembleia do sócios, respeitada a ananimidade estabelecido neste

Penne

23 mot 13 or 12

Capitulo, devendo igualmente prevalecer o voto do sócio CANDIDO PINHEIRO KOREN DE LIMA em caso de impusse.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Trigésima Primeira - Os casos omissos neste contrato serão reselvidos com observância dos preceitos do Código Civil, Lei nº 10.406/2002 e de outros dispositivos legais aplicáveis.

Trigésima Segunda - Com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja e independentemente do domiciliado atual ou futuro dos contratantes, fica eleito o Foro do Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, como o único competente para processar e julgar quaisquer procedimentos que, direta ou Indiretamente, decorram deste contreto social".

L, por estarom assim justos e contratados, assinom e presente instrumento em 03 (três) vias de igual tour e forma, para o mesmo efeito.

Fortaleza, 23 de agosto de 2016.

Candido Pilpheiro Koren de Lima

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima

Hapvida Participações e Investimentos Ltda.

Candido Pinheiro Koren de Lima

Candido Pinheir n de Lima Júnior

Directores.

Jorge Fantoura Pinheiro Karen de Lima Dicetor Presidente

Hennigg Heinz Wartin Von Koss

Director Pica Presidente de Operações

Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior Diretor Vice Presidente Comercial

Circtor Superintendente Financeiro

Gustavo Chaves Barros de Oliveira

Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos

Tatiena Rands

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA -SEDE

CERTIFICO O REGISTRO DA 14/11/2016 200 Nº 2016/28/27105

Proceeds 10/262710-5 DE 04/11/2010 CREATED 2 0051110 5

LEHRA CARDOSO DE A SERANE SECRETARIO-GENAL

Cook will

Nation 13 de 12

PROCURAÇÃO REF.: PROCURAÇÃO-DJ-0001/2020

OUTORGANTE: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Heráclito Graça, nº. 406, 2º andar, bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60.140-060, CNPJ/MF nº 63.554.067/0001-98, neste ato representada, na forma de seu Centrato Social, por seus administradores, Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº. 900010068-81 – 2º via – SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 456.493.243-87, Candido Pinheiro Koren de Lima Junior, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº. 96009023938 – 2º via – SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 368.999.413-68, e Gustavo Chaves Barros de Oliveira, brasileiro, casado, executivo, portador do RG nº. 2007002014082, inscrito no CPF/MF sob o nº. 391.904.473-87, que abaixo subscrevem.

OUTORGADO: IGOR MACEDO FACÓ, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº. 16.470, com endereço profissional na Rua Dona Leopoldina, nº. 1.150, 7º andar, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60110-000.

PODERES: Todos aqueles necessários e suficientes para o foro em geral, administrativo ou judicial, especialmente os poderes das cláusulas Extra e Ad Judicia, com o fim de defender os direitos da OUTORGANTE, podendo ajuizar ações, nomear prepostos, apresentar defesas, contestações, impugnações, interpor todos os recursos cabiveis em lei, receber notificações e intimações, reconvir, transigir judicialmente — com limitação de obrigação financeira de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), usando, enfim, todos os recursos em Direito admitidos para a defesa dos direitos da OUTORGANTE, podendo substabelecer o presente instrumento, no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes, tudo para o bom e fiei desempenho do presente mandato.

Fortaleza/CE, 20 de Janeiro de 2020.

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima RG na 500010068-81 24 via SSP-CE CSF-JNF-na 456-8234833-87

Candido Pinheiro Karen de Lima Junior

RGr#.9600902393829VirSSP-CE CPF/MFr#.3383969.413-58

Gustivo Cheves Burros de Oliveira 9G nr. 2007002014082 CPE/MFnP.291904473-87





SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, SUBSTABELEÇO, COM RESERVAS DE PODERES, aos advogados/as: ALINE CARVALHO BORJA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 934.953.153-49 e na OAB-CE sob o nº. 18.267, BRUNA BRITO DO NASCIMENTO, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº. 038.439.753-02 e no OAB-CE sob o nº. 36.990, DANIEL SOARES CAVALCANTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 920.216.203-44 e na OAB-CE sob o nº. 17.659, FRANCISCO DE ASSIS BARROS DA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 000.901.123-42 e na OAB-CE sob o nº. 20.092, HUGO LEONARDO PEGADO BENÍCIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 009.489.434-59 e na OAB-CE sob o nº. 41.077-B, ISAAC COSTA LÁZARO FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº, 966,269,503-63 e na OAB-CE sob o nº, 18.663, ITALO REGIS DE VASCONCELOS CARVALHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob a nº. 048.924.904.31 e na OAB-CE nº. 27.984, LAURA MARIA AMARO MARTINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 013.053.623-73 e na OAB-CE sob o nº. 22.874, LUIZ CARLOS VIDAL MAIA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº, 510.415.883-72 e na OA8-CE sob o nº, 20.266, MICHELE NOBRE FERREIRA BRINGEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 027.099.123-92 e na OAB-CE sob o nº, 25.577, RACHEL FEITOSA PONTES VICENTINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 000.660.143-01 e na OAB-CE sob o nº. 24.441, SILENO KLEBER GUEDES FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 456.492.603-97 e na OA8-CE sob o nº. 14.871, SILVIA LETÍCIA FERREIRA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 004.643.013-00 e na OAB-CE sob o nº. 23.717-8, todos com escritório profissional sito na Rua Dona Leopoldina, 1150, 7º andar, Centro, Fortaleza - Ceará, CEP 60110-000, os poderes a mim conferidos por HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. (CNPJ № 63,554.067/0001-98).

Fortaleza-CE, 20 de janeiro de 2020.

IGOR MACEDO FACO OAB/CE Nº 16.470



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, SUBSTABELEÇO, COM RESERVAS DE PODERES, às advogadas IZADORA GOMES DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 034.187.303-96 e na OAB/CE sob o nº 41.345; KATIA DE SOUSA PAIVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 018.137.623-76 e na OAB/CE sob o nº 29.853; e PRISCILA RÉGIA FURTADO XAVIER, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 018.813.783-14 e na OAB/CE sob o nº 37.582, THAYNA GONAÇALVES DANTAS, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 060.101.973-33 e na OAB/CE sob o nº 43.687 todas com endereço profissional na Av. Heráclito Graça, nº 406, Anexo (Acesso pela Rua Dona Leopoldina), Centro, Fortaleza - CE, os poderes a mim conferidos por HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., especificamente para obter cópia, apresentar defesa, recurso, esclarecimentos, nomear preposto e transigir, com limitação de obrigação financeira de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos autos do Processo Administrativo nº 23.001.001.20-0007822 em trâmite no MINITÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON CE/ DECON.

Fortaleza/CE, 29 de julho de 2020.

DANIEL SOARES CAVALCANTI OAB/CE Nº 17.659





PROCESSO-CONSULTA CFM nº 8/2020 - PARECER CFM nº 4/2020

INTERESSADO: Conselho Federal de Medicina

ASSUNTO: Tratamento de pacientes portadores de COVID-19 com cloroquina e

hidroxicloroquina

RELATOR: Cons. Mauro Luiz de Britto Ribeiro

EMENTA: Considerar o uso da cloroquina e hidroxicloroquina, em condições excepcionais, para o tratamento da COVID-19.

DO PARECER

O mundo está vivendo o maior desafio do século na área da saúde, a pandemia da COVID-19. O enfrentamento desta pandemia exige o envolvimento de toda a sociedade, incluindo dirigentes de diferentes países, autoridades da área da saúde, sistemas de saúde, universidades, entidades médicas, cientistas, médicos e demais profissionais da saúde, a imprensa e a população em geral.

Em dezembro de 2019, diversos casos de pneumonia por causa desconhecida surgiram na cidade de Wuhan, provincia de Hubei, China. A partir da análise do material genético do virus que foi identificado, constatou-se que se tratava de um novo coronavirus, denominado SARS-CoV-2 (do inglês severe acute respiratory syndrome coronavirus 2).

A infecção pelo virus SARS-CoV-2 causa a doença que foi denominada COVID-19 (do inglês coronavirus disease 2019), cujos principais sintomas são febre, fadiga e tosse seca, podendo evoluir para dispneia ou, em casos mais graves, síndrome respiratória aguda grave (SRAG). A doença se espalhou rapidamente pelo território chinês e, posteriormente, pelo mundo, tendo atualmente como epicentros a Europa e os Estados Unidos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou a doença como uma







emergência de saúde pública global, e, em 11 de março de 2020, ela passou a ser considerada uma pandemia.

Essa pandemia atingiu todo o mundo, e o número de casos aumenta a cada dia no mundo e também no Brasil. Desde janeiro, quase 2 milhões de casos já foram confirmados no planeta, e foi registrado significativo aumento nos últimos dias: cerca de 80 mil casos novos diariamente. Segundo dados oficiais do Ministério da Saúde, no dia 16 de abril já havia 30.425 casos confirmados, com 1.924 mortes no Brasil. Esses números são muito inferiores aos reais, devido à pouca disponibilidade de testes diagnósticos e à demora na confirmação dos casos graves e óbitos no país.

Esses dados colocam o Brasil como o terceiro país das Américas com maior número de casos e de óbitos pela doença, atrás dos Estados Unidos e do Canadá.

A única estratégia reconhecida até o momento para prevenir a infecção é evitar a exposição ao virus, e as pessoas devem ser aconselhadas a vários comportamentos, que incluem lavar frequentemente as mãos, evitar tocar os olhos, o nariz e a boca com as mãos não limpas, evitar o contato próximo com as pessoas e cobrir a boca e o nariz com o antebraço ao tossir ou espirrar. Também é altamente recomendado procurar atendimento médico imediatamente se tiver febre, tosse e dificuldade de respirar e compartilhar histórico de viagens com o profissional médico.

As medidas de isolamento social têm sido recomendadas em todo o mundo como a única estratégia eficaz para impedir a disseminação rápida do coronavirus e para evitar que sobrecarregue o sistema de saúde, o que dificultaria a disponibilidade de recursos suficientes para o cuidado a pacientes com COVID-19, em especial os mais graves, que necessitam de internação hospitalar e cuidados intensivos.

Se as medidas de contenção horizontal foram impostas, num primeiro momento, para possibilitar um rebaixamento nos níveis de contágio, permitindo ao sistema de saúde promover a adequação de sua infraestrutura, com ampliação de leitos específicos





de hospitalização e de UTIs, assim como o devido treinamento das equipes, sabe-se que elas não podem durar indefinidamente em razão de sua repercussão em outros aspectos da vida econômica e das relações sociais da comunidade, fator de estabilidade financeira e da saúde mental dos cidadãos.

Para tanto, a retornada das atividades produtivas deve seguir um rigoroso esquema de segurança para prevenir o contágio, levando em conta os aspectos epidemiológicos e de infraestrutura alcançada, mantendo-se e exigindo-se o cumprimento das regras de higiene, com redobrada campanha publicitária nesse sentido, além daquelas que tratam do distanciamento seguro para o contato entre pessoas.

O reconhecimento precoca de novos casos é primordial para a prevenção da transmissão. Atualmente, sabe-se que os casos não detectados e assintomáticos são os maiores responsáveis pela elevada taxa de transmissão de SARS-CoV2.

Algumas séries de casos mostram que a presença de fatores e comorbidades como diabetes, hipertensão e doença coronariana está relacionada a maior risco de morte por COVID-19. Além disso, idade avançada também é fator importante, pois há risco maior de gravidade e óbito por COVID-19 para pessoas entre 60 e 70 anos, e ainda maior para aquelas com mais de 70 anos. Essas pessoas com alto risco de doença grave ou mesmo óbito devem ser mantidas no máximo isolamento social possível.

As medidas fundamentais do cuidado adequado a pacientes com COVID-19 mais grave, com consequente diminuição da mortalidade, relacionadas a internação hospitalar incluem:

- Médicos, médicos intensivistas, enfermeiros, fisioterapeutas e a equipe de saúde geral em número suficiente e com preparo adequado;
- Obrigatoriedade de equipamentos de proteção individual em número suficiente;







- Leitos hospitalares em número suficiente;
- Leitos de unidades de terapia intensiva em número adequado, com instalações de boa qualidade e com equipamentos, medicamentos e materiais de consumo suficientes;
- Encaminhamento precoce para cuidados intensivos, quando indicado;
- Equipamentos de ventilação mecânica de boa qualidade e em número suficiente;
- Preparo adequado dos profissionais de saúde para estratégias de ventilação mecânica adequadas a pacientes com COVID-19.

Existem, portanto, muitas evidências relacionadas à prevenção da disseminação da infecção pelo coronavirus, à identificação precoce dos casos, ao isolamento social e ao cuidado aos pacientes com COVID-19, em especial os mais graves, que necessitam de internação hospitalar. A assistência a todas as pessoas, baseada em cuidados gerais de excelente qualidade, é, no momento, a prioridade no enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Entretanto, até o momento, não existem evidências robustas de alta qualidade que possibilitem a indicação de uma terapia farmacológica específica para a COVID-19. Desde o final de 2019 existem dezenas de medicamentos em testes, e muitos dos resultados desses estudos estão sendo divulgados diariamente. Muitos desses medicamentos têm sido promissores em testes em laboratório e através de observação clínica, mas nenhum ainda foi aprovado em ensaios clínicos com desenho cientificamente adequado, não podendo, portanto, serem recomendados com segurança. É importante ressaltar que, na história recente da pesquisa do tratamento de várias doenças infecciosas, como por exemplo a recente epidemia de infecção pelo vírus Ebola, muitos medicamentos que demonstraram efeito em estudos em laboratório não foram eficazes ou acabaram sendo prejudiciais quando passaram para utilização clínica.

O constante acompanhamento dos resultados de estudos com medicamentos é de extrema relevância para atualizar, periodicamente, as recomendações sobre o tratamento da COVID-19. Existe um consenso entre pesquisadores de diferentes países





de que ensaios clínicos, com desenho adequado do ponto de vista científico, são urgentes para orientar os médicos quanto ao melhor tratamento.

A administração de um medicamento que não tem efeito comprovado, como alternativa para o tratamento de pacientes com maior gravidade, assume, muitas vezes de forma equivocada que o beneficio será maior que o prejuizo. Entretanto, frequentemente não é possível saber se um medicamento não testado para determinada doença terá maior beneficio ou maior prejuizo se não houver um grupo controle.

Dois medicamentos que têm sido muito utilizados para o tratamento da COVID-19 são a cloroquina e a hidroxicloroquina, isoladamente ou associados a antibióticos.

Apesar de haver justificativas para a utilização desses medicamentos, como suas ações comprovadamente anti-inflamatórias e contra outros agentes infecciosos, seu baixo custo e o perfil de efeitos colaterais ser bem conhecido, não existem até o momento estudos clínicos de boa qualidade que comprovem sua eficácia em pacientes com COVID-19. Esta situação pode mudar rapidamente, porque existem dezenas de estudos sendo realizados ou em fase de planejamento e aprovação.

Por exemplo, a Sociedade Americana de Doenças Infecciosas, em documento publicado em 11 de abril, recomenda que a hidroxicloroquina e a cloroquina, isoladamente ou associadas a azitromicina, só sejam utilizadas em pacientes internados sob protocolos clínicos de pesquisa.

A Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR) alerta, no item segurança da cloroquina (CQ) e hidroxicloroquina (HCQ), para os seguintes aspectos:

 a) Por serem medicamentos utilizados há muito tempo, o seu perfil de segurança é conhecido. Os antimaláricos são considerados medicações imunomoduladoras e não imunossupressoras;







- As reações colaterais mais comuns são relacionadas ao trato gastrointestinal, como desconforto abdominal, náuseas, vômitos e diarreia, porém também podem ocorrer toxicidade ocular, cardiaca, neurológica e cutáneas;
- Paciente portadores de psoriase, porfiria e etilismo podem ser mais suscetiveis a eventos adversos cutáneos, geralmente sem gravidade;
- d) Em casos raros, pode ocorrer hemôlise em pacientes com deficiência de glicose-6-fosfato-desidrogenase;

Especial atenção deve ser dada à interação com drogas que podem levar ao alargamento do intervalo QT, como macrolídeos, quinolonas, alguns antivirais e antipsicóticos.

DA CONCLUSÃO

Com base nos conhecimentos existentes relativos ao tratamento de pacientes portadores de COVID-19 com cloroquina e hidroxicloroquina, o Conselho Federal de Medicina propõe:

- a) Considerar o uso em pacientes com sintomas leves no início do quadro clínico, em que tenham sido descartadas outras viroses (como influenza, H1N1, dengue), e que tenham confirmado o diagnóstico de COVID 19, a critério do médico assistente, em decisão compartilhada com o paciente, sendo ele obrigado a relatar ao doente que não existe até o momento nenhum trabalho que comprove o benefício do uso da droga para o tratamento da COVID 19, explicando os efeitos colaterais possíveis, obtendo o consentimento livre e esclarecido do paciente ou dos familiares, quando for o caso;
- b) Considerar o uso em pacientes com sintomas importantes, mas ainda não com necessidade de cuidados intensivos, com ou sem necessidade de internação, a critério do médico assistente, em decisão compartilhada com o paciente, sendo o médico obrigado a relatar ao doente que não existe até o momento nenhum





trabalho que comprove o beneficio do uso da droga para o tratamento da COVID 19, explicando os efeitos colaterais possíveis, obtendo o consentimento livre e esclarecido do paciente ou dos familiares, quando for o caso;

- Considerar o uso compassivo em pacientes críticos recebendo cuidados intensivos, incluindo ventilação mecânica, uma vez que é dificil imaginar que em pacientes com lesão pulmonar grave estabelecida, e na maioria das vezes com resposta inflamatória sistêmica e outras insuficiências orgânicas, a hidroxicloroquina ou a cloroquina possam ter um efeito clinicamente importante;
- d) O principio que deve obrigatoriamente nortear o tratamento do paciente portador da COVID-19 deve se basear na autonomia do médico e na valorização da relação médico-paciente, sendo esta a mais próxima possível, com o objetivo de oferecer ao doente o melhor tratamento médico disponível no momento;
- Diante da excepcionalidade da situação e durante o período declarado da pandemia, não cometerá infração ética o médico que utilizar a cloroquina ou hidroxicloroquina, nos termos acima expostos, em pacientes portadores da COVID-19.

Essas considerações que serviram de base para as decisões do CFM basearamse nos conhecimentos atuais, podendo ser modificadas a qualquer tempo pelo Conselho Federal de Medicina à medida que resultados de novas pesquisas de qualidade forem divulgados na literatura.

Esse é o parecer, S.M.J.

Brasilia, 16 de abril de 2020

MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO

Conselheiro Relator

BEASIL (MITTAL/VOOV.BA) 72821881 Minasterio da Saúde (https://www.saudu.pov.tr/)

ACCUMENTABLE OF CREATING THE PARTY.

[https://www.tecebook.path/mmssepsi.

(http://witter.com/mineaude)

(http://www.poidube.com/minsautebr)

Challe Analogram committedudar)

[https://xoundcloud.com/minesteriodusauxie]

(https://www.fisic.comphotoemersaccompacteobures)

(https://www.inkgrin.com/company/ninsisteriocissaudict

Solenius (Allą vilotosus aucide pischnickemes—episteliwa). Covidence (http://souckrgass.or/survicenas Соголозердо в Інграніка (коминерацио-е-опучения) Contatos (Hale-concecu) Aguentarie de regreros (hecoscoria-do imprensa)

HOSPITAGES PROTEIN PRINCIPAL IS

GLYAMA NO ROAD INCOMPLETABLESHIP JURI 100065-004, SI BEAUGURIN JOSEPH THE THE PARTY OF THE PARTY

ACHA QUE ESTÁ COM SINTOMAS DA COVID-19?



O QUE VOCÊ PRECISA SABER!

[https://cororteritus.esurte.gov.brio-que-fazer]

Office / Contravenus saute gov by

Localiza

Ministério da Saúde divulga diretrizes para tratamento medicamentoso de pacientes

(https://ocelizesus.seuce.gov.ter)

Coronavirus (COVID-19) (https://coronavirus

Saude de A a Z (http://saude.gov.br/saue do-o-z)

Inattuctorial (facesso-ninformaceo/reditucional

SUS (Isistema-unicode saude)

Offmas noticins (Inoticina)

PLANTING DUSTRE LET CAN SWEET OF 2000 201429 (North sharksopile are Guirta, 2" de Mais au 2005, 11152"

As recomendações publicadas nesta quarta-feira (20) são para o tracamento precoce, com cloroquina e hidroxicloroquina, de pacientes com COVID-19, no Sistema Único da Saúde (SUS)

O Ministério do Soude divulgou neste querta-feira (20) as orientações Ulmages/pdf/2020/May/20/erientacoes-manuselo-modicamentoso-covid19.pdf/ para ampliar o acesso de pacientes com COVID-19 ao tratamento medicamentoso precoce, ou seja, no primeiros dias de sintomas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O documento traz a classificação dos sinals e sintomas da doença, que pode variar de leve a grave; e a orientação para prescrição e pacientes adultos de doix medicamentos associados à astromicina: a ctoroquina e o sulfato de



1 Wifter no topo

Boletino epiderniológicos (/bolotinsepiserniologises)

ASSUNTOG:

Alerção Especializada ('ofercauespecializada-ehospitalar)

Aserção Primária (Valencias-primaria)

Assistêncie Farmacéutica (lossistenciafarmaceutica)

Cièrcia e Tecnologia e Corrolexo Industrial (Iciancia-etecnologia-ecompless-industrial)

Gestan-do-sus)

Vigitáncia em Sauda (Nigitancia-a/hsaude)

Participação e Controle Sossai (/participacao-econtrole-social)

Ropesses financeiros (/repressosfinanceiros)

Soude para Você (teaude-para-voce)

Succe Indigene (/sausta-indigena)

Sayon de A.4 Z. (Naudo de a.z.)

Trabatio, Educação e Quelificação (trabatio-educacaoe-qualificacao) histroxicloroquina. A esculha do melhor tratamento para a duença pode variar de acordo com os sinais e sintomas e a fase em que o paciente se encontra. Esses dels medicamentos já eram Indicados para cosos graves, hospitalizados.

Acesse aqui as orientagões sobre o uso da medicamentos para tratamento precoce da COVID-19 (/mages/pdf/2020/May/20/arientaceas-manuseio-medicamentoso-covid19.pdf)

D acesso desses medicamentos só é possível por meio de prescrição médica. Ou seja, é de competência do médico, em concordência declarada por escrito pelo paciente, o uso do tratamento medicamentoso. O ministério elaborou ainda um Termo de Ciência e Consentimento pera uso de Hidroxicloroquina/Cloroquina (https://saude.gov.br/images/pdfr2020/May/20/Termo-de-Cie-ncla-o-Consentimento-Hidroxicloroquina-Cloroquina-COVID-19.gdf). Para ampliar a recomendação para o uso precoco da doença, o Ministério da Saúde levou em consideração a existência de diversos estudos sobre o uso da cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19.

De accedo com a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação ne Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde. Mayra Pinheiro, as orientações disponibilizados pelo Ministério da Saúde garantem o princípio da equidade defendido pelo SUS como uma realidade a todos os brasileiros. Independentemente de classe social. "Estamos respeitando o direito que os profissionais médicos têm de prescrever a seus pocientes o que já é prescrizo nos serviços privados do país", afirmou.

O objetivo da formulação das diretrizes, pelo Ministério da Saúde, é orientar e uniformizar a informação para os profissionais de saúde que atendem na rede pública de saúde. O documento também alerta para o risco da autoprescrição por parte de população. O consumo da cioroquina e do sulfato de hidroxicloroquina, sem avaliação o prescrição médica, pode resultar em prejuízos à saúde e redução da oferta para pessoas com indicação precisa para o seu uso. Para os profissionais de saúde, o Ministério alerta para a necessidade de, antes de uso dos medicamentos, realizar avaliação dos pacientes por meio de anamnese, exame físico o exames complementares.

Recentemente, o Conselho Faderal de Medicina (CFM) propôs que os médicos considerassem a prescrição da cloroquina e da hidroxicloroquina, em condições excepcionais, a partir do consentimento do paciente pera tratamento da COVID-19.

Medicamentos dessa classe terapéutica já são disponiblizados no SUS para tratamentos de outras doenças. como a malária, lúpus e artrite reumatólde. O Ministério da Saúde esclarece que, até o momento, não há nenhum medicamento, substância, vitamina, alimento específico ou vacina que gossa pravenir a infecção pelo coronavirus.

Assista, na integra, à coletiva com informações do protecelo - 20.05.2020

Informações classificações (/informaccesclassificações)

Legislação da Saúde (Vapidacao-dasaude)

Littações e contratos (lacesso-einformaciac/icitecoese-contratos)

Participação Social (Incessor-a-Informacaciparticipacas xxxial)

Programa de Estágio (lecesso-ainformación programade estagio)

Receita e Despesso (/acceso-aertomacaci-acetaco-despesso)

Redes Socials (hydes-socials)

Reletário de Omidio (Yellatorio-de-gestaci)

Serviciona ('accessoii-

Informacias/serviciones)

Soniço de Informação do Geladão (SIC) (Secesso e-Informação/servezdo-informação nocidadão)

Sistema Schrings de Informações (SEI) (Issi)

CONTRAL DE

Aplicatives (https://noblems.saude.c O MI prio da Saúde está internedicando a produção da cloroqui pos laboratórios brasileiros e fazonde contatos internecionals para trazer ao Brasil o principio ativo da hidroxicloroquina, hoje em falta em todo o mundo. A cloroquina já era ofertada no SUS para possoas com malária. Além clisso, a pasta está trabalhando para que e estoque de azitromicina também possa ser garantido nos estados e nos municipios.

Neste ano, o Ministério da Saúde adquiriu 3 milhões de comprimidos de cloroquina 150 mg. produzidos pela Fundação Oxweldo Cruz (Flocruz). Além disso, o saboratório Químico e Farmacêutico do Exército (LQFEX) produziu 1 milhão de comprimidos e celecou à disposição de posta. O Ministério da Saúde negocia com esses laboratórios novas aquisições do medicamento.

Até e momento, foram distribuídos 2,9 milhões de comprimidos de cloroquina em três envios distintos para os estados, com base no número de casos confirmados apresentados nos Boletins Epidemiológicos do Ministerio da Saúde.

A hidroxiciorequina é adquirida peles estados para a sobrevida e controle de pacientes portadores de Lúpus Eritematose Sistêmico e Artrice Reumatoide. Atualmente no Brasil, existem quatro empresas com registros válidos junto à Agência de Vigilância Sanitário (Anviva) desse medicamento: Apsen Farmacêutica, Sanofi Aventis, Mediey Sanofi no Brasil, e EMS indústria Farmacêutica. Essas empresas são responsáveis por abastecer o mercado público e privado no país.

Para saber mais sobre corenavirus, assese nossa página especial (http://www.saude.gov.lin/coronavirus)

Da Agência Satide Atendimento à Imprensa (61) 3315-3713 / 3580 / 2351

Agilical Sactor (noncessgence sactor)

Agilical Sactor (noncessgence sactor)

Agilical Sactor (noncessgence sactor)

Assumbly SCTES (noncessgence sactor)

Assumbly SCTES (noncessgence sactor)

Assumbly SCTES (noncessgence sactor)

Assumbly Screen Pagatagnage

Assumbly Screen Pagatagnage

Assumbly Screen Pagatagnage

Assumbly Screen Pagatagnage

Assumbly Statement Pagatagnage

Ass

CORONAVÍRUS (COVID-19) (HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS) AEDES AEGYPTI (/SAUDE-05-A-Z/COMMATE-AD-AEDES) DIABETES (HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/DIABETES) ZIKA VÍRUS (HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/ZIKA) TUBERCULOSE (HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/TUBERCULOSE)

180

† Voltor as focu-

Aution

(Netracio)

Campenhas

(HTP: I'www.saude.gov.br/

Biblioteca.

If CIT I WWW, Named a Upon Tax

Imagers.

(https://www.flickr.com/ph

Videos

fritps://www.youtube.com

A Volter person topó

Assuntos

Asungão Expectaturdo (Viriendo) inspecializada e hospitalari Attrição Primiero (Velencioprinery Assistancia Formacistico (instrumental/amapeuter) Ciència e Tecnologia e Gempless Industrial (councils a facerotogia esurgleso-insurinties Dawling do SUS ('gealbe-do-son) VigiSecia yer Sacch (Vigilancia-emsaudio Participação e Controlo Sociel (gartepasso-e-control-sacial) Roperses financians (Impanies-(transpirent) Secre para Vooli (learle-pera-Saude Indigens (maude-indigents) Septe to A of E (South-Select)

Saude no Brazili

Codice o Indicessores de Salate (Statione endicestata de nouve) Informes de Actoniseous (Informeses-actonisosoe)

Producatos a Diretriares (ignetaceilose-sinstitució)

Elektra alagomiopikos tyrojapaelektra alagomiopikos tyrojapa-

Acesso à Informação

Acesso & Informação Dicasso-4informécial)

Aglas a Programus (Incomeescoppie)

2000 mini

Agendo das Autoridades (higendodas-autoridades)

Audiorius (southeres) Congledos (sousglados)

Concursos a sale; Ses (100/000-0reformacea/concursos o acticoses)

Central de centacidos

Aproxives

(https://mobilens.saudo.gov.tm)

Autos (Autorito) Campanhas

(Night Verwal course got below position)

Sistema Maria

(Figurieres sauda gostrifica)

Inagers.

(https://www.ficks.com/photoshrinkle/nedasoubelsfroms)

Videos

[https://www.grebde.com/cas/MinSousieBIS]

Redes Socials

Teller (http://weter.com/mirco.ck)

-YouTube

(http://www.yeutubo.com/nensaudebr)

Pacadorell

(https://www.facuboxik.com/minewark)

Flow.

[Https://www.lithi.comphotosminuluroilasaudelefauna)

1 Volter en lesso.

Tiebeho, Educação e Cualificação (Prehalto-severes-e-qualificacies)

Convértos a Transferências Decision of Conscious Convences (transferences)

(Normações class Scories (Stricenescos) classificadas) Ligaração da Salate (Angialacaode-susdel

Cicitegánia a sontretas (Incheso-ininfrarreconstictuezas e contratos)

Participação Social (facessorainformacio confopores sucisi. Programs de Estigle (Yessen-e-

informacea/programs de-estago) Receive o Duspasso (Venturo-einformacias/acetal-a-desparaci

Rades Rockila Dwoes sociation

Relatório do Gentia (helatorio de-

gestion)

Servidoree (Vocaseb-a-Informacion/wnissess)

Serviça de Intirmação ao Cidentes (SC) Person a inferrecepteration (in-information associdadas)

Sistema Elubilaisa ex Informações (SEI) (Net)

Services

Sistema

(VEX.VEXTOSIS GRIDE GOLD SUBSTRANanapticultivous

Chyldona

(http://seurin.gov.bris.evictoras)

Conuncesto e Improvae

(Nemricabas-e-mirana)

Contatos (felo-consumo

Assessed to Improve

(Femeralorio-de-Imprensa)

neagram

(https://resegram.com/n/mescar/)

Mayagação

Acceptionals (Acceptability)

Alta continue

Mapa do site (fragas-dougla)





(Mtp://www.acessosinformeuso.gux.brf)



(http://www.brasil.gov.br/)

Copyright © Ministério de Baside, Todos os direitos resenvados 2013 / 2000 -> Versillo do Sistema (himptetes) podraogoverno (himptetes) podraogoverno (himptetes) (anti-◆ Voitar para a topo



1 Voter septice

BADDE NO STASTE

Dados e indicadores de Seude (hisdos-eindicadores-dogoude)

Informes de Arboviroses (Informes-deerboviroses)

Protocolos e Direttzos (/protocolos-ediretricos)

Bolotine epiderniológicos (Roledine) epiderviológicos)

ACESSO À BEDEMAÇÃO Acesso à Informação (Iscosso a-Informacão)

Ações e Programas (2000-eprogramas)

Agentiz das Autordates ('agentia-dasautoridades)

Auditorias (/auditorias)

Colegiades (/colegiados)

Concursos e seleções (veceso-aeromacasicancursose-selecces)

Convintes a Transferâncias (/acesso-ainformaceo/conveniose-transferancias)



ORIENTAÇÕES

Para os casos leves, o médico poderá prescruvor a cloroquina ou hidroxicioroquina, combinados com a acitromicina, para pacientes que apresentarem os sintemas: perda do paladar a olfato, febre, coriza, diarreia, dor abdominal, tosse, fadiga, dores musculares e cefalela. O tratamento medicamento se será utilizado caso esses sintemas ocorram nos cinco primeiros dias do inicio desses sinais.

Se enquadram em pacientes com sinais e sintomas moderados àqueles que tiverem tosse e febre persistente diària, ou tosse persistente associada à plora progressiva de outro sintoma relacionado à COVID-19. Também é considerado moderado o pociente que tiver pelo menos um desse sintomas ja mencionados, elém da presença de fator de risco, como diabetes, hipertansão. Neste caso, o médico deve considerar a internação hospitalar, além de afastar outras causas de gravidade; evaliar presença de infecção bacteriana; considerar o uso de imunoglobolina humano, anticoagulação e corticotorapia. Neste caso, o tratamento medicamento também só será utilizado caso esses sintomas ocorram nos cinco primeiros dias do início desses sinais.

Já a classificação de pacientes com sinais de gravidade são: dispineia e/ou desconforto respiratório; ou pressão persistente no tórax, ou saturação de D^{*} menor que 95% em ar ambiente, ou coloração azulado de lábitos ou rosto. Para o atendimento destes pocientes também será preciso considerar a internação hospitaler, elém de afastar outras causas de gravidade; avaliar presença de infecção bacteriana; considerar o uso de imunoglobolina humana, anticoagulação e coticoterapia. No âmbito de atendimento medicamentoso, também só é válido para pacientes que apresentem essas sintomas nos cinco primeiros días do início desses sinais.

AQUISIÇÃO NO PAÍS



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO nº 0202/2020/SEPEPDC

Fortaleza/CE, 16 de março de 2020.

Referência Nº MP: 09.2020.00001226-0

Ilma, Senhora

JOANA ANGÉLICA PAIVA MACIEL

Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza

Rua do Rosário, 283 – Centro

Fortaleza – CE / Cep. 60055-090

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, venho através deste informar a Vossa Senhoria que foi instaurado no âmbito deste Órgão, Procedimento Administrativo (P.A.) em referência, com o fito de acompanhar a prestação dos serviços considerados essenciais aos consumidores, prestados pelos planos de saúde e pela rede hospitalar credenciada (privada), com relação aos casos relacionados ao Coronavirus, tendo em vista notícias dando conta de que alguns estabelecimentos da rede privada de saúde não estariam atendendo pacientes e/ou realizando exames para diagnóstico do corona vírus, procedendo apenas o encaminhamento dos cados para o Hospital São José da rede pública, práticas estas que configuram, em tese, infração ao Código de Defesa do Consumidor.

Assim sendo, visando instruir o mencionado P.A., venho solicitar, em caráter de urgência, informações sobre possíveis procedimentos em tramitação nesta agência, bem como as providências adotadas para coibir o comportamento das operadoras de planos de saúde atuantes no Estado, acompanhada das devidas, assinalando para tanto o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Atenciosamente,

Liduina Maria De Sousa Martins Promotora de Justiça Secretária Executiva univida 6 stores do estaca destrablemente por LIDUMA MARIA DE SOUSA MARTINIS. Para confinit si original, acesse o atte http://www.mpce.mp.fr...informe o prosesso 00001228-0 a o estaca 201414

Tel Wit CABINATE SOMS

DPDC - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

Página 1 de 1



Other matrix para flavor militar aspetitivos, reflecta a magraphito, anten para soci divingo en sista eta é por mitor purmick. Belonies.

Harmon Cockins Assitur Cookies

Operadora de saúde demite médic e pressiona por uso de cloroquina para Covid-19

Hapvida, uma das maiores no campo privado, ameaçou destigar outros profissionais; empresa não se pronunciou sobre relatos

Pur Palhapresia 18/05/70 ja 18943 musi palis era 28/01/70 ja 18/01/





het ACTOM: REGISTRE-SE

s operadoras de saúde privada do país, a Hapvida



Application of the Park Colored Print

08/00/2021

Operadors de xaúde demás médico a pressons por uso de clotoguino para Covid-19 - Falha PE

Obstance participal Morein regressionable, without a president, water compact therapy in Access to purvision santiati Sales reas

Control Control Aceter Cookies

and performance are provinced and the accordance to the contract of the contra

Em um desses grupos, um chefe de plantão informa que o grupo-Hapvida está auditando os prontuários e está fazendo "um ranking de médicos ofensores (os que não prescrevem a hidroxicloroquina)",

Na mesma mensagem, ele afirma que orientação é demitir os: médicos que apareçam duas vezas no ranking.

Leia também:

l'influte relice chirogrico mostro que acedicias bosendo em cutdincius regaliaho no pois

Lindy Gigo derrich Balsanion con chi de chongular una anbenção sionlikedy usy

Em outro grupo, o chefe responsável por uma unidade de saúde da Hapvida é direto e diz que não cabe discussão sobre a hidroxicloroquina. Ele faz um alerta para que os profissionais parem de informar os pacientes sobre o risco da medicação.

Na mesma mensagem, avalia que é necessário impedir o retorno de pacientes graves e alega que uma empresa do tamanho da Hapvida. não taria algo sem ter algum tipo de respaldo. No entanto não apresenta provas científicas de eficácia do tratamento.

A pressão, além de configurar um possível assédio moral, também vai de encontro com a resolução do Conselho Federal de Medicina que estabeloce que cabe ao médico, caso a caso, avallar a possível indicação da hidroxicloroquina para pacientes infectados com o nevo coronavirus.

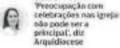
Recifense delxa o Brasil-hoje tem a própria empri nos EUA

Pai e filho morrem em capotamento de carro na

Procon-PE interdita dois estabelecimentos na RM nesta sexta-feira (5)

Pernambuco tem final de semana com medidas m. rigidas

Blogs & Colunistas



Em Persumbuco, mulheres ecupare espaços de poder na política

A multur deve cuidar c saúde em tedat as f da vida, em especia depois dos 40 anos

Eleição de tapetão

Em nota, o grupo Hapvida informeu que a que "a recomendação do

 na soborania médica, que leva em conta o histório úde de cada paciente". A empresa, contudo, não s e os relatos de pressões aos médicos para prescri tem

RECUSTRE RE

bet

Nº KEM

leloInicial

As methones potiones comiecum squi

ndgo (verwe folhapa com Empolitica/aperadora-de-saude-damia-medito-o-pressiona-par-usa) de-clomquima-par/142/146/

Произвал дарын дан облосо голбо медебеске, койтог и былгарыйг, койтог усын кой бексерь от соцы оты в десстойст такжены. Вебы кой

Toronco Danthia

Apeltar Cookies

BETWEEN THE STREET STREET, STREET, SHEET, SHEET, SHEET, STREET, STREET

O uso de medicamento, contudo, não é consenso estre as entidades médicas. A OMS (Organização Mundial da Saúde) anunciou nesta segunda-feira (25) a suspensão dos estudos com a hidroxicloroquina para reavallar sua segurança antes de retorná-ios. Na quarta (27), retirou a droga dos estudos.

A decisão foi tomada após estudo publicado na revista científica britânica. The Lancet indicar que o use do remédio estava ligado a maior risco de arritmia cardíaça e de morte em comparação com pacientes que não usaram os medicamentos.

No Brasil, três entidades —Associação de Medicina Intensiva Brasileira, da Sociedade Brasileira de Infectologia e da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia—recomendam a não utilização de hidroxicloroquina, cloroquina e também de suas associações com azitromicina.

Mesmo com as indicações contrárias de entidades científicas, a Hapvida não só manteve o protocolo de uso como passou a vender o medicamento em suas unidades no mês de abril a preço de custo, R\$ 18 o tratamento completo.

A partir de maio, o grupo adquiriu o medicamento e passou a distribul-lo gratultamente em unidades de pronto atendimento, prática que não acontece com outros remédios.

A hidroricloroquina foi comprada por meio da Fundação Ana Lima, braço social do grupo Hapvida, e a sua distribuição foi anunciada como "uma ação de solidariedade para combater a Covid-19".

het

WIEW ESPORTES

REGISTRE-BE

the layer any control of the party of the last of the

msa divulgada em 6 de maio, o presidente da Pinheiro, defendeu a distribuição da ta e afirmou que já possula medicamento para o to mil pessous. "Mas estamos trabalhando para

lelo Inicial

As reclhores petições connetim aqui destem

67

08/03/2021

Operadore de saúde demite mádico e pressione por uso de citroquina para Covid-19 - Folha PE.

и дажи ули (Министрави претоль, невтор дами превод принистрании стири и в водит пред на пред на негори sarrivani, fireto ima

Aceiter Cookies

the experience of production of the production o

Um deles, que atuava em uma das unidades do grupo no Ceará, foi desligado do quadro de médicos plantonistas do Hapvida no dia 19 de maio.

Ele afirma que nove dias antes foi procurado pessoalmente por um coordenador médico em seu consultório, que indagou o porqué de não estar prescrevendo o medicamento para os pacientes suspeitos de Covid-19.

Em resposta, ele citou estudos científicos que apontam a ineficácio e os riscos do uso do medicamento. Manteve a sua posição de não receitar a hidroxicloroquina para casos leves e acabou sendo desligado do quadro de plantonistas na semana seguinte.

Um médico que atua no grupo Hapvida em Pernambuco informou: que, mesmo contra sua vontade e entendimento profissional, tem prescrito o chamado kit Covid-19 para doentes atendidos muitas: vezes com quadro gripal bastante leve.

Ele informou que, em um plantão de 12 horas, chega a receitar de maneira obrigatória a cloroquina para mais de dez pacientes. O profissional destacou ainda que os médicos que só prescrevem o remédio em casos mais graves estão sendo repreendidos pelas chefias imediatas.

Uma médica com poucos anos de experiência, que trabalha em um dos hospitais da Hapvida em Pernambuco, disse que se sente culpada em ter que prescrever a hidroxicloroquina contra os seus princípios profissionais. Ela alega que não tem saida porque precisa

 a pagar suas contas. bet

> s médicos ouvidos pela reportagem, não há sentid hidroxicloroquina indiscriminadamente, sobretud stes com sintomas leves que não estão internado

scé não tem tempo

REGISTRE-SE

lelo minini

As emilliones perigien. counceun mpii

https://www.fuhrepo.com.br/politica/operadora-de-naudo-demite-mudico-e-granuliona-por-uso-de-eferoquina-pon142145/

Ultimos sadras proestante red ar esperindo, refresi à dasarperiro, endre sons voit ritrega en nosa als il parrevis surfecti. Salte ress

Borron Cellins

Aceitar Cookies

recebeu denúncia dos médicos sobre as ameaças relatadas e val abrir sindicância para apurar o caso.

O vice-presidente do órgão. Mauricio Matos, disse que os médicos não podem ser obrigados a prescrever qualquer tipo de medicamento.

"Não hà obrigação a seguir. Quem tem autonomia plena para decidir é o médico. Principalmente com uma droga que não tem comprovação de efeitos em nenhum estudo de qualidade no mundo. Até agora, as pesquisas apontam que não há benefício e pode, inclusive, causar prejuízo para pacientes", disse.

Matos informa que o médico não pode sofrer qualquer (ipo de pressão para tratar o paciente com algo que ele não concorde.

Sugere que aquetes profissionais que temam sofrer represátias denunciem o problema a suas entidades de classe. "Os sindicatos podem nos encaminhar essas denúncias e os médicos são preservados", diz.

Em resposta à reportagem, a Hepvida informou que segue rigorosamente as diretrizes da Abramge (Associação Brasileira de Medicina de Planos de Saúde) no que diz respeito ao enfrentamento da Covid-19.

A empresa comunicou que vem acompanhando as iniciativas lideradas pelo Ministério da Saúde para minimizar os impactos da doença.

bet

ESPORTES

 » vu que o uso do remédio, segundo observações monstrado resultados positivos, principalmente udo nos primeiros dias de sintomas.

NACEST

Você não tem tempo

REGISTRE-SE



Ascurellation perigies connection topol

https://www.fo/hope.com.br/politica/operaciora-de-saude-denvile-medico-e-pressiona-por-uso-de-cloroquina-pat/142148/

5/9





Após uma série de estudos mostrarem a ineficácia da correquina no tratamento da Covid-19 e até uma piora na saúde dos pacientes, a Organização Mundial da Saúde suspendou todos os testes am cumo e recomendou que o uso da substância fosse suspenso.

Apesar da orientação, muitos convênios médicos ainda mandam médicos receitarem o podicamento. Prevent Senior, Hapvida e planos do sistema Unimed estão seguindo o protocolo do Ministério da Saúde divulgado na última semana, que recomenda a cloroquina em casos leves da doença.



resident almos concumbros amoninte minorioresia currinte occurren

66

Para representantes do planos, os estudos se referem apenas para quem está em caso grave e não aqueles com sintomas leves, que são os que estão recebendo o remédio.

Planos de saúde x Conselho Federal de Medicina

PUBLICIONADE

O Hapvida, maior plano de saúde das regiões Norte e Nordeste, pressiona os médicos para que receitem os medicamentos. "Nós recebemos mensagens constantes para uso da cloroquina ou hidroxicloroquina para pacientes com qualquer sintoma semelhante ao da Covid-19", afirmou em entrevista ao UOL um médico que pediu para não ser identificado.



Apesor do protocolo da Ministerra da Saúde, medicas tem a palavra final quanto ao uso da cloroquina. Fata: Cameravitr IStack

PERMITTERS

Nos prontos socorros da rede Prevent Sonior, que possui mais de 425 mil clientes em 5ão Paulo, os médicos também estão receitando a cloroquina. "Não é que haja uma pressão, mas o pessoal se sente pressionado com a recomendação que vem da cheña", afirmou um funcionário da rede, acrescencando que muitos pacientes pedem pelo remédio. "Nos casos mais graves, de internação, já abandonamos a cloroquina faz tempo, não há beneficio nenhum", afirmou o direcor-executivo da Prevent Senior, Pedro Batista júnior.

PUBLICIDADE

Erquanto os planos de saúde afirmam que aponas estão seguindo o protocolo do Ministério da Saúde e que os médicos possuem a palavra final quento a prescrição ou não dos medicamentos, o Cucsulho Federal de Medicina diz que médicos que se sentirem pressionados a indicar a cloroquina devem relatar os casos.

De acordo com o Código de Ésica dos Médicos brasileiros, o profissional tem o direito de "recuser-se a realizar atos médicos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos ditames de sua consciência".





DENÚNCIA: MÉDICOS FORAM DEMITIDOS POR NÃO PRESCREVER CLOROQUINA

POR WANDY RIBEIRO, POSTADO EM FARMÁCIA CLÍNICA (FARMACIA-CLÍNICA) - # 2770





Um escândalo acaba de entrar para o epicentro da discussão envolvendo a hidroxidoroquina e oloroquina, pois, profissionais de saúde alegam ter sido demitidos por não terem prescrito os medicamentos, que, inclusive, não têm eficácio comprovada contra o novo coronavírus (Covid-19). A informação foi divulgada por meio do G1.

A denúncia envolve uma das maiores operadoras de saúde do Brasil, a Hapvida, que é acusada de pressionar os profissionais a prescrever o medicamento. Segundo a reportagem, a BBC News Brasil teve acesso a supostas mensagens compartilhadas pelo WhatsApp, em que coordenadores da empresa fazem cobranças aos médicos em relação à prescrição do fármaco.

"Estamos revisando os prontuârios diariamente, estamos vendo que alguns colegas não estão prescrevendo", teria afirmado um dos coordenadores, que também é médico. Ainda na suposta mensagem, ele continuaria: "A partir de hoje, todos os pacientes irão sair com a medicação da hidroxicloroquina (exceto os contraindicados)", teria destacado o profissional.

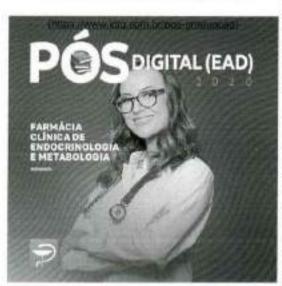
Receba nossas noticias por e-mail: Cadastre aqui seu endereço eletrónico para receber nossas matérias diariamente (https://emailmkt.ictq.com.br/receba-artigos-por-e-mail)

PÓS-GRADUAÇÃO - TURMAS ABERTAS (/pos-graduação)

Em outro suposto conteúdo compartilhado, o coordenador teria dito "que os médicos que não concordarem com a prescrição da hidroxicloroquina productivo de concordarem com concordarem con con concordarem con concordarem con concordarem con concorda

Ainda de acordo com a reportagem, as mensagens teriam sido compartilhadas por um coordenador da região de Ribeirão Preto em três grupos no WhatsApp, em que estão outros profissionais de saúde que são colaboradores no Grupo São Francisco, rede do interior de São Paulo que foi adquirida pela Hapvida em 2019, pelo valor de R\$ 5 bilhões.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Denúncias

Segundo o G1, um médico que foi identificado apenas palo primeiro nome, Mauro, disse que foi demitido por não aceitar a pressão. "Eu não queria prescrever hidroxicloroquina a pacientes com a Covid-19 porque não é um medicamento aconselhado por entidades de saúde", afirmou.

Nessa denúncia, a acusação se refere á uma possível situação que teria acontecido em uma unidade hospitalar da empresa em Ribeirão Preto, contudo, o portal explica que os relatos de cobrança sobre a hidroxicloroquina não se restringem apenas às unidades da Hapvida no Estado de São Paulo, pois, a empresa, que está em outras regiões do território nacional, é investigada no Ceará pelo Ministério Público (MP) e pelo Conselho Regional de Medicina (CRM-CE), após um médico relatar que foi desligado da operadora por se recusar a prescrever o polémico medicamento.

Posição da empresa

Em nota, a Hapvida negou qualquer situação de pressão ou cobrança para que seus profissionais receitem a hidroxicloroquina, Contudo, reforçou que adotou o medicamento por "haver evidências" de que o fármaco possa combater o novo vírus, segundo o G1.

Vale reforçar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) já descartou a eficácia da hidroxicloroquina e cloroquina no tratamento da Covid-19.

Entidades de classe

Já o Conselho Federal de Medicina (CFM) informou em nota enviada à BBC News que desconhece situações de cobrança para que médicos prescrevam determinados medicamentos. No entanto, a entidade afirmou que as denúncias são importantes: "O princípio que deve, obrigatoriamente, nortear o tratamento.

Participe também: Grupo de WhatsApp e telegram para receber noticias farmacêuticas diariamente (https://emailmkt.ictq.com.br/grupo-whatsapp-ictq)

Obrigado por apolar o jornalismo profissional

A missão da Agência de noticias do ICTQ é levar informação conflável e relevante para ajudar os leitores a comproundar melhor o universo farmacéutico. O leitor tem acesso limitado às reportagens, artigos, fotos, vicieos e áudios publicados e produzidos, de forma independente, pela redação da Instituição. Sua reprodução di permitida, desde que citada a fonte. O ICTQ é o principal responsável pela especialização farmacéutica no Brasil. Muito obrigado por escolher a Instituição para se informar.

PÓS-GRADUAÇÃO - TURMAS ABERTAS (/pos-graduação)

Voltar

Veja mais materias sobre:

Farmacéutico (/component/lags/tagifararmaceutico)

Medicamentos (/component/tags/tag/medicamentos)

Farmácia Clinica (/component/tags/tag/farmacia-clinica)

69

Matérias Relacionadas



(Apolitica-farmaceutica/1893projeta-quer-madicamento-comoservica-continuado)

PROJETO QUER MEDICAMENTO COMO SERVIÇO CONTINUADO

(/nolitica-farmaceutica/1693projeto-quier-medicamento-comoservico-continuado) 11/08/2020



(/politica-farmaceutica/1841covid-19-farmaceutico-do-madivulga-clata-de-chegada-do-1lote-da-vacina)

COVID-19: FARMACÊUTICO DO MS DIVULGA DATA DE CHEGADA DO 1º LOTE DA VACINA

l/politica-farmaceutica/1841covid-19-farmaceutico-do-niadivulga-data-de-chegada-do-1lote-da-vacina) 30/07/2020



(flamecia-clinica/1905-urgenteoms-confirma-eficacia-de-clois; medicamentos-contra-covid-19)

URGENTE: OMS CONFIRMA EFICÁCIA DE DOIS MEDICAMENTOS CONTRA COVID-19

(/farmacia-clinica/1905-urgenteons-confirma-eficacia-de-doismedicamentos-contra-covid-19) 13/08/2020

 $CH \mapsto 0$

ATENDIMENTO

Atendimento de segunda a quinta-feira das 08:00h às 18:00h e sexta-feira das 08:00h às 17:00h (Excete Feriados).

Telefones:

- 0800 602 6660
- **(62)** 3937-7056
- **8** (62) 3937-7063

Whatsapp

PÓS-GRADUAÇÃO - TURMAS ABERTAS (/pos-graduação)

(62) 99473-1495 (https://web.whatsapp.com/send?phone=5562994731495)

ENDEREÇO

Escritório administrativo - Goiás

Rua Benjamin Constant, nº 1491, Centro, Anápolis - GO.

CEP: 75.024-020

Escritório administrativo - São Paulo

Rua: Haddock Lobo, nº 131, Sala: 910, Cerqueira César.

CEP: 01414-001, São Paulo -SP.

Fale conosco (/fale-conosco)

ICTQ 2008-2016 © Todos os dimitos reservados. Next4 (http://www.next4.com.br/) - Criação de sites (http://www.next4.com.br/) 🔥

08/03/2021

"Nos dispensaram por não prescrever cloroquina cuntra quinti-19", médiços acusam operadora de saúde

NOTICIAS

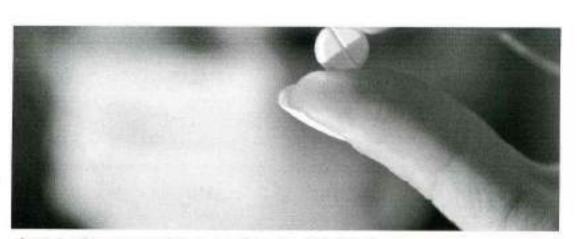
NOTICEASE

NOTICIAS



Contrudo publicado há-6 meses

'Nos dispensaram por não prescrever cloroquina contra a covid-19': médicos acusam operadora de saúde



Agente de saúde segura comprimido de cloroquina em hospital de Porto Alegre Importo DE OC WARA.

BBB NEWS

Vinfotus Lemos - (@oviniciuslemos - Da BBC News Brasil em São Paulo Da BBC News Brasil em São Paulo 15/08/2020 18/159

> Utilizarnos coolors escenciam e teoriologias sumethantes de acordo cont a ressa Política de Povecidade e, ne continuar maregando, escé concerta com estas socilições.

OK.

08/03/2021

Nos dispensaram por rião presciever dorogaina contra covid-19: médicos acusam operadora de saúde

NOTICIAS

"Reforço a importância do uso da hidroxicloroquina", escreveu um dos coordenadores da operadora Hapvida no interior de São Paulo. A mensagem foi compartilhada no fim de julho em grupos de WhatsApp de médicos que prestam serviços à empresa, uma das maiores da área de saúde privada do país, na região de Ribeirão Preto (SP).

"Estamos revisando os prontuários diariamente, estamos vendo que alguns colegas não estão prescrevendo", afirmou o coordenador, que também é médico.

RELACIONADAS



Bolsonaro volta a defender cloroquina como tratamento contra covid-19



Falta insumo para caso grave de covid em 22 estados e DF; cloroquina sobra



Imagem que circula na web não comprova venda de cloroquina em trem no RJ

Ainda na mensagem, ele foi enfático sobre a prescrição do medicamento.

"A partir de hoje, TODOS os pacientes irão sair com a medicação da hidroxicloroquina (exceto os contraindicados)", afirmou. No texto, ele ressaltou que o remédio deve ser entregue até mesmo ao paciente que assinar um termo de recusa da medicação, "para caso, no futuro, mude de ideia".

Litteranus coolina casteratio o bostologias semetambro do cubrilo com a nome Politica de Privacidade e, no conficular navigambe, você concertia com estas condições:

OK

https://matcase.uni.com.ps/utimas-enticas/dp/2020/09/13/nos-dispersystem-por-neo-presurever-clorocums-contra-covid-15-medicos-disparative-

Nos dispensoram por não prescrever domoguina contra covid-19º médicos: ácusam operadora de saúde

NOTICIAS

As mensagens de WhatsApp às quais a BBC News Brasil teve acesso, confirmadas por médicos que prestaram serviços à empresa, ilustram as cobranças relatadas por profissionais do plano de saúde para prescrever hidroxicloroquina em casos de covid-19.

71

Os 4 avanços no tratamento que reduzem risco de morte por covid-19
Os detalhes do estudo brasileiro 'padrão ouro' que aponta ineficácia da cloroquina contra covid-19

O medicamento é desaconselhado por diversas entidades de saúde internacionais e nacionais, após inúmeros estudos apontarem que é ineficaz contra o coronavirus e pode trazer riscos ao paciente.

A operadora nega que haja pressão e diz que seus médicos são livres para escolher a melhor linha de tratamento para seus pacientes.

A reportagem apurou que as mesmas mensagens do coordenador da região de Ribeirão Preto foram compartilhadas em, ao menos, três grupos de WhatsApp de profissionais que atuam no Grupo São Francisco, rede do interior de São Paulo que foi comprada pela Hapvida no ano passado por R\$ 5 bilhões.

"Eu não queria prescrever hidroxicloroquina a pacientes com a covid-19 porque não é um medicamento aconselhado por entidades de saúde", conta o médico Mauro", que relata ter sido dispensado pela Hapvida por não concordar com o uso do remédio contra o coronavírus.

Os relatos de cobrança sobre a hidroxicloroquina não se restringem às unidades da Hapvida em São Paulo. A operadora de saúde, que está em diversas regiões do país, é alvo de investigações no Ceará, pelo Ministério

Officialists cooloos essenciales e accivilizado transformediacidos do oscosio com a remai Pública de Privacidado tr. en continuar navegando, and convento tom esses condicios.

OK

"Nos dispersuram por não prescriover doroquime contre covid-19" médicos acusam operadora de saúde

NOTICIAS

determinado medicamento. Porém, a entidade frisa que essas situações devem ser denunciadas. "O princípio que deve, obrigatoriamente, nortear o tratamento do paciente é o da autonomia do médico", diz comunicado da instituição.

A Hapvida riega qualquer pressão para que os médicos receitem a hidroxicloroquina. A empresa argumenta que adotou o remédio no tratamento contra o coronavírus por "haver evidências" de que a droga pode ajudar no combate ao vírus.

'Queriam obrigar a prescrever'

Logo no inicio da pandemia do novo coronavirus, diversos planos de saúde e hospitais públicos passaram a adotar a cioroquina e a hidroxicloroquina no tratamento da covid-19. As pesquisas iniciais apontaram possível beneficio do medicamento, tradicionalmente usado em casos de doenças como malária e lúpus, contra sintomas do Sars-Cov-2, nome oficial do virus.

Em abril, a Hapvida comercializou a hidroxicloroquina por R\$ 18, a preço de custo, para os pacientes.

No mês seguinte, adquiriu milhares de unidades do medicamento e passou a entregá-lo gratuitamente aos seus clientes.

No protocolo da Hapvida, é mencionado que a hidroxicloroquina deve ser adotada logo nos primeiros dias de sintomas. Nas orientações da rede, a droga é contraindicada em casos de pessoas que têm dificuldades como problemas cardíacos ou renais e para aquelas que têm alergia à medicação.

Ottlinarios racións escepciais e translogina serialhantes de coorde atea a nessa Político de Privacidade e do continuar ravegando, vost concento com indas epidiplos.

OK

htps://eckias.ud.com.br/utimas-neticlas/bbs/2020/05/15/mas-dispensarian-poniso-presurevendoroquina-contro-cavid-10-medicas-acutam-a...

4/16

Nos dispensoram per não prescriever diproquina contra covid-19°, médicos acusam operadora de saúde.

NOTICIAS

72.

"Mas a pressão maior é para a prescrição da hidroxicloroquina. Queriam nos obrigar a prescrever", afirma Mauro.

Os estudos sobre a hidroxicloroquina e a cloroquina ? da qual a primeira é um derivado ? apontaram que essas drogas são ineficazes contra a covid-19 e podem fazer com que os pacientes desenvolvam dificuldades, como problemas nos batimentos cardíacos. Em razão disso, muitas pesquisas sobre os medicamentos foram suspensas.

Em 23 de julho, um estudo feito em hospitais brasileiros, publicado no periódico New England Journal of Medicine, apontou que a hidroxicloroquina sozinha, ou associada à azitromicina, não traz melhoras no tratamento da covid-19.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) interrompeu estudos com a cloroquina sob a alegação de que as pesquisas apontaram que ela não reduz a mortalidade em pacientes com o coronavirus. Os testes foram retomados depois, mas até o momento os resultados mostram que não há eficácia do medicamento contra covid-19.

Em todo o mundo, há pesquisas com diferentes drogas que podem ter bom desempenho contra a covid-19. No entanto, não há, ao menos por ora, nenhum remédio com comprovação científica contra o coronavirus.

No momento, a principal recomendação de entidades de saúde é que o médico decida por conta própria o melhor tratamento, conforme cada caso.

Isso significa que um profissional pode prescrever um medicamento off label? ou seja, para uma doença que não consta na bula?, desde que aponte os riscos e o paciente concorde em utilizá-lo.

Utilizarios enclára exancian e translogias sumefrantes de acerdo izam e nossa Política da Prisacidado e, no continuar navegando, verb concerta com escut condigêna.



06/03/2021	Nos dispensarien por não prescrivier cloroquina contra covid-191; médicos acusare operadora de saúde			
NOTICIAS				
	- pr- 1/			

Distribuição gratuita de hidroxicloroquina

A despeito dos estudos que passaram a apontar a ineficácia da hidroxicloroquina contra o coronavirus e até mesmo riscos à saúde, a Hapvida manteve a distribuição do medicamento entre os pacientes.

"Eles cobravam, nos hospitais e em reuniões online, que os pacientes deveriam sair da unidade com a hidroxicloroquina, mesmo aqueles que se recusassem a tomar. Diziam que era inaceitável que os médicos não usassem a medicação no tratamento", comenta Mauro.

Os médicos ouvidos pela reportagem contam que a cobrança da Hapvida para prescrever o remédio começou no início de maio.

Na época, a Fundação Ana Lima, braço social da Hapvida, anunciou que havia adquirido comprimidos de hidroxicloroquina e os entregou a hospitais da operadora de saúde, que iriam distribuí-los gratuitamente aos pacientes da rede.

Quando anunciou as entregas dos remédios, em maio, o presidente do sistema Hapvida, Jorge Pinheiro, disse que a empresa tinha comprimidos disponíveis para tratar 20 mil pessoas e afirmou que a operadora de saúde estava trabalhando para ampliar a quantidade.

Pinheiro declarou, ainda em maio, que as pessoas poderiam realizar os tratamentos em suas próprias residências, conforme as dosagens indicadas pelos médicos. Ele afirmou que sería uma forma de evitar que os pacientes apresentassem quadros graves de covid-19.

Luillourgus, concluen connections a transfugies servelhanten de ac como a norma l'adilica de l'honeidade o, les confinsat navegon	
voirá concomta poin arras condições.	- SEN

'Nos dispensaram por não prescrever dicroquina contra covid-19": médicos acusam operadora de saúde

NOTICIAS

distribui os remédios aos pacientes como "forma de afiançar o acesso ao tratamento".

13

Questionada pela reportagem, a empresa não informou quanto investiu especificamente nos comprimidos de hidroxicloroquina, nem quantos lotes comprou até o momento. No geral, a operadora afirma que investiu mais de R\$ 110 milhões no combate à pandemia, "em equipamentos, profissionais e insumos".

Logo após o início da distribuição dos comprimidos na rede, os médicos, segundo Mauro, passaram a ser cobrados insistentemente para prescrever o remédio. Ele diz que a orientação era receitar a hidroxicloroquina a todos pacientes com sintomas gripais que não fossem alérgicos ao medicamento e não tivessem problemas cardiacos ou renais. "Mesmo que a pessoa ainda não tivesse confirmação da doença, eles diziam para prescrever", relata Mauro.

A partir de meados de junho, segundo ele, a prescrição do remédio se tornou praticamente obrigatória nos hospitais da Hapvida na região de Ribeirão Preto. "Eles deixaram muito claro que quem não prescrevesse seria desligado da empresa", relata Mauro.

A mesma pressão também foi relatada em Fortaleza. O médico Felipe Nobre, de 26 anos, conta ter sido frequentemente questionado sobre a prescrição do medicamento para pacientes com a covid-19.

*Desde o fim de março havia a sugestão para prescrever o remédio. Em abril, a pressão aumentou muito. Mas a maioria dos médicos não quis receitar, por não haver evidências sólidas. Até então, era usado apenas em pacientes internados, que tinham acompanhamento e faziam eletrocardiograma diariamente. Não havia nada que indicasse que também deveria ser usado

Dillenmon	cocliden est	onciols a 6	ecimotopi	ins somethant	= de acerda
00013/40	rison Profincts	dia Physics	dadn'e.	an coallisser r	myegnada,
	wood or	oncarda con	m estas m	conclination	

98/09/2021

Nos dispensarem por não prescrever doroquina contra covid-19"; médicas ocusam operatora de apude

NOTICIAS

os comprimidos do medicamento. "A partir de maio, queriam que entregasse para qualquer caso de sindrome gripal. Os coordenadores mandavam estudos de baixa qualidade para justificar e usavam poder argumentativo chulo para tentar nos convencer", relata Felipe.

'Ofensores'

Os médicos ouvidos pela reportagem relatam que foi criado um ranking para analisar os profissionais que prescreviam a hidroxicloroquina. Os que não receitavam a medicação eram chamados de "ofensores".

Um dos prints aos quais a reportagem teve acesso mostra o mesmo coordenador da Hapvida, citado no início do texto, afirmando que a empresa faria "os ajustes que fossem necessários" em relação aos médicos que não prescrevessem hidroxicloroquina.

"Quem não estiver de acordo com as orientações, peço que me avise e agendaremos reunião para tratar caso a caso. Até a data a reunião, se não se sentirem à vontade, nos avisem que arrumaremos substitutos aos seus plantões", escreveu o coordenador, no mês passado, em grupos de médicos que atuam na operadora de saúde na região de Ribeirão Preto.

Também nas mensagens que constam nos prints, o coordenador cita que os médicos deveriam encaminhar os pacientes que não queriam receber a hidroxicloroquina para uma sala na qual um médico tentaria convencê-los a tomar o remédio.

Mauro não queria prescrever o medicamento e manifestou seu incômodo com a situação. "Sigo a medicina baseada em evidência. Se não tem comprovação

Differencias confirm envenciais a texanologiam nomethinates de acestãocom a needs Publicu de Privocidade e, no cardinor havegnado, send competitions reasonable annual con-

OK

Nos dispensaram por não prescrever claroquina contra covid-19°, médicos acusam operadora de saúde

NOTICIAS

74

Ao ser dispensado pela empresa, ele diz que se sentiu impotente e humilhado. "Gosto de trabalhar e dou o meu melhor. Mas não vou seguir ordens que vão contra as orientações da Sociedade Brasileira de Infectologia (que também é contra o uso da cloroquina em tratamento de covid-19) e dos maiores grupos de pesquisa do mundo", relata Mauro.

O médico Jorge* começaria a dar plantões no Grupo São Francisco, da Hapvida no interior de São Paulo, quando recebeu as mensagens da coordenação sobre a hidroxicloroquina. "Era uma cobrança por prescrição sem embasamento. Eles se baseiam em estudos observacionais, que na prática científica não tem valor de prova", relata.

Os estudos observacionais, que costumam ser citados como argumentos para o uso de remédios contra a covid-19, são considerados insuficientes por cientistas para definir se uma droga é eficaz contra determinada doença.

"Os estudos observacionais têm uma relevância baixa, porque não são, por exemplo, randomizados (quando participantes são definidos de forma aleatória). Podem ter muitos vieses. Não são adequados (para atestar a eficâcia de um medicamento)", disse o infectologista Sergio Cimerman, diretor científico da Sociedade Brasileira de Infectologia, em recente entrevista à BBC News Brasil.

A pressão da Hapvida sobre a hidroxicloroquina, segundo Jorge, o desmotivou a trabalhar na operadora de saúde. "Não cheguei a dar nenhum plantão por lá", diz o médico.

Jorge e Mauro decidiram não denunciar a cobrança da empresa, "É um grupo muito forte. É muito dificil que aconteca algo", argumenta Mauro. Os dois

Ulbrames con	des can	endois d	tecnoloxi	on south	ethnistes de agori	6
					near navegande.	
	worth do	moonda d	com protein	condist		

DRIGGSSSSEH

Nos dispensaram por não prescrever disroquina contra covid-191 médicos acusam operacions de saúde

NOTICIAS

por um comité médico internacional "que se apoia em evidências clínicas, e em comum acordo com os pacientes".

A empresa afirma, em nota, que "sempre respeitou a soberania médica quando o objetivo é salvar vidas" e diz que nunca pressionou os profissionais de saúde a prescreverem hidroxicloroquina ou qualquer remédio no tratamento da covid-19.

O Ministério Público de São Paulo informou à reportagem que não recebeu nenhuma denúncia sobre o tema até o momento.

O Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) confirma que recebeu denúncias sobre hospitais e planos de saúde que estariam obrigando os médicos a adotarem determinado medicamento contra a covid-19. A instituição, porém, não revelou as empresas que são investigadas, pois argumentou que as apurações "tramitam sob sigilo determinado por lei".

Investigações no Ceará

No Ceará, uma acusação de que a Hapvida estaria pressionando os médicos a prescreverem hidroxicloroquina se tornou alvo do Ministério Público local.

O relato que motivou a investigação partiu do médico Felipe Nobre. Ele narra situações como uma meta estabelecida pela empresa para que os médicos prescrevessem hidroxicloroquina, ao menos, duas vezes por plantão. O profissional de saúde comenta que chegou a receber quatro visitas de coordenadores da empresa em seu consultório.

"Falaram que as prescrições estavam sendo auditadas para ver quem

Dillicament control estimation in terrologish somethorites de acordo com a possis l'aldita de Privide dade a, ao controlor samegarido, vició sespecta estra metro constitutes.

OK

https://hoticies.uel.com.briutings-referantes/2010/08/10/nos-dependarum-per-nas-prescrover-clorequina-com/s-cow/d-19-medicos-ecusaris-

10/18

"Nos dispensaram por não prescrever cloroquina contra covid-19": médicos acasam operadora de saúde

NOTICIAS

25.

"Não havia acompanhamento dos pacientes que usavam o remédio. Entregar a hidroxicloroquina era uma estratégia para tentar diminuir a internação e evitar que os hospitais ficassem lotados, porque a Hapvida vendeu muito durante a pandemia", comenta o médico.

A operadora nega que tenha deixado de acompanhar pacientes que recebem o medicamento para tomar em casa. A empresa afirma, inclusive, que tem observado bons resultados entre os clientes com a covid-19 que tomaram hidroxicloroquina.

Em 19 de maio, Felipe foi dispensado pela operadora de saúde. "Havia falado para um dos coordenadores que eu não tinha a intenção de prescrever o medicamento. Deixei isso muito claro. Depois, ele me avisou que recebeu ordens para me desligar e que eu nem precisaria dar plantão naquela data, que seria o meu dia", conta.

Felipe comenta que ficou abalado com o desligamento da empresa. "Mas eu não podería depositar a cura de uma doença a um remédio que não tem eficácia comprovada", declara. Na época, já havia estudos que apontavam que a cloroquina e a hidroxicloroquina não apresentavam bons resultados contra o Sars-Cov-2.

Ele conta que passou a dar plantões em outros hospitais. "Não demorei para conseguir outros empregos", diz. O médico lamenta a situação de colegas que permaneceram na Hapvida. "Muitos não concordam em prescrever, mas não querem perder o trabalho. Acabam sem opção, infelizmente", relata.

Felipe procurou o Conselho Regional de Medicina do Ceará e relatou o caso. A reportagem tentou contato com a entidade, mas não obteve resposta.

Utilizamos raio	Nos essencial	s et fergrodore	los searchante	s de sucordo
200 0 00000	Politica de Pr	vecidade s.	ao continuor no	rytechnolos.
	week concurd	a com becom	condiction.	

8009/2021	Nos dispensariam cor não prescrever diproquina contra covid-19: méticos aco	usam operadora de saúde
NOTICIAS		
determinada	no combate á pandemia".	21
*Nomes alte	rados a pedido dos entrevistados.	2
	icação desta reportagem, a Hapvida enviou uma	a nova nota de
esciarecimei	nto à BBC News Brasil. Segue a Integra:	
"Nota à impr	ensa	
Sobre a mate	éria, o sistema de saúde elucida que:	
- Não hà reg	istros de internações resultantes de qualquer e	feito colateral pelo
uso do medi	camento;	
	a atentamente a jornada de todos os pacientes	até o desfecho de
cada caso;		
- Se apola na	a transparência de todos os seu processos e pr	rotocolos de
atendimento	com o objetivo principal de salvar vidas."	
Já assi canal!	stiu aos nossos novos vídeos no YouTube? Ins	screva-se no nosso
https://youtu.	be/7WetVUOSfm4	
https://youtu.	be/GSQL4AGCHGE	
https://youtu.	be/tQXiL9v1060	
	o cocións ennonciais e termategras una elhantes de acordo romo Político de Prysocidade e, se continuar navegavido, visos concordo com estre consigües.	ок

Nos dispensaram por não prescrivor dioraquina contra covid-19° médicos acusam operadora de saude
Pito em Ernesto Araújo por não usar máscara em Israel é humilhante

Brasil não tem data para receber vacina de aliança global

Coronavírus Noticias Saúde

ÜLTIMAS NOTICIAS

AGENCIAS

Meghan acusa realeza britânica de racismo e diz que teve pensamentos suicidas Por Michael Holden e Guy Faulconbridge 00:05/2021 USA59

COTIDIANO

Operação de combate à violência contra a mulher ocorre nos 26 estados e DF

Ustramos contras cuamerais o transluções comorbantes de seordo gant a nossa Patilica de Prisacidade e, no continua nasagando, vanil concorda entre entre considera-

OK

Nos dispensaram por não prescrever cloroquina contra coutr-19: médicos sousam operaciona de saúde

NOTICIAS

UCL ECONOMIA+

Mercado reage ao pacote trilionário nos EUA e às incertezas na Petrobras

06/03/2021 00036

AGENCIAS.

Opositora bielorrussa Tikhanovskaya pede ajuda à ONU para continuar 'luta'

Genebra, 8 Mar 2021 (AFP) - A lider da oposição bielorrussa, Svetlana Tikhanovskaya, não pretende parar de...

00/05/70/1 00556

PARCEIROS.

Mulher é agredida a pedrada pela ex-esposa do marido

A PM de Apucarana atendeu a uma mulher que foi vitima de lesão corporal pela ex-esposa de seu marido neste domingo

HB8532921 00628

COTIDIANO

AM: Festa com mais de 100 pessoas é interrompida em Manaus

00/03/2021 00027

SAUDE

Secretário de SP: não há como acomodar 100 novas internações em UTI por dia

00703Y2021 00h24

Ottimunes voction eurorebia a temólogias americantes de acordo com a nomo Política de Privincidade a, no continuor navegando, voció concursia com untre condições.

OK

Nos dispensaram por não prescrever clorocuma contra covid-19" médicos acusam operadors de saúde

NOTICIAS

05/09/2021 (00025)

AGÉNCIAS.

Como o Google contribui para perpetuar estereótipos sexistas

Como o Google contribui para perpetuar estereótipos sexistas - A julgar por buscador de imagens, brasileiras...

50/05/2021 0Hb32

ECONOMIA

Petrobras recebe do governo indicações de novos nomes para vagas no conselho

0020322071, 00H21

SAUDE

RJ tem capital com 96% de leitos de UTI ocupados e 8 municípios sem vagas

OS/OS/DEEL CONTR

VEH MAIS

Concernos contrar responsars o tecnologes stanchantes de monto com a notas Política de Prisocidado e, no continuo navirgando, vosti concerta com estas condições.

OK.

fb. 1895



Serviço Público Federal

Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC
Avenida Astônio Sales, nº 485 - Joaquim Tilvora - 60135-101
Festaleza - Cristá
E-Mail: premediforamec.org.br

OFFICIO Nº 1531/2020 - CREMEC/PRES

Festaleza, 9 de julho de 2020.

A Sus Excelència a Setibora Liduina Maria de Sousa Mortins Promotora de Justiça Segretária Executiva Programa Estanhad de Protegão e Defesa do Comamidor Secretaria Executiva Rua Barão de Antanha, n.º 100, Centro 60,050,070 Fortaleza - CE

Assumo: Ações realizadas pelo CREMEC.

Excelerá issum Senhora Promotora de Justiça.

Em resposta ao Oficio n.º 6/06/2020/SEPEPDC, subscrito per Vossa Exceléncia, protecciázado nesse Conselho sob e n.º 6658/2020, informamos que este Conselho Regional de Medicina emitia uma nota, que segue anexa, reafirmando a autocomia do médico na presenção de medicamentos e convocou o Dr. Francisco Floriano Delgado Pendigio, Diretor Técrico do Plano HAPVIDA, para uma reunido a fun de discutir o assunto. Ademais, o CREMEC instrucou a Sindicância n.º 61/2020 com o intuito de apurar a denúncia.

Арточейатия о ствејо рата сопертивана-la.

Atenciscomente,

HELVECIO NEVES FEITOSA:16335015315 Asianado de formo digital por HELVICIO NEVES FERTOSA 1633015315 (Tados: 2020.07.10.12:20:00-0100)

Cans. Helvécio Neves Feliosa Presidente - CREMEC



fip. 1896



Serviço Público Federal Conselho Regional de Medicina do Estado do Caurá – CREMEC

Av. Artónio Sales, 485 – Josquin Távera - 60135-101 Fertalisza – Comá – Fore: 3230-3080 – Fax: 3221 8929 E-Mail cremec@tremec.org.br

NOTA DO CREMEC

(Aprovoda em Sessão Plenaria virtual, de 01 de junho de 2020)

NA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS, A AUTONOMIA MÉDICA DEVE SER RESPEITADA

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC - tem recebido denúncios de imposições teitas aos medicas para prescrição do determinados medicamentos no tratamento da COVID-19, por parte de plano de saúde e gestores públicos.

A autonomia do médico ausistores é assegurade em diversos dispositivos do Código de Ética Médico (CEM) (Resolução CFM nº 2.217/2016).

Principios Fundamentais:

VVII — O médica não pode, em nenhuma circunstância ou sob nenhum pretexto, renunciar à sua fiberdado profissional, nem permitir quataquer restrições ou imposições que possam projudicar a eliciência e a correção de seu trabalho.

XVI — Monhama disposição estatutária ou regimental de hospital ou de instituição, pública ou primada, limitará a escolha, pelo médico, dos meios cientificaments reconhecidos o serum proteados para o estabelecimento do dispositico e da execução do tratemento, salvo quando em tonulloio do pacente.

Liveltos das Médicos:

 II - Indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas cientificamente reconhecidas o respeñada a legislação viganto.

III — Apantar faihas em normas, contratos e práticas internas das instituições em que trabalhe quando da julgor indigose do execcicio da profesão ou projeticos a si mesmo, ao protente ou a terculos, devendo comunicá-las ao Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição e à Comissão de Elica da instituição, quando houser.

Dentre os dispositivos decintológicos do CEM, consta ser VEDADO AO MEDICO:

Art. 18 Desobráteoir sos acontários e às resoluções dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina ou desrespetiti-les.

8s. 1897

18.3



Serviço Público Federal Conselho Regional de Medicina do Estado do Csará -CREMEC

Av. Artifinio Sates, 485 - Jacquim Távora - 60135-101 Fone: 3230-3060 - Fax: 3221.0929 Fortilitza Ceará E Mail: oromecalivereness org/lir

Art. 19 Delirar de assegurar, quando investido em curgo ou função de direção, os direitos dos médicos o as domais condições adequadas pura a desempento ético-profesional da modeina.

Art. 50 Desrespeitar a prescrição ou o tratamento do paciente, determinados por outra médico, mesmo quando em fimção do chefia ou de apolitoria, solvo em stupção de indisculhad beneficio para o paciente, devendo comunicar imediatamento o fato ao mindos inspensávol.

Art. 56 Utilizar-se de sua pusição hierárquica para impedir que suus subordinados atirem dentro dos principios átleos.

Os diretures técnicos das instituições do saúde, públicas ou privadas, nos fermos da lei, são os responsáveis perante os Conselhos Regionais de Medicina, autoridades santárias, Ministério Público, Judiciário e demais autoridades pelos aspedes formais de funcionamente de estabelecimente assistencial que representem (Resolução CFM nº 2.147/2016). Compete o eles zotar polo comprimento das disposições légais e regulamentares em vigor,

Diante de denúncias de infimidações a mildicas, com interferência indevida na prescrição, em debinento da preservação do autonomia dos profesionam, o Conselho instatu sindicâncias para aporação dos fatos que, se constatados indicios, desaguam em processos élico-profissionais para aprofundamento investigatório: podendo culminar nas sanções cabíveis.

Fortaleza. 01 de junho de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

FEITOSA:163350 FEITOSA:16335015315 15315

HELVECIO NEVES Assinado de foemo digital
por HELVECIO NEVES Eudes 2020.00/01 21:56:55-03:00

fls. 156





CERTIDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE OFÍCIO Nº: 23.001.001.20-0007822 RECLAMADA: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

CERTIFICO, para os devidos fins, que a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza foi devidamente científicada, no dia 17 de março de 2020 (fls. 60), para apresentar resposta ao oficio nº 0202/2020/SEPEPDC, referente ao presente procedimento, o qual está cadastrado no Sistema de Automação da Justiça — SAJ/MP, sob o Nº: 09.2020.00001226-0. Entretanto, decorreu o prazo, de 05 (cinco) dias úteis, sem que o órgão apresentasse resposta, o que persiste até a presente data. O referido é verdade. Dou fé. Eu, Leonardo Vasconcelos de Oliveira, o digitei subscrevo e assino.

Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2020.

Leonardo Vasconcelos de Oliveira Técnico Ministerial – DECON/CE Matrícula nº 167.666-1-5 CONCLUSÃO

Resta dana faço estes autos concluados
ao(a) Dr(a) Conclusão Concluados
Seberárioras Executivo(a)

Forteleza: 11 da 2000 de 2000
Souni: Secretar Contacaso

CONCLUSÃO

Westa data faço estes autos conclusos ao(a) Dr(a) Lidurina Segra Secresaro(a) Escutivo(a)

Fortalezas Co. de Zagrando 2000.





Ref. Procedimento Administrativo nº 23.001.001.20-0007822 Reclamada: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado de oficio pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON, em desfavor da reclamada HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 63.554.067/0001-98, com logradouro na Av. Heráclito Graça, nº 406, Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60.140-160, pelos motivos adiante expostos.

Depreende-se da leitura da peça exordial que a instauração do presente procedimento administrativo foi ensejada após a tomada de declarações por videoconferência (fls. 04/05), bem como da representação formalizada pelo médico Felipe Peixoto Nobre, CREMEC nº 20908, o qual prestava serviços à fornecedora ora reclamada (fls. 06/14).

No referido documento, foi declarado pelo supracitado profissional da saúde, em suma, que:

- a Hapvida estaria auditando os prontuários médicos de clientes confirmados com a doença e elaborou um "ranking de médicos ofensores", ou seja, aqueles que não utilizam a hidroxicloroquina no processo de tratamento de seus pacientes;
- que um chefe responsável por uma das unidades de saúde da rede Hapvida afirmou, em um grupo do Whatsapp só de médicos do plano, que "não cabe discussão sobre a hidroxicloroquina", além do que teria comunicado aos profissionais subordinados que deveriam parar de informar pacientes sobre o risco da medicação;
- Que foi procurado pessoalmente por um coordenador médico em seu consultório e que o objetivo da conversa foi para questioná-lo o motivo de



não estar prescrevendo o dito medicamento para pacientes considerados suspeitos de coronavirus, ocasião em que o declarante se justificou dizendo que os estudos sobre a eficácia da cloroquina e seus derivados ainda são inconclusivos no combate à Covid-19, assim como traz sérios riseos à saúde de determinados pacientes, e manteve sua posição de não recomendar o medicamento quando não era expressamente necessário e cabível;

 Que, a despeito de sua justificativa e autonomia, o citado médico acabou sendo demitido nove dias depois, mesmo já tendo pretensão de se desligar do plano.

Às fls. 28/38 constam comprovantes dos registros eletrônicos de ponto do médico denunciante no sistema de controle de acesso da operadora de plano de saúde reclamada.

Soma-se a isto as notícias veiculadas nas plataformas digitais dos jornais de grande circulação nacional (fls. 62/77), assim como o registro da reclamação formalizada no software Sistema Nacional de Informações e Defesa do Consumidor – SINDEC, pela consumidora Ana Patricia de Araújo Viana, F.A. nº 23.001.001.20-0007221 (fl. 61), na qual informa que foi prescrito pelo médico da Hapvida o uso de hidroxicloroquina sem, contudo, realizar o teste da COVID-19.

Ato continuo, este órgão notificou o Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC (fl. 22), requerendo manifestação concernente ás medidas e ações adotadas no âmbito do conselho, em cumprimento às normas regulamentadoras da saúde.

Em resposta (fls. 78/79), foi informado pelo CREMEC que a autonomia do médico de indicar o procedimento adequado ao paciente é assegurada por diversos dispositivos do Código de Ética Médica (CMF), Resolução CFM Nº 2.217/2018. Declarou que, diante de denûncias que intimidam médicos com interferência indevida na prescrição, o Conselho instaura sindicância para apuração dos fatos, podendo culminar em sanções cabíveis.

Devidamente notificada às fls. 15/16, para os fins do art. 42 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, (Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – <u>SNDC</u>) e do art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 30, de 26 de julho de 2002, a Hapvida apresentou tempestivamente defesa escrita às fls. 41/43.

Em primeiro momento, a defesa administrativa alegou que não existe imposição a

Este documents e capie de propriet apartiedo digitalmente por NUGO VASCONCELOS XEREZ. Para conferir o original, acesse o site http://www.muse.mu.dr. Wildome ii processo 80.0000 000



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

médicos assistentes no sentido de prescreverem determinada medicação a seus beneficiarios, ao passo que externou sua convicção de que a prescrição de todo e qualquer medicamento é uma prerrogativa do médico assistente. Acrescentou que o tratamento do paciente é baseado na autonomia médica e na valorização da relação médico-paciente, com o propósito de oferecer o melhor tratamento disponível.

Ressaltou, ainda, que não possui qualquer gerência na guarda de documentos padronizados e ordenados, destinados ao registro dos cuidados profissionais ao paciente, muito menos acesso aos mesmos para fins de auditoria. Disse que o dever da guarda dos prontuários médicos é incontestavelmente dos estabelecimentos de saúde como hospitais, clínicas, centros médicos, dentre outros.

No que concerne a utilização dos medicamentos cloroquina e hidroxicloroquina, alegou que, conforme realizado na esfera pública pelo Ministério da Saúde e por alguns estados e municípios, e na esfera privada por outras operadoras de saúde e hospitais privados, a operadora Hapvida e os hospitais pertencentes à sua rede própria de atendimento também elaboraram, de forma conjunta, protocolos técnicos para tratamento dos clientes acometidos pela COVID-19.

Argumentou que tais protocolos tem por objetivo orientar e uniformizar a informação para os profissionais que atuam na rede da empresa, e que não implicam em qualquer tipo de imposição ou limitação à autonomia do médico assistente.

Em relação à reclamação formalizada pela consumidora Ana Patricia de Araújo Viana, F.A. nº 23.001.001.20-0007221, esclareceu que autorizou o exame denominado "anticorpos totais para COVID-19", mediante expedição de senha nº D65829678, para fins de diagnóstico da doença.

Ao final, requereu o arquivamento do presente procedimento administrativo.

É o relatório em síntese.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), ao estabelecer as sanções



administrativas para as infrações das normas de defesa do consumidor, determinou no seu artigo 56 que aquelas seriam aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição.

Por sua vez, a Lei Complementar Estadual nº 30/2002 criou o Programa Estadual de Defesa do Consumidor – DECON e estabeleceu as normas gerais do exercício do poder de polícia e aplicação das sanções administrativas da Lei n. 8.078/90, dando à Secretaria-Executiva do Programa Estadual de Defesa do Consumidor, coordenada pelo Ministério Público, a competência para a aplicação das referidas sanções em toda área do Estado do Ceará.

II.1 - Do direito constitucional à saúde

De seu turno, o direito à saúde encontra-se resguardado pela Constituição Federal, em seu art. 196, como um dever do Estado e como um direito público subjetivo, ou seja, uma prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas.

> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem á redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Tal preceito é complementado pela Lei nº 8,080/90 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, em seu artigo 2º: a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

A Constituição prevê, ainda, em seu art. 197, a ideia de participação privada no exercicio da saúde, que é confirmada logo a seguir, no art. 199 onde o texto constitucional prevê com clareza que "a assistência à saúde é livre à iniciativa privada". Ocorre que, por ser um serviço de natureza pública, mas prestado por uma empresa privada, é regulamentado e ofertado nas condições impostas pelo Poder Público, conforme o disposto nos artigos 197 e



199 da Constituição Federal.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 199. A assistência à saûde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins locrativos. [...]

É cristalina a preocupação do poder público em regrar o exercício das atividades afetas à sociedade em geral, isto porque a saúde transcende a esfera das relações de consumo. Na verdade, revela-se como verdadeiro interesse social, tanto assim que está prevista constitucionalmente.

O método de concretização das normas constitucionais utilizado considera a atividade decisória um problema prático-normativo. Inexiste identificação da norma com o texto, e a imprescindibilidade do caso é o que enseja a inserção de dados reais na norma jurídica. Destarte, resta inafastável o caso para a escorreita concretização do direito, não sendo, porém, a norma dependente do caso, mas, referindo-se a ele, ambos fornecem elementos decisórios. Nesse contexto, tem-se as palavras de Castanheira Neves:

O problema da interpretação jurídica não é hermenêutico, mas normativo. Daí que o objeto em causa ha de ser correlativo a esta indole do problema, sendo certo que o problema interpretativo implicado pela natureza prático-normativa do caso a resolver com apoio na solução desse problema. Por outras palavras, o objeto significante, mas um objeto suscetivel de oferecer um critério normativo para a solução judicativa do caso decidendo. Então o objeto da interpretação não será o texto das normas jurídicas, enquanto expressão ou o corpus de uma significação a compreender e a analisar, mas a normatividade que essas normas, como critérios jurídicos, constituem e possam oferecer. (Castanheira Neves, Antônio Metodologia jurídica: problemas fundamentais, p. 143)

Neste cariz, ao investigar a estrutura da normatividade juridica, o julgador lato sensu depara-se com a realidade, porquanto a norma juridica é composta por dados reais. Dessarte, o processo prático-decisório não se reduz a um trabalho puramente interpretativo,



uma vez que a norma não é um produto exclusivamente linguístico. Dessa forma, esse modelo hermenêutico alia dados linguísticos com dados reais, formando os dados pré-jurídicos e, portanto, prévios ao inicio do processo de concretização.

Evidencia-se, outrossim, que o legislador constituinte preocupou-se em não desvincular a saúde privada da pública, bem como em conservar a regulamentação deste serviço sob o controle do poder público, ainda que ambas contenham suas peculiaridades, fato este que advém obviamente da distinção entre os prestadores do serviço. A saúde executada pela iniciativa privada trata-se, portanto, de um serviço público, e que, justamente por isto, é exercido sob os ditames exarados pelo Estado. Nas palavras de Marçal Justen Filho, o conceito de serviço público é o seguinte:

Serviço público é uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou innateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental, destinadas a pessoas indeterminadas e executada sob regime de direito público. (JUSTEN FILHO, Marçal. Teoria Geral das Concessões de Serviço Público. São Paulo: Dialética, 2003)

Assim, a iniciativa privada assume uma responsabilidade social sobre um bem público, como uma complementação, exercendo uma atividade de natureza pública, delegada pelo Estado.

Deste modo, devemos então dividir o serviço de prestação à saúde em dois tipos: o primeiro, como aquele que permanece fornecido pelo Estado, como um serviço público de sentido estrito ou um serviço próprio, não afetado pelas relações comerciais, uma vez que não possui remuneração direta paga pelo usuário, sendo custeado através dos tributos arrecadados pelo Estado, e prestado de forma gratuita ou através de irrisória quantia; e o segundo, como um serviço de utilidade pública ou serviço impróprio, onde o Estado mantém-se como regulador e delega à iniciativa privada a função de prestador, para conveniência da coletividade, sendo este serviço fornecido através de remuneração paga pelo usuário.

O processo de concretização continua no caminhar das "circunstâncias do caso" para o "âmbito da matéria". O "âmbito da matéria" será o produto do confronto das "circunstâncias do caso" – aqueles fatos que passaram pelo filtro de juridicidade do profissional do direito. In casu, as circunstâncias do caso são a má prestação do serviço de saúde suplementar, que serão relacionados com as hipóteses de textos de normas válidos, ou seja, os arts. 196, 197 e 199 da Constituição Federal e os arts. 2º Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica



da Saúde).

No presente caso, médicos vinculados ao plano de saúde ora reclamado estavam sendo obrigados a prescrever medicamentos sem nenhuma eficácia comprovada cientificamente, ferindo diretamente suas autonomias profissionais.

Assim, em decorrência de prática efetuada por médicos conveniados à HAPVIDA, que estariam, por sua vez, prescrevendo medicamentos sem nenhuma comprovação científica e sem antes realizar qualquer tipo de exame preliminar, conduta constitucionalmente vedada, porquanto a regulamentação do plano de saúde, por meio de ato do Estado, já estipula contraprestação pecuniária.

Por conseguinte, é dessa relação entre hipóteses de textos válidos e as "circunstâncias do caso" que se chega ao "âmbito da matéria" - no caso em comento, a infração de cunho consumerista, punível com sanções elencadas no Decreto 2.181/97.

Por fim, chega-se à elucidação do "âmbito do caso", começa propriamente o momento normativo do processo de concretização, que se estabelecerá com a determinação do programa da norma (saúde como direito de todos e dever do Estado, além da possibilidade prestação de saúde por meio de contrato ou convênio público), e do âmbito da norma (cobrança a maior de um serviço já remunerado).

II.2 Da Responsabilidade do Plano de Saúde

Preambularmente, impende destacar que há relação de consumo na prestação de serviços de saúde pela iniciativa privada, a qual está delineada claramente no CDC, que define o consumidor como destinatário final de um serviço que é exercido por pessoa física, ou jurídica, que presta serviços mediante remuneração, conforme os arts. 2º e 3º do CDC.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Paragrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 3º Foroccedor é toda pexsoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de



produção, montagens, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bern, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bascaria, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Deste modo, pode-se verificar a presença de um consumidor contratante (beneficiário do plano de saúde), parte mais frágil da relação de consumo, e do fornecedor pessos jurídica privada nacional que tem como atividade a prestação de um serviço (plano de saúde) mediante remuneração. É, inclusive, entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, em sua Súmula 469: "Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde".

Vejamos, ainda, o disposto no escólio de Cláudia Lima Marques:

Atualmente, denomina-se contratos de consumo todas aquelas relações contratuais ligando um consumidor a um profissional, fornecedor de bens e serviços. Esta nova terminologia tem como mérito englobar a todos os contratos civis e mesmo mercantis, nos quais, por estar presente em um dos pólos da relação um consumidor, existe um provável desequilíbrio entre os contratantes. Este desequilíbrio teria reflexos no conteúdo do contrato, daí nascendo a necessidade do direito regular estas relações contratuais de maneira a assegurar o justo equilíbrio dos direitos e obrigações das portes, harmonizando as forças do contrato através de uma regulamentação especial. (MARQUES, Cláudia Linna. Contratos no Código de Defesa do Consumidor, 3º edição, São Paulo, RT, p.139/140)

No mesmo sentido é o entendimento da jurisprudência dominante:

"Em contrato de plano de saúde com entidades diferenciadas daquelas de autogestão, a relação existente entre as partes é eminentemente consumerista, aplicando-se, portanto, os direitos básicos do consumidor. Aplicação da Sâmula 608 do STA" (Acórdão 1162502, 07357323620178070001, Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS, 5º Turma Civel, data de julgamento: 03/04/2019, publicado no DJe: 15/04/2019)

Com efeito, anteriormente ao advento do Código de Defesa do Consumidor as relações consumeristas eram reguladas pelo Código Cívil, e assim no que se refere à



responsabilidade civil, estavam regidas pela modalidade da responsabilidade subjetiva. Nesse sentido, os riscos ficavam por conta dos próprios consumidores, haja vista que havia a necessidade de provar o dolo ou a culpa do fornecedor para que só então esse viesse a assumir tais riscos, fato esse que seria praticamente impossível diante da hipossuficiência do consumidor frente o fornecedor.

No CDC, o sistema de responsabilização tem caráter objetivo, pois a Lei 8.078/90 inovou, sendo que ao fornecedor é imposta a responsabilidade objetiva, a qual prescinde da culpa para sua verificação.

> A responsabilidade civil é instrumento de recomposição de um equilibrio social o um stotus quo determinado. Facilmente, conforme seja aplicada, por favorecer não apenas o individuo (ou seja, ser elemento de retribuição), mas classes inteiras (ou seja, ser elemento de distribuição). (Lopes, apud Bonatto e Moraes, 1998, p. 113).

Deste modo, a aplicação do CDC exerce grande papel no setor da saúde suplementar, pois ele é um instrumento nivelador, que busca um equilibrio na relação de consumo dentro dessa atividade econômica, partindo do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor e de seus direitos básicos à efetiva prevenção de danos patrimoniais e morais.

Considera-se que a responsabilidade das operadoras pode ser apurada, "quer em caso de defeito (art. 14), quer em caso de vício (art. 20)." Pois, entende-se que essas além de fornecedoras (segundo o CDC), são também prestadoras de serviços. Ademais, o prestador de serviço assume a responsabilidade objetiva pela reparação do dano ao consumidor, seja por defeito ou vício, bem como pela insuficiência de informações prestadas pelos fornecedores. Vejamos nas lições de Rizzato Nunes:

A redação do capar do art. 14 segue a mesma regra do art. 12. O prestador de serviço responde forma objetiva pela reparação dos danos causados aos consumidores pelos defeitos relativos aos serviços prestados e pelas informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e os riscos do serviço.

Desta forma, preconiza o art. 14, § 1º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.



§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circumstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento:

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

Assim, pode-se dizer que a responsabilidade da operadora é baseada no fato de que foi ela quem credenciou c/ou associou o médico. Portanto, tal situação está relacionada à ausência de segurança do serviço prestado por uma operadora de saúde, para a qual o consumidor transfere a responsabilidade e os encargos, depositando toda a confiança no serviço contratado, todavia a quebra da confiança outrora estabelecida macula não só a imagem, mas a reputação da fornecedora, além de comprometer a saúde, segurança e a vida de seu usuário.

Ademais, ainda que se discuta a pessoalidade do serviço médico, se ele presta serviços no contexto de um contrato celebrado entre consumidor e operadora de plano de saúde que credencia o primeiro, essa empresa deve responder por todos os atos do profissional liberal, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

> Art. 34. O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

Desse modo, tendo em vista que a comercialização dos planos privados de assistência à saúde é enquadrada como uma relação de consumo, posto que há, nitidamente, a presença do fornecedor ou prestador de serviço, consumidor e objeto, e ainda aspectos intrínsecos que confirmam tal assertiva, não se faz mais necessário a comprovação do dolo ou da culpa, pois trata-se neste ordenamento da responsabilidade objetiva.

Portanto, a operadora de planos privados de assistência à saúde estão sujeitas a responsabilidade objetiva solidária em relação aos profissionais e estabelecimentos conveniados a ela, pois, a liberalidade de escolha desses cabe ao plano e não ao beneficiário. Não pairam dúvidas dessa responsabilização solidária pela indenização ao beneficiário lesado, pois esse ao contratar essa modalidade de prestação de serviços busca a segurança, a previsibilidade, a garantia e acima de tudo a confiança de se ter um serviço contratado



realizado de maneira satisfatória.

II.3 – Das Infrações ao Código de Defesa do Consumidor

A Política Nacional de Relações de Consumo, estabelecida no art. 4º do Código de Defesa do Consumidor - CDC, regula o atendimento das necessidades dos consumidores, dispondo que deverão ser observados e aplicados certos princípios, que servirão como norteadores das ações dirigidas aos consumidores, tais como: dignidade da pessoa humana, proteção à vida, à saúde e à segurança, transparência, harmonia, vulnerabilidade do consumidor, conservação dos contratos, responsabilidade solidária, inversão do ônus da prova e efetiva prevenção e reparação de danos.

> Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúdo o segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes principios (cupm!):

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

De seu turno, o Código de Defesa do Consumidor expressa um dos princípios mais relevantes do ordenamento jurídico brasileiro - a dignidade da pessoa humana - por si só resguardado pela Constituição Federal de 1988, corroborado pelo caput do artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor. Esse princípio deve ser utilizado como norte a ser seguido em todas as relações jurídicas, inclusive nas relações de consumo, em que se tem uma parte vulnerável e hipossuficiente, devendo ser assegurada a sua dignidade, qualidade de vida e saúde, além da proteção contra toda e qualquer prática abusiva.

Um ponto, ademais, primordial do CDC é a vulnerabilidade do consumidor que, na prática, traduz-se na insuficiência, na fragilidade de o consumidor se manter imune a prática lesiva sem intervenção auxiliadora de órgãos ou instrumentos para sua proteção. Por se tratar de conceito tão relevante, a vulnerabilidade permeia, direta ou indiretamente, todos os aspectos da proteção do consumidor. É fato notório e objeto de constantes debates no seio social, a fragilidade à qual estão expostos os consumidores.

O principio da vulnerabilidade reconhece o consumidor como a parte mais fraca da



relação e, então, visualiza a necessidade de que este possua tratamento desigual em relação aos fornecedores de produtos e serviços, de forma que tenha acesso a instrumentos de facilitação da defesa de seus direitos, tais quais a inversão do ônus da prova e a responsabilidade objetiva dos fornecedores.

A vulnerabilidade é, portanto, característica essencial da relação de consumo. Isso significa que entre consumidor e fornecedor, independentemente de quem assume estas posições, aquele se encontra sempre em desvantagem, haja vista que, conforme explicado, muitas vezes o consumidor não tem acesso à contratos ou qualquer outro instrumento que formalize a transação comercial, inclusive de plano de saúde.

Do mesmo modo, os direitos básicos do consumidor, especificados pelo art. 6º do CDC, são considerados indispensáveis na proteção e defesa do mesmo. Dentre esses direitos está o da proteção contra práticas e cláusulas abusivas impostas no fornecimento de produtos e serviços, que é fundamentado nos princípios estruturais da Lei Consumerista, quais sejam a boa fé e a transparência, nos seguintes termos:

Art. 6" São direitos básicos do consumidor:

[...]

 IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e servigos;

Neste sentido, existe grande interesse em evitar a existência de cláusulas dúbias e desarrazoadas ou de práticas abusivas que sobrecarreguem demasiadamente a parte mais vulnerável (consumidor).

Não é objeto de dúvida que a imputação atribuída à fornecedora por ocasião do procedimento de oficio tipifica, ainda, as condutas previstas no art. 39, incs. IV, V e VIII, do CDC, tendo em vista que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços prevalecer-se da hipossuficiência do consumidor, bem como exigir do mesmo vantagem manifestamente excessiva, existindo, ainda, para a empresa a obrigação de seguir as normas expedidas pelo orgão competente em relação ao serviço prestado, nos seguintes termos:

Art. 39. É vedado ao forneceslor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:



1...1

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

[...]

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas rão existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

Nesta senda, não compete a operadora de plano de saúde exigir dos seus médicos assistentes/prepostos nenhum tipo de tratamento ou até mesmo exigir a utilização de determinado medicamento, prevalecendo-se da delicada condição física e emocional do paciente.

Tal prática, desobedece, além da legislação consumerista e outras legislações que tratam do tema, a Resolução do Ministério da Saúde – RDC nº 405/2020¹, a qual estabelece medidas de controle para os medicamentos relacionados ao novo Coronavirus (SARS-CoV-2).

> Art. 2º Esta Resolução abrange os medicamentos que contenham substância constantes do Anexo I, prescritos em todo território nacional.

> Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica aos medicamentos à base de cloroquina distribuidos no âmbito de programas públicos governamentais.

> Art. 3º A prescrição dos medicamentos que contenham substâncias constantes do Anexo I desta Resolução deverá ser realizada por profissionais legalmente habilitados.

É o médico ou o profissional habilitado, e não o plano de saúde, quem estabelece, na busca da cura, a orientação terapêutica a ser dada ao usuário acometido de doença coberta. Tal entendimento foi evidenciado no Recurso Especial 1053810/SP, cuja relatora foi a Ministra Nancy Andrighi.

¹ https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rde-n-405-de-22-de-julho-de-2020-268192342



"Somente o médico que acompanha o caso é dado estabelecer o tratamento adequado pura alcançar a cum ou amenizar os efeitos da enfermidade que acometeu o paciente; a seguradora não está habilitada, tampouco autorizada a limitar as alternativas possíveis para o restabelecimento da saúde do segurado, sob pena de colocar em risco a saúde do consumidor". (REsp. 1053810/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 15/03/2010)

Tecnicamente, o médico especialista, que acompanha todo o histórico do paciente, tem a capacidade técnica e profissional de indicar o tratamento mais adequado, não cabendo ao plano de saúde interferir de forma arbitrária no tratamento feito entre médico e paciente.

Portanto, depreende-se que a parte reclamada ofendera direitos básicos do consumidor, como a segurança e a saúde, quando do fornecimento de serviços considerados nocivos, nos termos do já citado art. 6°, inciso I da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC): "a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos".

Impende destacar que os institutos de vida, saúde e segurança interligam-se, mas não se revelam únicos. A vida é preceito básico em todo o ordenamento jurídico brasileiro; do mesmo modo, a saúde deve ser preservada a tudo custo, porquanto princípio consagrado constitucionalmente e condição indispensável para plenitude do desenvolvimento humano; ainda, a segurança é elencada pelo códex consumerista como proteção contra riscos provocados por produtos nocivos ou perigosos.

Finalmente, a intenção maior do ordenamento jurídico consumerista, revelada nos arts. 4º e 6º, acima mencionados, é a proteção dos consumidores contra abusos cometidos por fornecedores. Portanto, evitar que práticas abusivas como a narrada no presente procedimento, é função precípua deste órgão de proteção e defesa do consumidor.

II.4 - Da Analise Da Defesa Administrativa

Analisando os argumentos apresentados na defesa escrita anexada às fls. 41/43, temos que a mesma não pode prosperar. Isso porque restou comprovado nos autos a conduta indevida da operadora de plano de saúde, posto que foram apresentadas denúncias sobre o fato, tanto do médico assistente da fornecedora, como também de uma consumidora.



Soma a isso, as notícias veiculas nos jornais de grande circulação nacional anexada aos autos, dando conta de que a Hapvida esta impondo aos médicos assistentes receitar a hidroxicloroquina e cloroquina. A título exemplificativo, vejamos algumas passagens dos noticiários:

- Folha de Pernambuco (fls. 62-64):

"Uma das maiores operadoras de saúde privada do país, a Hapvida Saúde demitiu um médico e ameaçou desligar outros profissionais que não adotassem a hidroxicloroquina no tratamento de pacientes com sindrome gripal suspeitos de Covid-19.

Em um desses grupos, um chefe de plantão informa que o grupo Hapvida está auditando os prontuários e está fazendo "um ranking de médicos ofensores (os que não prescrevem a hidroxicloroquina)". Na mesma mensagem, ele afirma que orientação é demitir os médicos que apareçam duas vezes no ranking.

(...)

Ao mesmo tempo que passou a distribuir gratuitamente o medicamento, o grupo Hapvida, segundo relatos de médicos de Pernambuco e Ceará, passou a pressionar os profissionais a prescrevê-lo em reuniões presenciais e também nos aplicativos de mensagens. Com medo de represálias, os médicos que conversaram om a reportagem pediram anonimato."

- Olhar Digital (fls. 65-67):

"O Hapvida, maior plano de saúde das regiões Norte e Nordeste, pressiona os médicos para que receitem os medicamentos. Nós recebemos mensagens constantes para uso da cloroquina ou hidroxicloroquina para pacientes com qualquer sintoma semelhante ao da Covid-19', afirmou em entrevista ao UOL um médico que pediu para não ser identificado."

- ICTQ (fls. 68-69):



"A denúncia envolve uma das maiores operadoras de saúde do Brasil, a Hapvida, que é acusada de pressionar os profissionais a preserever o medicamento. Segundo a reportagem, a BBC News Brasil teve acesso a supostas mensagens compartilhadas pelo WhatsApp, em que coordenadores da empresa fazem cobranças aos médicos em relação à prescrição do fármaço.

'Estamos revisando os prontuários diariamente, estamos vendo que alguns colegas não estão prescrevendo", teria afirmado um dos coordenadores, que também é médico. Ainda na suposta mensagem, ele continuaria: "A partir de hoje, todos os pacientes irão sair com a medicação da hidroxicloroquina (exceto os contraindicados)', teria destacado o profissional."

- UOL (fls. 70/76):

"A partir de hoje, TODOS os pacientes irão sair com a medicação da hidroxicloroquina (exceto os contraindicados)". No texto, ele ressaltou que o remédio deve ser entregue até mesmo ao paciente que assinar um termo de recusa da medicação, "para caso, no futuro, mude de ideia".

Em outra mensagem, o mesmo coordenador afirma que os médicos que não concordarem com a prescrição da hidroxicloroquina podem ser substituídos nos plantões da Hapvida"

Não pode a operadora do plano de saúde ditar o tratamento clínico a ser dispensado ao consumidor. O Superior Tribunal de Justiça sedimentou posicionamento no sentido de que "o plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura",

SEGURO SAÚDE. COBERTURA. CÂNCER DE PULMÃO, TRATAMENTO COM QUIMIOTERAPIA. CLÁUSULA ABUSIVA. 1. O plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura. Se a patologia está coberta, no caso, o câncer, é inviável vedar a quimioterapia pelo simples fato de ser esta uma das



alternativas passiveis para a cura da docnça. A abusividade da cliasula reside exatamente nesse preciso aspecto, qual seja, não pode o paciente, em razão de cliausula limitativa, ser impedido de receber tratamento com o método mais moderno disponível no momento em que instalada a doença coberta. 2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 668.216/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2007, DJ 02/04/2007, p. 265)

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo firmou sua posição no sentido de que "não cabe à operadora de plano de saúde tecer considerações quanto ao tratamento prescrito pelo médico, muito menos recusar pagamento, se a doença está inserida na cobertura contratual". A mesma orientação é partilhada nos Tribunais de Justiça do Estado do Rio de Janeiro² e do Distrito Federal⁴.

Mesmo existindo qualquer protocolo de manejo clinico da COVID-19 por parte do Ministério da Saúde ou do próprio plano de saúde, são os profissionais técnicos habilitados que possuem a palavra final quanto a prescrição ou não dos medicamentos para tratamento da doença. De acordo com o Código de Ética dos Médicos brasileiros, o profissional tem o direito de "recusar-se a realizar atos médicos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos ditames de sua consciência".

No que diz respeito à responsabilidade da fornecedora pela conduta dos médicos que se submeteram a citada imposição do uso do medicamento, elucidamos que, se este presta serviços no contexto de um contrato celebrado entre o consumidor e o plano de saúde que credencia o primeiro, a operadora deve, responder por todos os atos do profissional, nos termos do já aludido artigo 34 do Código de Defesa do Consumidor.

Desse modo, não merece prosperar as alegativas da reclamada, uma vez que a responsabilidade da empresa é solidária/objetiva, e com isto não é necessário comprovarmos culpa para o exercicio desse direito, como já foi demonstrado alhures.

Por fim, é manifestamente notória que a imposição de prescrever medicações aos

² TJ-SP - APL: 10230980320148260100 SP 1023098-03.2014.8.26.0100, Relator: Moreira Viegas, Data de Julgamento: 22/10/2014, 5º Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/10/2014.

³ TJRJ - Vigésima Câmara Cível - Apelação Cível n.º 0010733-29,2010.8.19.0209 - Des. Conceicao A. Mousnier - Julgamento: 18/12/2014

⁴ TJ-DF - APC: 20120111045640, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 15/04/2015, P Turma Civel, Data de Publicação: Publicado no DJE: 20/04/2015, Pag.: 179.



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

pacientes, no ámbito de atendimentos por contratos de planos de saúde, fere a legitima expectativa do consumidor beneficiário da reclamada, notadamente se tratando de substáncia já declarada sem efeito comprovado pela Organização Mundial da Saúde (OMS)⁵, a qual, de encontro com o que prelecionou pesquisas científicas recentes, todas no sentido de que a cloroquina, além de acarretar vários riscos à vida e à saúde dos consumidores, não possui qualquer comprovação segura de correlação direta ao ser ministrada para a cura da COVID-19. Ao contrário, os riscos em potencial causados pela substância são superiores ao que pode se esperar do próprio efeito positivo desta no combate ao virus.

A própria OMS já recomendou que as pesquisas com a cloroquina sejam abandonadas, e que orçamento seja redirecionado, sendo, pois, advertidos os governos que não mais gastem a verba com outras pesquisas, que possam ser mais frutiferas na luta contra a COVID-196.

Portanto, não há que se falar, ainda, em insubsistência da atuação deste órgão, uma vez que as normas em vigor são específicas e vedam colocar no mercado de consumo qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais. A conduta adotada pela reclamada é indevida/ilegal, sendo abusivo que persista e se desdobre para continuar com a prática ilícita objeto do presente procedimento administrativo.

Ante a constatação de que a irregularidade existiu, deve a demanda seguir o seu regular processamento, aplicando à autuada sanção administrativa cabível ao caso.

Eis a fundamentação.

III - DA DECISÃO

A pena de multa deverá ser graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), como dispõe o art. 57, parágrafo único da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor —

https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/02/oms-cloroquina-nao-funciona-contra-a-covid-19-e-pode-causarofeitos-adversos

https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/17/hidroxicloroquina-nao-tem-efeito-e-deve-serahandonada-no-tratamento-de-qualquer-fase-da-covid-diz-sbi.ghtml



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

CDC); levando-se também, em conta as circunstancias atenuantes e agravantes, além dos antecedentes do infrator, nos termos dos arts, 24 a 28 do Decreto nº 2181, de 20 de Março de 1997 (Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC).

Tendo em vista a gravidade da infração, considerando a gravidade da infração ocasionada a diversos consumidores, ainda, furtando-se a fornecedora de reconhecer a dimensão da reclamação posta, assim como levando em consideração o porte econômico da empresa, sendo a HAPVIDA de ampla e notória envergadura econômica, fixa-se, a priori, a pena base em 45.000 (quarenta e cinco mil) UFIR do Ceará.

No caso em tela, observa-se a reincidência da reclamada, como se vê da conclusão de decisão colegiada da JURDECON em apreciação do Recurso Administrativo nº 2579-0112-011.570-3, o que nos leva a aumentar a multa em 1/3 (um terço), alcançando o valor de 60.000 (sessenta mil) UFIR do Ceará.

Insta observar, ainda, que há a caracterização de agravantes, pois a infração ocasiona dano de caráter repetitivo, como já exaustivamente demonstrado na presente decisão e, ainda, por ter deixado o infrator, tendo o comprovado conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para mitigar suas consequências, pois sequer reconheceu os relatos dos denunciantes, o que nos leva a aumentar a sanção em 2/3 (dois terços), fixando-a definitivamente em 100.000 (cem mil) UFIRCE,

III. 1. Parte Dispositiva

Em razão do exposto, por infringir arts. 4º, inciso I, art. 6º, inciso III e IV, art. 8º, art. 14 e art. 39, inciso IV, V e VIII do Código de Defesa do Consumidor, e tomando como norteador o Decreto nº 2.181/97 para mensurar o quantum, qualifico como FUNDAMENTADA a presente reclamação, para, ao fim, apenar a reclamada HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 63.554.067/0001-98, ao pagamento de sanção pecuniária na ordem de 100.000 (cem mil) UFIRCE, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 30 de 26 de julho de 2002.

Determino, ademais, que a presente decisão seja encaminhada para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), assim como para o Conselho Regional de Medicina do



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

Estado do Ceará - CREMEC, para fins de conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Intimem-se a empresa fornecedora da presente decisão, para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o recolhimento da multa imposta, salientando que, nesta oportunidade, será emitida DAE para pagamento através de boleto bancário.

O recolhimento da multa deverá ter seu valor convertido em moeda nacional, com a atualização monetária correspondente. Informe-se que o valor atual da UFIRCE (Unidade Fiscal de Referência do Ceará) corresponde a R\$ R\$ 4,68333.

Após o pagamento da respectiva multa administrativa, a empresa deve encaminharse ao Setor de Protocolo deste órgão, oportunidade em que deverá entregar o comprovante original de pagamento, para fins de baixa do processo no sistema.

Se pretender, também existe a hipótese de oferecer recurso administrativo, no mesmo prazo, contra a referida decisão, à Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – JURDECON, como dispõe o art. 23 § 2º e art. 25, do mesmo diploma legal.

Caso a empresa reclamada não apresente recurso da decisão administrativa, ou não apresente o comprovante original de pagamento da multa aqui aplicada, ficará sujeito as penalidades do artigo 29 da Lei Estadual Complementar n.º 30/2002.

Expedientes necessários. Cumpra-se.

Fortaleza, 26 de abril de 2021.

Hugo Vasconcelos Xerez Promotor de Justiça Secretário-Executivo



Imprimir







Operations of ACIATIONS

Operations of ACIATIO



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA



MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo 23,001,001,20-0007822

Reclamada: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 63.554.067/0001-98, com logradouro na Av. Heráclito Graça, nº 406, Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60.140-160

Senhor Representante Legal,

Vimos através do presente notificar Vossa Senhoria da penalidade proferida no Processo Administrativo em epígrafe, a rigor do que dispõem os arts. 27 e 41 da Lei Complementar Estadual nº 30/2002

Por meio deste mandado, fica Vossa Senhoria notificada do inteiro teor da decisão constante nos autos, cuja cópia segue anexa, devendo recolher o valor da multa constituida conforme boleto para pagamento em anexo, sob pena de o débito ser inscrito na divida ativa, para consequente cobrança executiva, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 30/2002.

Se pretender, também existe a hipótese de oferecer recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contra a referida decisão, à Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor - JURDECON, como dispõe o art. 23 § 2º e art. 25, do mesmo diploma legal.

Fortaleza, 26 de abril de 2021.

toncelos Xerez Promotor de Justica

Secretário-Executivo

HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA. DEPARTAMENTO JURÍDICO

Rua Barito de Aratanha, 100. Centro. CEP 60.050-070. Fortaleza - CE. Tel. (085) 3452-4516 Página na luternet: www.mpce.mp.br/decon

apply Solutions of the suppose as an analysis of the suppose of th

возвае о вта Мф.:/www.mpce.np.br. informe o processo 20.0000.00000000 е о



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO nº 0312/2021/SEPEPDC

Fortaleza, 26 de abril de 2021

Ref. P.A. nº 23.001.001.20-0007822

Assunto: encaminhamento de decisão administrativa contra operadora de plano de saúde HAPVIDA

Ilmo, Sr.

HELVÉCIO NEVES FEITOSA

Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC

Av. Antônio Sales, nº 485

Bairro Joaquim Távora - Fortaleza/CE

Senhor Presidente,

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARA PROTOCOLO Nº.

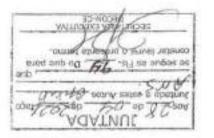
FORTALEZA 27 104 1 2025

Recebido restadata.

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste expediente, encaminhar decisão administrativa que culminou em penalidade administrativa de multa contra a operadora de plano de saúde HAPVIDA, para conhecimento e providências que achar cabiveis.

Atenciosamente,

Hugo Vasconcelos Xerez Promotor de Justiça Secretário-Executivo



Oficio nº 0313/2021/SEPEPDC - Decisão Administrativa (Plano de Saúde Hapvida)DA

PROCON-CE < procon-ce@mpce.mp.br>

Tor, 27/04/2021 16:16

Para: rogerio.scarabel@ans.gov.br <rogerio.scarabel@ans.gov.br> Cc: lenise.secthin@ans.gov.br < lenise.secthin@ans.gov.br >; luis.coronel@ans.gov.br < luis.coronel@ans.gov.lbi barroca@ans.gov.br <barroca@ans.gov.br>; Ismael Braz Torres <ismael.torres@mpce.mp.br>

I pnexos (342 KB)

DECISÃO ADMINISTRATIVA (Somente Leitura) pdf; Oficio ANS - Decisão Ad. HAPVIDA pdf;

Ao Senhor, Rogério Scarabel Barbosa Diretor-Presidente Substituto da ANS

Boa tarde!

De ordem do Dr. Hugo Vasconcelos Xerez, Secretário Executivo do DECON/CE, cumpre-nos o dever de encaminhar o Oficio nº 0313/2021/SEPEPDC, referente a decisão administrativa contra a operadora de plano de saúde HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Por gentileza, manifestar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,



SECRETARIA EXECUTIVA

proces co@mpce.mp.br www.mpce.mp.br/#econ + 55 (85) 3457 4516

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON Nua Barão de Arstenha, 160, Contro I Fortaleza-CE - Brosil I Cop. 80058-070



28/04/2021

Email - Ismael Braz Torres - Outlook

ENC: Oficio nº 0313/2021/SEPEPDC - Decisão Administrativa (Plano de Saúde Hapvida)DA

PROCON-CE con-ce@mpce.mp.br>

Qua, 28/04/2021 10:54

Para: Ismael Braz Torres «ismael.torres@mpce.mp.br»





process an Wingco.mp.br www.mpee.mp.br/decon + 55 (85) 3457-4516

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON Rue Barão da Aratanha, 100, Centro I Fortulaza-CE - Brasil I Cop: 50050-070

De: Wladmir Ventura de Souza <wladmir.souza@ans.gov.br>

Enviado: terça-feira, 27 de abril de 2021 18:01

Assunto: RE: Oficio nº 0313/2021/SEPEPDC - Decisão Administrativa (Plano de Saúde Hapvida)DA

Prezados, boa tardel

Os documentos foram encaminhados à Presidência da ANS para providências.

Agora temos uma nova possibilidade de movimentação processual. Todo o público que se relaciona com a ANS poderá utilizar o protocolo eletrônico para abrir um processo novo, como também poderá inserir documentos em um processo existente, denominado processo intercorrente no SEI. Basta clicar nesse link que você encontrará instruções e o acesso ao servico: https://www.gov.br/ans/pt-br/acesso-a-informaçao/institucional/ans-digital-1/usuarios-externos-1/protocolo-eletronico

Att,



Wladmir Ventura de Souza

Secretaria-Geral SEGER/DICOL 21 2105-0099 0800 701 9656 / www.ans.gov.br

A Agência Reguladora de Sanos de Saude do Brasil



De: PROCON-CE con-ce@mpce.mp.br> Enviado: terça-feira, 27 de abril de 2021 16:34

Para: Władmir Ventura de Souza <władmir.souza@ans.gov.br>

Assunto: Officio nº 0313/2021/SEPEPDC - Decisão Administrativa (Plano de Saúde Hapvida)DA

28/04/2021

Email - Israsel Braz Torms - Outlook

Ao Senhor, Rogério Scarabel Barbosa Diretor-Presidente Substituto da ANS

Boa tarde!



De ordem do Dr. Hugo Vasconcelos Xerez, Secretário Executivo do DECON/CE, cumpre-nos o dever de encaminhar o Oficio nº 0313/2021/SEPEPDC, referente a decisão administrativa contra a operadora de plano de saúde HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Por gentileza, manifestar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,



SECRETARIA EXECUTIVA

procen-co-ffmpco.mp.br www.mace.mp.hr/decon + 55 (85) 3452-4516

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - DECON Rua Barão de Aratanha, 190, Cantro I Fortaleza-CE - Brasil I Cep: 50950-070



do Estado do Ceará PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA



TERMO DE ENTREGA

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (DECON/CE), através da Secretaria-Executiva, entrega ao Sr. Valbério Gomes da Silva, CPF nº 792.987.613-68, representante da empresa HAPVIDA ASSITÊNCIA MÉDICA LTDA, os autos do processo administrativo nº 23.001.001.20-0007822, para cópia, contendo 96 (noventa e seis) páginas.

Telefone:

Assinatura: 19/6/2009/0 ppa Data de recebimento: 6/5/31 Telefone: 496 = 21318767







Assentia Surtins Dimerris, im 2026, Compsoy Alcleska, Portulara CE, CEP (1316214) Fone: 101-85, 3153/8467

www.menoscalemarcol.adv.hr

Processo nº 23.001.001.20-0007822 Reclamada: HAPVIDA

Referência: autorização para reprodução reprográfica dos autos e/ou realização de carga processual

Afluo, por intermédio deste instrumento, autorizar o Sr. VALBÉRIO GOMES DA SILVA, RG n° 93016005392 – SSP/CE, CPF/MF 792.987.613-68 a obter senha de acesso ao processo nº 0247406-91.2000.8.06.0001 ou, caso o mesmo tramite por meio fisico, obter a carga e/ou fotocopiar os autos, bem como realizar consultas processuais ou retirar os autos da Secretaria deste C. Juizo para fins de análise por parte dos advogados subscritores, que se encontram devidamente constituídos por meio de instrumento procuratório anexado aos autos.

Fortaleza, 06 de Maio de 2021.

Mário Jorge Menescal de Oliveira Adv. DAB-CE nº 6.764 Rémulo Marcel Souto dos Santos Adv. OAB-CE nº 18,498



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

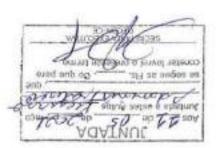


TERMO DE ENTREGA

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (DECON/CE), através da Secretaria-Executiva, recebeu do Sr. Valbério Gomes da Silva, CPF nº 792.987.613-68, representante da empresa HAPVIDA ASSITÊNCIA MÉDICA LTDA, os autos do processo administrativo nº 23.001.001.20-0007822, com 96 (noventa e seis) páginas.

Data da entrega:

Ciente:





Australia Santos Digocost, re-2626, 7, on; 5657 Alderia Furnicia C.L.CEP.xorgoni Commission of the Commission o www.menescalemarcol.ads.br

EGRÉGIA JUNTA RECURSAL DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR - JURDECON.



Protocolo:

FA: 20-0007822 -Documento:

RECURSO Recebido

DECON/MPCE

10/05/2021 16:01

17269/2021

Processo administrativo nº 23.001.001.20-0007822

Recorrente: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Recorrido: Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor -

DECON

HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.554.067/0001-98, com sede na Avenida Heráclito Graça, nº 406, Centro, Fortaleza, Ceará, 60140-160, vem à respeitável presença dessa egrégia Junta Recursal, por conduto dos seus regularmente constituídos, apresentar, tempestivamente, RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão proferida nos autos do procedimento em epigrafe, fazendo-o pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados.



Aurela Samui Dianum, m 2000, f. no. 1007
Millorin Formation CT, CLP recognition
Formation Payables
www.mennscalemarcul.adv.br

Do cabimento e da tempestividade.

A Lei Complementar nº 30, de 26.07.2002, criou o PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (DECON/CE), estabelecendo as normas gerais do exercício do Poder de Polícia e de Aplicação das Sanções Administrativas, bem como disciplinando os prazos nos procedimentos de fiscalização levados a cabo pela Secretaria-Executiva.

Sobre o cabimento e o prazo para a interposição de recurso contra as decisões proferidas pelo Secretário-Executivo do DECON, o art. 25, caput, da Lei Complementar nº 30/2002, dispõe:

> Art. 25. Das decisões do Secretário-Executivo ou da autoridade julgadora caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados da data da intimação da decisão, à Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – JURDECON, que proferirá decisão administrativa definitiva.

[grifou-se]

Atenta à sistemática estabelecida pelo Código de Processo Civil de 2015, cuja aplicação supletiva e subsidiária ao procedimento administrativo é expressamente consignada (cf. art. 15), a Secretaria-Executiva do DECON concedeu à recorrente o prazo de 10 días, previsto na legislação de regência, para a interposição de recurso. Ressalvou, contudo, que referido lapso deve ser contado considerando-se apenas días úteis, como é possível ver na literalidade do mandado de notificação expedido pelo órgão de defesa do consumidor:

Se pretender, também existe a hipótese de oferecer recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) días úreis, contra a referida decisão, à Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – JURDECON, como dispõe o art. 23 § 2º e art. 25, do mesmo diploma Jegal.

A recorrente foi notificada, em <u>26 de abril de 2021</u>, da decisão que julgou fundamentada a reclamação "especificada" no processo administrativo epigrafado. Assim, o prazo recursal teve inicio no dia <u>27 de abril de 2021</u>, primeiro dia útil posterior ao recebimento da notificação, findando apenas em **10 de maio de 2021**.

Feitos esses esclarecimentos, resulta inquestionável a tempestividade do presente recurso.

¹ As aspas se justificam porque, consoante será largamente demonstrado a seguir, não há reclamação <u>específica</u> s suporter a penalidade que se aplicau á recomente.





Accorda Santos Descritor (1930) (1930)
Wilcota Factoria CE (1972) (1930)
Factoria for tradition
www.monescalemarcal.adular

Do deslinde processual.

Cuida-se de procedimento administrativo <u>instaurado de</u> <u>ofício</u> pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON em desfavor da recorrente.

Não obstante a instauração do procedimento tenha ocorrido ex officio, restou motivada pelas declarações prestadas pelo médico generalista. FELIPE PEIXOTO NOBRE (CREMEC nº 20908). Num primeiro momento, as alegações do citado médico foram apresentadas ao DECON em audiência telepresencial. Contínuo, a pedido do órgão de proteção ao consumidor, as denúncias foram reduzidas a termo pelo profissional da saúde, em longo – mas inconsistente – relatório.

As declarações prestadas pelo Dr. FELIPE PEIXOTO NOBRE podem ser assim resumidas:

- A HAPVIDA estaria auditando os prontuários médicos de usuários diagnosticados com a COVID-19, cuidando de elaborar um "ranking de médicos ofensores", ou seja, aqueles que não utilizavam a cloroquina e seus derivados no processo de tratamento dos seus pacientes.
- b) O responsável por uma das unidades da rede HAPVIDA teria afirmado, em grupo de WhatsApp que congrega médicos do plano, que "não cabe discussão sobre o uso da hidroxicloroquina". Além disso, teria comunicado aos profissionais subordinados que eles deveriam parar de informar aos pacientes sobre o risco da medicação.
- c) O denunciante teria sido procurado, em seu consultório, por um coordenador médico da recorrente. A conversa teria como objetivo questionálo sobre o motivo pelo qual não estava prescrevendo a medicação para pacientes suspeitos de infecção pelo novo coronavirus. O declarante alega ter justificado sua conduta com os estudos que questionam a eficácia da cloroquina e seus derivados no combate à COVID-19. Não satisfeito, ainda teria alertado o coordenador visitante sobre os sérios riscos à saúde de determinados pacientes, asseverando que manteria sua posição de não recomendar o



² É como o próprio profissional se qualifica na denúncia escrita por ele e encamirhada ao DECON.



Annual of Servers Character, or Man Consultation of Manual of Coll. (S.P.) (1990) (199

medicamento, salvo quando inequivocamente necessário.

d) A despeito das suas justificativas e do brio de sua autonomia médica, o declarante, DR. FELIPE PEIXOTO NOBRE, acabou sendo demitido nove dias depois³ da visita do coordenador médico.

Considerando que as denúncias – vazias – apresentadas pelo médico generalista não se fizeram acompanhar de qualquer lastro probatório, por mais tênue que fosse, o DECON determinou a notificação do declarante⁴, a fim de que ele juntasse aos autos do procedimento administrativo (sic)

> documentos referentes à relação de trabalho com o mencionado plano de saúde e sobre os fatos objeto da denúncia, tais como cópia de contrato de trabalho, escala de plantões, protocolos de tratamento, prontuários médicos, conversas por whatsapp, dentre outros que achar pertinente.

Não há notícia de que as declarações do médico tenham sido, ainda que posteriormente, corroboradas por provas, ou mesmo por indícios de sua materialidade⁵. Tampouco há menção a qualquer atividade probatória encetada pelo r. órgão de proteção e defesa do consumidor cearense.

Apesar disso, sobreveio decisão administrativa sancionatória, por meio da qual se impôs à recorrente multa de 100.000 UFIRCEs, cujo valor, convertido para a moeda corrente nacional, represente punição de quase MEIO MILHÃO DE REAIS.

Com o mais elevado respeito ao dissenso, a decisão administrativa recorrida não encerra aplicação adequada das normas consumeristas. Em verdade, sequer é possível asseverar que a sanção imposta tenha sido a culminância de um procedimento regular, no qual se respeitou, verdadeiramente, o devido processo legal, e se proferiu decisão legítima.

No mesmo ensejo da asserção pretérita, reafirma-se a estima que a recorrente nutre pelos órgãos de proteção e defesa do

4

O declarante, como alguém que precisa demonstrar estar acima de qualquer suspeita ou resquicio de parcialidade, não esqueceu de registrar que já era sua intenção deixar de trabalhar em favor da recorrente.
OFÍCIO nº 0305/2020/SEPEPDC (fis. 25/26).

De acordo com a certidão de fl. 27, "o Sr. Felips Peixoto Nobre objetivando atender a solicitação constante do Officio nº 0305/2020/SEPEPDC (fls. 25/26), apresentou mediente whetsapp, oa compravantes dos registros eletrônicos de pontos do Sistema de Controle do Acesso da operadora de saúde HAPVIDA, desde jarreiro do fluente ano, conforme documentos que seguem em anexo". Em resumo, neda do que foi descrito pelo médios generalista denunciante (fls. 06/14) restou minimamento comprovado. É muito estranho que seja assim, afinal, o denunciante mencionou várias conversas de WhetsApp que seriam aptas a comprovar suas alegações, Por que razão, então, deixou de junta-las. Simples: elas não existem!

4...



Andrean Formación CE, CEP operation de l'once est de l'onc

consumidor, sejam eles vinculados ou não ao Ministério Público. Sobre o Parquet, que tão nobremente inspira e faz efetivo o DECON, releva dizer que se trata de instituição das mais caras ao Estado de Direito Democrático, razão adicional para que suas decisões estejam respaldadas naquilo que a prova dos autos desvelou, e não em vieses que deturpam a realidade.

Em síntese, considerando que a decisão recorrida, dada a devida vênia, incorreu em diversos equivocos, conforme será demonstrado a seguir, a empresa reclamada se socorre do presente recurso a fim de que essa egrégia Junta Recursal, em colegiado, reforme o julgado.

Do processo administrativo como materialização dos fundamentos e principios que inspiram o Estado de Direito Democrático. Da necessária e <u>adequada</u> motivação dos atos administrativos. Da condenação enviesada do plano de saúde. Da nulidade da decisão guerreada.

Os cidadãos brasileiros percorreram um caminho longo e penoso até que se restabelecesse uma ordem democrática no País. Foram muitos os sacrificios consubstanciados e as renúncias praticadas para que, dentre outros, restassem garantidos a todos e a todas o devido processo legal, com a integralidade dos elementos que lhe dão forma.

Os princípios da ampla defesa e do contraditório, por anos vilipendiados, assumiram papel de destaque na ordem constitucional instaurada pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Embora se trate de conquista inegável e inalienável, não é menos certo que tais garantias não se esgotam no texto da Constituição; ao contrário, devem ser asseguradas diuturna e incansavelmente, sob pena de não passarem de uma exposição vazia de princípios, de um atalho para a frustração.

Diz-se tudo isso porque, em processo administrativo ou judicial, não é suficiente assegurar às partes o direito de exercer, formalmente, os princípios que lhes são assegurados pela Constituição Federal. Falar-se em contraditório e ampla defesa como fenômenos que se esgotam no protocolo de uma peça processual que contrapõe os argumentos do adverso é o mesmo que nada dizer. Significa, em verdade, conduta até mais perversa que a de simplesmente suspender tais garantias. Isso porque, na negação velada, a aparência é de se ter ouvido verdadeiramente a parte, instruido o processo e chegado a uma decisão legitima; contudo, na prática, frustrou-se o acesso material àquelas garantias.

No caso em análise, a recorrente restou condenada ao pagamento de uma multa no importe de quase <u>MEIO MILHÃO DE REAIS</u>. Com o devido e necessário respeito, a sanção, gravissima, está calcada em um punhado de notícias "jornalisticas", em denúncias feitas por um único profissional da saúde e na reclamação solitária de uma única consumidora do





America Santos, Daviero, et majo Calladoro de Alberta, Funtario e C.E. (EP Nazione)
Fune-125 fly 1950/202
www.menescofemarcel.adv.br

plano, cujo conteúdo sequer tem relação direta com aquilo que se discutiu nos autos e culminou na multa.

Para melhor entendimento do que se está a dizer, algumas premissas precisam ser estabelecidas.

Tem-se, de um lado, médico que denuncia, <u>SEM APRESENTAR UMA MÍSERA PROVA</u> sequer, uma série de condutas supostamente equivocadas praticadas pela recorrente no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Não causa espécie que as tais denúncias tenham partido de uma pessoa apenas, dentre milhares que prestam serviços à HAPVIDA? Não soa estranho que as declarações tenham sido apresentadas por um solitário médico que restou desligado de suas funções por iniciativa da recorrente? Médico esse que trabalhou apenas <u>CINCO MESES</u> para a recorrente, entre janeiro e maio de 2020, auge da pandemia, quando todos, no mundo, tateavam no tratamento de doença tão cruel?! Que menciona em sua denúncia um procedimento hipoteticamente equivocado, adotado em todas as unidades de saúde do plano, mesmo tendo trabalhado apenas em uma delas (HOSPITAL ANTÓNIO PRUDENTE)?

Onde está, Excelências, o escrutínio dessas questões?

Não se pode olvidar que o período em que o DR. FELIPE PEIXOTO NOBRE prestou serviços à recorrente coincidiu exatamente com o início da pandemia da COVID-19 no Brasil, e que nenhuma unidade de saúde do País, ou mesmo do mundo, possula padrões de conduta perfeitamente organizados – até mesmo por ser uma doença nova no mundo médico, e em escala pandêmica.

Dado que prova nenhuma, por mais frágil que fosse, quedou apresentada pelo denunciante, presume-se que ao órgão investigante cabia, no mínimo, conduzir uma instrução processual robusta, ouvindo mais profissionais da saúde vinculados à recorrente, por exemplo. Contudo, instrução processual nenhuma foi realizada, estando a decisão recorrida supletivamente escorada em quatro notícias genéricas.

Essas notícias, cuja assertividade não é possível perscrutar⁶, estão por sua vez fundadas em denúncias sabe-se lá de quem. Isso quando não são meras repetições de outras notícias veículadas por outros portais digitais — ao que parece, apenas para fazer volume e dar ares de fato público e notório à inverdade veiculada.

[&]quot;A noticia veiculada em jornal não importa conhecimento direto do fato, ante a notória possibilidade de distorcões. Por isso, não se convoca o instituto da verdade sabida para fugir à imposição constitucional da ampla defesa." (ROMS 825-SP, Rei. Min. Hélio Mosimenn, DJ 28.05.1993. p. 12.870)



⁶ O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao enfrentar caso semethante, pontificou:



Americki Samus Durnynt, ett 2020, Core isser Akkono, forkaless CE, CEP (cres) 666 Fores 155 86, 1220000 www.menescalemarcel.adv.br

Observe-se, para exemplificação do que se está a dizer, o seguinte excerto da decisão administrativa que aplicou multa altissima à recorrente:

- Olhar Digital (fls. 65-67):

"O Hapvida, maior plano de saúde das regiões Norte e Nordeste, pressiona os médicos para que receitem os medicamentos. Nós recebemos mensagens constantes para uso da cloroquina ou hidroxicloroquina para pacientes com qualquer sintoma semelhante ao da Covid-19', afirmou em entrevista ao UOL um médico que pediu para não ser identificado."

- UOL ()ts. 70/76):

"A partir de hoje, TODOS os pacientes irão sair com a medicação da hidroxicloroquina (exceto os contraindicados)". No texto, ele ressaltou que o remédio deve ser entregue até mesmo ao paciente que assinar um termo de recusa da medicação, "para caso, no futuro, mude de ideia".

Em outra mensagem, o mesmo coordenador afirma que os médicos que não concordarem com a prescrição da hidroxicloroquina podem ser substituídos nos plantões da Hapvida*

O OLHAR DIGITAL, cuja fonte jornalistica pediu para não ser identificada (!)⁷, menciona a notícia do UOL, portal igualmente incapaz de revelar o nome de quem quer que seja para confirmar a matéria. Quem seria o tal coordenador? Impossível saber. Onde está a prova de que a cloroquina e a hidroxicloroquina deveriam ser entregues até mesmo aos pacientes que recusassem a medicação?

Essas perguntas poderiam ser meramente retóricas, mas, na medida em que as condutas imputadas pelo denunciante FELIPE PEIXOTO NOBRE foram peremptoriamente negadas pela recorrente, acabam assumindo contornos de extrema gravidade. Afinal, a <u>HAPVIDA</u> não apenas alegou que

Embora o siglio da fonte jornalistica seja uma garantia constitucional, causa espécie que ninguém em noticia alguma seja identificado – nem mesmo o coordenador que teria forçado a prescrição dos medicamentos (1). Essa estranheza só não é maior que a referência a conversas travadas por aplicativos de mensagena, as quais nunca foram reproduzidas como referço à veracidade das noticias, ainda que com a ocultação da fonte.





Aurenta Samue Dament, er 2000 generalistere (E. CEF 2000 er El 1900 er El 190

jamais impusera a qualquer pessoa receitar ou ingerir os medicamentos em questão; a recorrente fez o que não fizeram denunciante e DECON: comprovou, por meio da juntada do termo de esclarecimento e consentimento da senhora ANA PATRICIA DE ARAÚJO VIANA, que a consumidora foi devidamente informada sobre os pormenores do seu tratamento com a medicação questionada.

Quando se considera que a senhora ANA PATRICIA DE ARAÚJO VIANA é a <u>ÚNICA CONSUMIDORA</u> nominalmente citada em toda a decisão punitiva, e por uma razão lateral, fica-se sem saber a base da conclusão segundo a qual a recorrente estaria descumprindo seus deveres para com os consumidores!

Deve-se sublinhar que a queixa da consumidora citada nada tem a ver com o fundamento lançado na decisão recorrida para impor tão elevada multa à recorrente. Com efeito, embora o argumento para a aplicação da sanção serpenteie ao sabor da conveniência do julgador⁸, é possível concluir que a multa decorreu do "fato" de a HAPVIDA estar <u>obrigando</u> seus médicos a receitar cloroquina e derivados.

Acontece que a reclamação formulada pela <u>ÚNICA</u>

<u>CONSUMIDORA</u> supostamente atingida pela conduta da recorrente não era
essa. A senhora ANA PATRICIA DE ARAÚJO VIANA reclamou, em parcas linhas, de
lhe ter sido recomendado⁹ fazer uso da medicação questionada mesmo sem
ter feito o exame para COVID-19¹⁰. Nada ela disse sobre ter sido obrigada a
utilizar este ou aquele medicamento; e nem poderia, já que assinou TERMO DE
CONSENTIMENTO ESCLARECIDO sobre o uso da cloroquina e seus derivados.

Relativamente ao mérito da queixa formulada por aquela solitária consumidora, a HAPVIDA apresentou em sua defesa administrativa a senha que comprova ter sido <u>SIM</u> realizado o exame de COVID-19.

Mas não é só: analisando-se o histórico dos atendimentos médicos da senhora ANA PATRICIA¹¹, verifica-se que ela já fazia uso de hidroxicloroquina para tratamento de artrite reumatoide, realidade que torna sua reclamação ainda mais distante de fundamentar a penalidade imposta à recorrente¹². Em atendimento posterior, ocorrido em 29/05/2020, em

¹² Como facilmente se percebe, nenhum risco adicional foi imposto à paciente, que ja fazia uso da medicação para o tretemento de outra enfermidade. Mesmo assim, os médicos que a atenderam, reveta o prontuêrio, tiveram



⁶ As razões adiante alinhavadas demonstrarão que não é exatamente simples entender o fundamento da decisão recorrida.

⁹ Pelo seu médico assistente, de forma livre e autônoma, exatamente como previsto nas normas profissionais incidentes.

¹⁰ A recorrente comprovou ter autorizado o exame denominado ANTICORPOS TOTAIS PARA COVID 18, mediante a expedição da senha de nº D65829678, para fins de diagnóstico da COVID-19.

¹¹ Deixa-se de juntar cópia do prontuário médico em virtude da necessidade de garantir-se a intimidade da paciente. De todo modo, caso Vossas Excelências desejem analisar o prontuário, basta determinar a notificação da recorrente para apresentá-lo, assegurando-se o sigilo.



Advent form Comment of more form and Advent Formers CE, CEP properties Force-on An arythmy www.memore.alemarchi.adv.br . . . 10 S

vista da escassez do medicamento nas farmácias, a paciente chegou a solicitar que o médico prescrevesse a medicação como se fosse para tratar COVID-19, a fim de obter a medicação diretamente do plano — o que, obviamente, foi rechaçado pelo profissional da saúde.

Dito tudo isso, é curioso, intrigante mesmo, observar que a decisão administrativa não enfrenta essas questões, ainda que para refutá-las. Com o devido e necessário respeito ao dissenso, praticamente tudo na fundamentação é uma exortação às carissimas normas constitucionais e legais de proteção ao consumidor, de precedentes — inaplicáveis — de tribunais 13; pouco ou nada se disse sobre o mérito do que estava sendo enfrentado nos autos.

Todas essas questões assumem cores fortissimas quando se considera que a humanidade está enfrentando uma gravissima pandemia, praticamente sem precedentes. O aprendizado no enfrentamento da doença que já ceifou a vida de milhões de pessoas é diário, não apenas por parte das operadoras de planos e seguros de assistência à saúde, mas por todos: cidadãos, profissionais de saúde, governos, cientistas.

Apesar disso, o médico generalista denunciante, ignorando os esforços que vêm sendo feitos, resolveu pôr em dúvida uma série de procedimentos administrativos adotados pelo HOSPITAL ANTÔNIO PRUDENTE — que sequer é investigado nestes autos. Sem ao menos perceber que as críticas infundadas eram voltadas a um nosocômio <u>JAMAIS OUVIDO</u> no procedimento administrativo, adveio uma condenação altissima, direcionada não âquele hospital, mas ao plano de saúde (HAPVIDA)¹⁴.

Mas, afinal, quem impunha ao corpo médico a recomendação compulsória de cloroquina e hidroxicloroquina era o plano de saúde ou o HOSPITAL ANTÓNIO PRUDENTE? Sendo o Hospital, como é possível concluir do relato prestado pelo denunciante, seria legítimo condenar o plano, sem qualquer fundamentação, apenas porque se trata de empresas componentes do mesmo grupo? Não seria imperioso ter ouvido o representante legal do hospital, o coordenador que supostamente cobrara explicações do denunciante, algum colega deste último?

elevado cuidado antes de iniciarem o tratamento, realizando exames para pesquisa de cardiopatia limitadora e obtendo a assinatura do Toraxo de Consentmento Esculvecido.

¹⁴ Conforme preceitua a Lei nº 9.656/98, a atividade da recomente restringe-se à disponibilização de rede assistencial e ao custato de procedimentos médicos e hospitalares prescritos em favor de seus beneficiários, os quais são reefizados em estabelecimentos integrantes da rede assistencial da operadora. Resta, portanto, impossível que a Harvida interfira, mesmo em tese, na autonomia dos profissionais médicos que atuam em suas dependências.



¹⁵ Cita-se, por exemplo, um julgado do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1053810/SP), em que aquela Corte entendeu não poder o plano de saúde limitar tratamento prescrito pelo médico assistente do consumidor. Ora, más o caso aqui é excitamente o contrário: questiona-se o fato de o plano, supostamente, ter ALARGADO, e não LIMITADO, o tratamento oferecido!



No instante em que deixou de enfrentar questões tão comezinhas, e também de fundamentar verdadeiramente as suas conclusões, a decisão administrativa de que se cuida perde legitimidade. Revela que a defesa apresentada pela recorrente, porque sequer considerada no momento de decidir, não passa de uma folha de papel ocupando espaço nos autos, apenas para garantir aquela aparência de respeito ao contraditório e à ampla defesa da qual antes se falou.

Impossível dizer o que é pior:

- Se uma denúncia prestada por alguém (única pessoa entre milhares) que não se revelou imparcial, e que trabalhou pouquissimos meses em favor da recorrente, tudo no auge da pandemia, quando a doença começava a se alastrar, petrificando o mundo.
- ii. <u>Se</u> a condenação de uma operadora de planos de assistência à saúde que negou peremptoriamente ter obrigado profissionais de saúde a receitar determinados medicamentos, tendo comprovado que informava adequadamente os seus pacientes sobre os possíveis riscos do tratamento, obtendo deles o consentimento esclarecido sobre o uso da medicação.
- Se a condenação da HAPVIDA mesmo com o relato do médico denunciante sendo um injusto rosários de críticas ao HOSPITAL ANTÔNIO PRUDENTE, e não à operadora.
- Se a menção a uma única reclamação de uma única consumidora, que sequer tem relação direta com o mérito da denúncia, tendo a queixa sido afastada pelas provas que a recorrente juntou aos autos administrativos.
- v. <u>Se</u> a imposição de uma multa de MEIO MILHÃO DE REAIS com base apenas em noticias "jornalisticas" nunca investigadas ou aprofundadas, sem que se ouvisse ninguém, sem que se fizesse qualquer esboço de instrução processual.
- vi. <u>Se</u> uma fundamentação decisôria genérica, que bem poderia justificar qualquer decisão condenatória, e





Annick Series Danier, pr. 2001, Compact Alderia Ferralica CT, CTP conscient Francisco (p. 10) effects www.menoscalemarcel.adv.br

que ignora solenemente as alegações e provas apresentadas pela investigada, todas elas.

Não obstante seja impossível dizer o que é pior, pode-se afirmar que isso tudo é pessimo para o Estado de Direito Democrático e para a legitimidade de proceder que se espera do Poder Público. Garantir o contraditório e a ampla defesa, dupla de princípios que edifica o devido processo legal, não é apenas dar ares de legalidade ao procedimento, dar prazo para defesa, e, ao final, ignorar as alegações e provas apresentadas. É, isto sim, buscar fundamento real, específico, para justificar uma sanção, ainda mais quando a pena alcança elevada envergadura.

Repita-se que nenhuma das assertivas aqui lançadas tem por escopo colocar em dúvida a seriedade dos membros do Ministério Público ou a nobilíssima missão institucional do órgão. Não e não. O que se pretende é colaborar, de forma humilde, mas incisiva, com o controle da atividade investigativa, amoldando-a ao devido processo legal.

Se, respeitados <u>verdadeiramente</u> os cânones constitucionais, sobretudo por meio da produção de prova válida e robusta das condutas irregulares imputadas à recorrente, chegar-se à conclusão de que houve infração à legislação consumerista, paciência: que se imponha a sanção. O que não se admite, concessa maxima venia, é uma condenação, ainda que fosse de um centavo de real, para violação que não restou devidamente comprovada!

O vício [de motivo] que macula a decisão recorrida, para além de gravissimo, é também insanável.

É assim porque os atos administrativos devem preencher, necessariamente, cinco requisitos: a competência, a forma, o objeto, a finalidade e o <u>motivo</u>. Esses elementos compõem o que se denomina ESTRUTURA DO ATO ADMINISTRATIVO.

Nesse sentido, veja-se a lição de JOSÉ CRETELLA JUNIOR, que, com percuciência, aduz:

Estrutura do ato administrativo é o conjunto dos cinco elementos básicos, constitutivos da manifestação da vontade da Administração, ou seja, o agente, o objeto, a forma, o motivo e o fim. 15

Conclui-se logicamente que a decisão administrativa recorrida, como ato administrativo que é, deveria ter-se submetido a tais requisitos. Uma vez tendo-se chegado a essa inferência, cumpre observar que o ato decisório guerreado resta manifestamente eivado de vício quanto ao

¹⁵ CRETELLA JUNIOR, José. Direito Administrativo Brasileiro, Vol. I. Rio de Janeiro; Forense, 1983, p. 294.





Accorda Suma Danara or 2003 Pagasally .

Adams of the United St. C.T. C.T.P. according .

From the National .

Sewwanenescalomarcel.adv.br Fig. 112

motivo, em virtude justamente das inúmeras e robustas razões apontadas acima.

Sobre esse tipo de vício do ato administrativo, lapidares são as palavras de José Cretella Junior:

Integram-se no motivo as razões que inspiram o ato. Tais motivos ou fundamentos não são livres como ocorre nos negócios do direito privado. No direito administrativo, o motivo é fundamental. É a razão jurídica do procedimento da administração. O motivo sobre que se apola o ato administrativo tem de ser legal. Alicerça-se sempre no interesse público. 18

Como se sabe, a razão jurídica da decisão administrativa consiste na sua própria razão de ser, que tem, inegavelmente, ligação com as razões que lhe ensejaram, sendo esse seu motivo.

A decisão administrativa vergastada, fundada em <u>infração inexistente</u>, ou, quando menos, <u>incomprovada</u>, não merece prosperar. O substrato fático que lhe teria ocasionado, além de não revelar concretamente a existência das situações apuradas, deixa de se subsumir concretamente às violações das normas consumeristas indicadas na decisão recorrida, conforme será exaustivamente demonstrado adiante.

Versando sobre o tema, tendo como paradigma a Lei Federal nº 4.717, de 29 de junho de 1965, ODETE MEDAUAR cita a alínea "d", do § 2º, do seu art. 2º, dispositivo legal que divisa a caracterização do vício quanto ao motivo. Vejam-se suas palavras:

A alínea d do supracitado dispositivo discrimina, traz diretrizes aproximativas a respeito desse vício, denominando-o inexistência de motivos: "verifica-se quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido". 17 [grifou-se]

Observe-se, nesse mesmo sentido, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

ADMINISTRATIVO. EXONERAÇÃO POR PRÁTICA DE NEPOTISMO. INEXISTÊNCIA. MOTIVAÇÃO. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. 1. A Administração, ao justificar o ato administrativo, fica vinculada às razões ali expostas, para todos os efeitos jurídicos, de acordo com o preceituado na teoria dos motivos determinantes. A motivação é que legitima e confere validade ao ato administrativo discricionário. Enunciadas pelo agente as causas em que se pautou, mesmo que a lei não haja imposto tal dever, o ato



¹⁶ Op. at., p. 331.

¹⁷ MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Modomo, 9º edição. São Paulo: RT, 2.005. página 176.



só será legitimo se elas realmente tiverem ocorrido. 2. Constatada a inexistência da razão ensejadora da demissão do agravado pela Administração (prática de nepotismo) e considerando a vinculação aos motivos que determinaram o ato impugnado, este deve ser anulado, com a consequente reintegração do impetrante. Precedentes do STJ. 3. Agravo Regimental não provido.¹⁸

[grifou-se]

A doutrina, ora expressada por uma de suas melhores vozes, HELY LOPES MEIRELLES, não destoa do quanto defendido neste recurso:

> O essencial é que a decisão seja motivada com base na acusação, NA DEFESA E NA PROVA, não sendo lícito à autoridade julgadora argumentar com fatos estranhos ao processo ou <u>silenciar sobre as</u> razões do acusado, porque isto equivale a cerceamento de defesa e conduzirá à nulidade do julgamento, que não é discricionário, mas vinculado ao devido procedimento legal. Realmente, se o julgamento administrativo fosse discricionário, não haveria necessidade de procedimento, justificando-se a decisão como ato isolado de conveniência e oportunidade administrativa, alheio à prova e refratário a qualquer defesa do interessado. 19

[grifou-se]

É exatamente disso que se está a tratar. Não obstante a HAPVIDA tenha apresentado defesa tempestiva (fls. 41/59-v), é como se as suas razões de resistência sequer tivessem sido observadas pela autoridade julgadora. A conclusão que ressai da leitura da decisão recorrida, data maxima venia, é de que há apenas acusação nos autos²⁰, como se defesa e prova alguma houvessem sido carreadas pela ora recorrente.

Para desfecho deste ponto, impende observar os arts. 50 e 53, ambos da Lei Federal nº 9.784/99, também aplicável aos processos administrativos encetados pelo Poder Público de estados e municípios:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

Não pode prosperar por quais específicas razões?! Segue-se, então, a menção à denúncia do médico generalista [vaga e incomprovada], à reclamação descontextualizada de uma única consumidora [que sequer diz respeito, diretamente, ao tema em discussão] e a citação às noticias de jornal, que, como já demonstrado, não podem ser utilizadas para fundamentar uma decisão administrativa punitiva.



¹⁹ HC 32437 MG 2010/0118191-3, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 22/02/2011, T2 -SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/03/2011.

¹⁹ Ob. cit, pp. 665/668.

²⁰ Apesar de a decisão recorrida citar, em seu relatório, a defesa escrita que a recomente juntou aos autos, a só teitura do ato (administrativo) decisório reveia que as razões defensivas não foram <u>materialmente</u> consideradas pela r autoridade julgadora, aínda que para rechaçá-las. Em dado momento, <u>fl. 67-v</u>, a autoridade julgadora asseverou.

[&]quot;Analisando os argumentos apresentados na defesa escrita anexada às fis. 41/43, temos que a mesma não pode prosperar."



Avarrala Suntan, Damont, on 2026, Clara pour Alderra, Fortalista CE, CEP (2019) (4) Forum 192 (6), 10210/02/ www.monoscalemarcel.adv.br

(...)

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.

(...)

V - decidam recursos administrativos:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando elvados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

[grifou-se]

Ante o exposto, considerando que não há motivo válido a sustentar a penalidade aplicada pelo i. Secretário-Executivo do DECON/CE, requer-se seja anulada a decisão administrativa ora recorrida.

Da incompetência material do DECON para apurar a denúncia. Da imposição de sanção por autoridade incompetente. Da necessária declaração de insubsistência da penalidade aplicada.

É dizer, para início deste ponto, que o senhor FELIPE PEIXOTO NOBRE não é consumidor da HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. Por consectário lógico, a recorrente não é fornecedora de produtos ou serviços ao citado médico. Logo se conclui, sem qualquer dificuldade, que inexiste uma relação de consumo entre denunciante e denunciada.

Isso já seria suficiente para <u>afastar a competência</u> do PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (DECON/CE) para processamento e julgamento administrativo da denúncia formulada pelo médico generalista.

Contudo, <u>há mais</u>: a leitura da denúncia apresentada pelo médico FELIPE PEIXOTO NOBRE, versada em longas nove laudas (<u>fls. 06/14</u>), revela que o problema por ele identificado [inexistente embora], pelo menos em seu âmago, diz com a relação médico-plano de saúde, e <u>não médico-paciente</u>.

Fala-se do âmago da denúncia porque ela está dividida em duas partes principais. Na primeira delas, um médico generalista jovem²¹, contando aparentemente menos de 40 anos de idade, questiona os procedimentos administrativos adotados por um dos maiores e melhores hospitais do Brasil, referência no tratamento de múltiplas enfermidades, inclusive as mais complexas.

14

²¹ https://www.facebook.com/falipepxnb



Antena Control Dament, or 2018. Long 2018
Alterna Condition CE-CEP program
Fores 122 Mg Bill Anno
www.monascolomarzellach.bs 14 19 5

Não fosse suficiente pôr em xeque a prática administrativa de um nosocômio tão relevante e reconhecido pela comunidade médica brasileira, o Dr. FELIPE PEIXOTO NOBRE, com apenas alguns poucos meses trabalhando para o plano [HAPVIDA], teceu suas críticas num cenário de guerra pandêmica.

O mundo todo, Excelências, foi surpreendido por uma doença grave, que se dissemina em velocidade assustadora, e que, <u>ainda hoje</u>, mais de um ano depois do início da pandemia, deixa cientistas e profissionais da saúde perplexos com os seus desdobramentos.

Não obstante o cenário dantesco vivido por todos, o denunciante censura, dentre outras questões, uma hipotética demora no atendimento prestado pelo HOSPITAL ANTÓNIO PRUDENTE²² – isso poucas linhas depois de dizer que a HAPVIDA [ou seria o Hospital?] prestigiou a celeridade (atendimento em até 15 minutos) em detrimento da categorização da gravidade dos pacientes.

Reclama, ainda, de mudanças no procedimento de recepção aos pacientes, de supostas aglomerações, enfim, de um sem-número de questões, muito fáceis de apontar, mas difíceis de comprovar, tanto que não há prova de qualquer uma delas nos autos.

De duas, uma: ou o denunciante é um verdadeiro prodígio
– ainda não reconhecido – da gestão hospitalar, ou se trata de alguém que, não
tendo atendido às expectativas da recorrente, que resolveu romper o vinculo
que mantinha com ele, sentiu-se frustrado com a situação e resolveu retaliar.
Reforça a segunda alternativa o fato de que o médico em questão foi o <u>ÚNICO</u>
a denunciar a inverídica imposição, aos médicos da recorrente, da prescrição
de cloroquina e seus derivados.

A verdade é que dez em cada dez instituições de saúde no mundo todo foram surpreendidas pela pandemia de COVID-19, tendo precisado, como se diz na giria futebolística, bater o escanteio e correr para cabecear a gol. Todas! Não houve quem tenha passado incôlume pelos rigores da pandemia, quem não tenha enfrentado lotação em nosocômios, quem não tenha necessitado adaptar seus procedimentos na medida em que a pandemia avançava e ceifava vidas.

Mas o certo é que a recorrente, em sua rede própria e terceirizada, mas, principalmente, os profissionais que a compõem, fizeram tudo o que estava ao seu alcance para salvar vidas! Tudo! Não houve um esforço poupado, uma gota de suor não derramada para enfrentar o flagelo

²² Torne-se a dizer que o hospital em questão jamais foi instado a se defender das injustas imputações que lhe foram dirigidas pelo denunciante, em proceder que macula, definitiva e imemediavelmente, o devido processo legal.





Aurordo Samos Denomi, orizilar, Comi ULP Aldurra Finitaliza CL CCP exercisió Finital (grafica CL CCP exercisió Finital (grafica) administrativo exercisiones de la comitación de

pandêmico. O que jamais se fez, e quanto a isso não há qualquer prova em sentido contrário, foi obrigar quem quer que fosse a administrar tais e quais medicamentos aos pacientes.

Seja como for, possíveis desajustes nos protocolos técnicos de atendimento definidos pelo HOSPITAL ANTÓNIO PRUDENTE [ou seria pela HAPVIDA], com o devido respeito ao dissenso, não são matéria a ser investigada por órgão de proteção e defesa ao consumidor. Até pelo estofo técnico da matéria envolvida, deveria ser objeto de análise pelo CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CRM).

Essa questão, todavia, não tem importância — senão de reforço argumentativo — para o presente recurso. Isso porque não foi levada em consideração pela decisão recorrida para a imposição de multa à recorrente, o que reforça a inexistência de matéria consumerista a ser tratada.

Chega-se, então, à <u>segunda parte</u> da denúncia prestada peio médico <u>generalista</u> FELIPE PEIXOTO NOBRE, tida como prevalente, apesar de não comprovada, para a imposição de pena ao plano de saúde: a recorrente [ou seria ao Hospital?] estaria impondo aos médicos a obrigação de receitar cloroquina e hidroxicloroquina aos seus pacientes, violando, com isso, a autonomia que é marca daquela atividade profissional.

Admita-se, apenas por um momento, que a recorrente de fato impôs aos médicos a prescrição de cloroquina e seus derivados aos pacientes, violando a autonomía que se reconhece àqueles profissionais da saúde. No quê, especificamente, isso diz respeito à defesa do consumidor? A resposta é demasiado óbvia, a ponto de poder até mesmo ser omitida.

Fato é que a suposta – mas inexistente – violação, pelo plano de saúde [ou pelo Hospital], da autonomia médica é tema que nem ao menos resvala na legislação consumerista. Na pior de todas as hipóteses, a questão deveria ser denunciada ao Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC), competente para apreciar a denúncia e verificar se a autonomia médica realmente quedou violada.

Não deixa de ser irônico observar que o CREMEC foi oficiado pelo DECON, possivelmente num vislumbre, pelo órgão consumerista, da sua evidente incompetência para investigar e julgar a matéria. Todavia, antes que o CREMEC pudesse emitir qualquer juízo de valor, ou mesmo informar algum resultado de diligências instrutórias realizadas, a autoridade consumerista julgou fundamentada a reclamação²³.

³³ Fundamentada em noticias de portais da internet, repita-se, as quais, por sua vez, não foram objeto da mais minima confirmação por uma fonte conflável.





Alderna, Foresten CL, CLP experience (CL)

National Foresten CL, CLP experience (CL)

Transport (CL)

WWW.monoscalorsarcal.adubr (A) 7

Aqui, outra questão merece ser suscitada: afinal de contas, qual foi a reclamação julgada fundamentada pelo DECON? A denúncia SOLITÁRIA prestada pelo médico ou a também SOLITÁRIA reclamação apresentada por uma consumidora, que, de resto, sequer relação direta com a matéria investigada e a multa aplicada tem?

À vista da generalidade e sinuosidade da fundamentação decisória, é difícil saber. Mas, dado que a razão prevalente para a aplicação da pena foi supostamente obrigar os médicos a receitar cloroquina e seus derivados, sob pena de retaliação, conclui-se pela clarividente incompetência desse r. sistema de defesa do consumidor para investigar e julgar a matéria.

Dito isso, requer-se o reconhecimento da incompetência do e. DECON/CE, decretando-se a insubsistência da sanção aplicada.

Da inexistência de afronta à legislação consumerista.

Como se viu, a matéria investigada nestes autos administrativos escapa completamente à esfera consumerista. Por conseguinte, é logicamente descabido falar-se em infração aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor indicados, na decisão recorrida, como tendo sido violados pela ora recorrente.

Registre-se que a decisão proferida pelo DECON/CE foi lavrada antes que se pudesse fazer qualquer movimento instrutório, e está calcada, como já se demonstrou à exaustão, em noticias de veículos de imprensa digitais e em denúncia sem lastro probatório formulada por um <u>único</u> médico.

Dito isso, uma pergunta se impõe: onde estão, nos autos deste procedimento administrativo, as provas de que a cloroquina e seus derivados realmente são ineficazes no tratamento à COVID-19? Mais que isso: onde estão as provas de que o medicamento é capaz de causar a morte?

Essas perguntas, formuladas hoje, 10 de maio de 2021, mais de um ano transcorrido desde o início da pandemia, ainda estão envoltas em nebulosidade. Basta registrar, em confirmação, que o CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM), até hoje, é firme em sua orientação de deixar a prescrição do medicamento questionado ao alcance da autonomia do médico. Fosse uma medicação comprovadamente perniciosa, capaz de matar em série, soa óbvio afirmar que o CFM²⁴ já a teria proscrito da possibilidade de indicação por qualquer profissional médico!

³⁴ Convém destacer que o CFM, em parecer datado de 16 de abril de 2020 (Processo-consulta CFM nº 8/2020 — Parecer CFM nº 4/2020), passou a considerar o uso da ciorquina e da hidroxicioroquina no tratamento de pacientes portadores de COVID-19, propondo critérios de uso para pacientes com sintomas leves no inicio do





Accorda Sartina December of project and the Address of the Confession of the Confess

Acontece que a denúncia na qual se fundou a decisão recorrida foi formulada por um médico generalista que trabalhou apenas dois meses para a recorrente em período pandêmico, de março/2020 a maio/2020. Áquela altura, Excelências, a questão era muito mais nebulosa, estando toda a comunidade médica e científica na busca desesperada por um medicamento que pudesse debelar, ou pelo menos arrefecer, a pandemia.

Saber, entretanto, se cloroquina e seus derivados são ou não efetivos no tratamento à COVID-19 é tema que não interessa ao destino do presente recurso. Não se discute, nestes autos, se a medicação funciona ou deixa de funcionar, o que se discute é se há alguma prova, mísera que seja, um indício, admita-se, que corrobore a conclusão da decisão recorrida, segundo a qual a HAPVIDA obrigava os seus médicos a prescrever o tal remédio.

Não há!

E não se venha dizer, porque argumento meramente retórico, que a palavra de um denunciante com as qualificações já expostas nesta peça vale mais do que o silêncio de outros milhares de empregados da recorrente. Ou ainda que as notícias de jornal em que se fundou a decisão têm o condão de sustentá-la; para rebate daquelas notícias, poder-se-ia transcrever dezenas de outras nestas razões recursais, em sentido diametralmente oposto, todas louvando os efeitos da cloroquina no tratamento da COVID-19.

Não é necessário. Afinal, noticia de jornal não se presta a fundamentar petição – tampouco a justificar decisão administrativa que impõe multa de quase MEIO MILHÃO DE REAIS.

Como se vê, se o caso fosse de essa e. JURDECON decidir sobre se a medicação questionada é boa ou ruim para o tratamento da COVID-19, mesmo hoje, mais de um ano após o inicio da pandemia, a tarefa seria hercúlea, quase impraticável. De efeito, se nem mesmo os cientistas, os médicos e os meios de imprensa chegaram a um consenso, melhor não enveredar por tão árduo caminho²⁵.

https://www.poder360.com.br/coronavirus/david-uip-diz-que-receita-de-cloroquina-e-autentica-mas-pedeprivecidade/



quadro clínico, bem como para pacientes com sintomas importantes, mas ainda sem necessidade de cuidados intensivos.

Uma reflexão que pode ser útil. Excelências, diz com um autoexame de consciência: o que cada um de nós, diagnosticado com COVID-19, faria? Descartariamos em absoluto um remédio que pode ser ineficaz, mas que também pode ajudar na vitória sobre a doença, ou fariamos uso do medicamento? O exemplo do médico DANID Un pode ajudiar na resposta. Enquanto comandava o CENTRO DE CONTROA CONTRA A COVID-19 EM SÃO PAULO, em <u>abrili2020</u> (mesmo período das denúncias do médico generalista FELPE PEIXOTO NOBRE), o DR. DAVID UP, um dos mais renormados infectologistas (<u>especialista</u>) do Brasii, contraiu COVID-19. Não titubeou: na dúvida, tomou composição.



Alakota Foregora CL / LP/SOPE to loco +5/6, 1128/00 sevemenescalemental advise 219

Mas, como se afirmou acima, nada disso importa. Para o julgamento do presente recurso administrativo releva saber apenas onde está a prova da imposição de prescrição da cloroquina e da hidroxicloroquina protagonizada pela recorrente em desfavor do seu corpo de médicos credenciados.

Decididamente, não há.

Consoante se expôs desde a defesa administrativa, a recorrente refuta de forma categórica a existência de imposição a médicos assistentes no sentido de prescreverem determinada medicação a seus beneficiários. A prescrição de todo e qualquer medicamento é uma prerrogativa do médico — e somente dele —, e o tratamento do paciente é baseado na autonomia médica e na valorização da relação médico-paciente, com o objetivo de oferecer o melhor tratamento disponível.

Acreditar na estória contada pelo denunciante implica admitir que uma das maiores operadoras de planos de assistência à saúde do País dispensaria esforços e recursos, em meio a uma guerra pandêmica, apenas para perseguir médicos que não receitavam cloroquina. Note-se que a recorrente não teria qualquer beneficio ou vantagem com tal conduta, de sorte que, para acreditar em tal versão, é preciso muita fé.

A postura da recorrente sempre foi, e é, no sentido de respeitar a autonomia do médico assistente para determinar o tratamento de seu paciente. A orientação feita é de que a prescrição dos medicamentos citados (cloroquina e hidroxicloroquina), <u>se assim entender o médico</u> <u>assistente</u>, seja sempre feita com a concordância do paciente, devidamente formalizada em um TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO.

Torne-se a dizer que a recorrente chegou a juntar aos autos o TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO assinado pela <u>ÚNICA</u> CONSUMIDORA mencionada na decisão recorrida como prejudicada pela suposta imposição.

Como se percebe, além de inexistir ordem para a prescrição dos multicitados medicamentos, o paciente ainda deveria assinar documento em que declara ciência e consente com o uso da medicação.

Em vista de tudo o que se disse até aqui, convém indagar como foi possível à autoridade julgadora concluir pela afronta aos art. 4°, inciso I, art. 6°, incisos III e IV, art. 8°, art. 14 e art. 39, incisos IV, V e VIII do Código de Defesa do Consumidor.

Basta ler os dispositivos legais referidos acima para seconcluir que a menção a eles não passa da necessidade de, mais vez, pintar

2



Accords Sentice Deviced, of 2005 Cong 500 Advanta, Fundame CE, CEP Accord 500 Mag. Force +15,00 st. no.000 www.monescalemarcel.adv.br 2

com o verniz da <u>aparência</u> de judiciosidade uma penalidade que não tem qualquer base legal ou fática, e que incorre, por isso mesmo, em vício quanto ao motivo.

Para maior comodidade, colaciona-se, comentados, os artigos em apreço:

> Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

> I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

NORMA PROGRAMÁTICA, GENÉRICA, APLICÁVEL A QUALQUER LIDE CONSUMERISTA. AUSENTE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA ESTABELECENDO SUBSUNÇÃO MÍNIMA ENTRE A REGRA E O CASO CONCRETO.

Reconhecer a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo diz muito e, ao mesmo tempo, não diz nada para o julgamento de um caso concreto. Nem mesmo essa regra é aplicável à hipótese dos autos, uma vez que, consoante demonstrado em tópico prévio, a relação HAPVIDA-médico não é de consumo, porquanto não há consumidor ou fornecedor nos polos que a compõem.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor.

(...)

 III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com específicação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

 IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;





Average Santas Deceate, or 2020. Core 502 Miles in Fortula of CE CCP 19 (2000.) Fore 195-85 3 3 (2000) www.morescalemarce/SSRs by 2011

NORMA PROGRAMÁTICA, GENÉRICA, APLICÁVEL A QUALQUER LIDE CONSUMERISTA. AUSENTE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA ESTABELECENDO SUBSUNÇÃO MÍNIMA ENTRE A REGRA E O CASO CONCRETO.

Sequer há noticia de informação deficiente a consumidor nestes autos administrativos. Muito menos é possível se falar em publicidade enganosa ou abusiva. Ainda que se desejasse forçar a incidência da regra, a decisão recorrida não informa qual foi, especificamente, a prática ou cláusula abusiva de que a HAPVIDA fez uso. Novel citação genérica à legislação, sem qualquer relação especifica com o caso em julgamento.

Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsiveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

NORMA GENÉRICA, APLICÁVEL A QUALQUER LIDE CONSUMERISTA. AUSENTE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA ESTABELECENDO SUBSUNÇÃO MÍNIMA ENTRE A REGRA E O CASO CONCRETO.

Com todo o respeito, não é possível saber a razão pela qual se concluiu violada a regra colacionada acima. A recorrente, no que diz com o enfretamento à COVID-19, é referência nacional, tendo adotado todas as providências ao seu alcance para reduzir os impactos deletérios da pandemia. Jamais interveio na relação médico-paciente, impondo o receituário de qualquer medicamento, mesmo porque não teria qualquer vantagem em obrigar os profissionais médicos a prescreverem o que quer que fosse. Atuou, ainda, conforme comprovado, informando claramente os seus pacientes e obtendo deles o TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO.

Mas não é só: o próprio denunciante, em sua visão enviesada da realidade, destacou que, aos pacientes tratados com cloroquina e seus derivados, dedicava-

21



Average Sames Derevot, or Stat. Com: Sam Alderse, Francisca CE, CEP trongoler or Fusio (5), II) stat Rate www.monescalemarcel.ads.br

se uma atenção especial, consistente na realização de eletrocardiogramas regulares.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

NORMA APLICÁVEL A QUALQUER LIDE CONSUMERISTA EM QUE HAJA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AUSENTE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA ESTABELECENDO SUBSUNÇÃO MÍNIMA ENTRE A REGRA E O CASO CONCRETO.

Não houve prestação de serviços entre o HAPVIDA e os médicos supostamente obrigados a receitar cloroquina. Inexiste qualquer prejuizo decorrente de defeitos na prestação de serviços.

Em verdade, mesmo que houvesse sido comprovada a imposição na prescrição dos medicamentos, a decisão recorrida falharia em estabelecer qualquer nexo de causalidade entre tal conduta e qualquer dano aos consumidores.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas;

(...)

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

(.)

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciade pelo Conselho Nacional de Matrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);





Access Surren Damon, n° 265, finni (c);
Aldema Ferraksur C), (1,0 mm) v;
I (x = 10, 0), 11 anno (a);
www.monoscalemarcot.adv.br (2);

AUSENTE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA ESTABELECENDO SUBSUNÇÃO MÍNIMA ENTRE A REGRA E O CASO CONCRETO.

Qual foi, especificamente, o produto ou serviço que a HAPVIDA, aproveitando-se da idade, saúde, conhecimento ou condição social do consumidor, impingiu aos seus usuários? Relembre-se que o próprio médico generalista denunciante revela que, fossem os medicamentos fornecidos gratuitamente ou de forma onerosa, a conduta da recorrente era a mesma. Descabido defender, pois, mesmo em tese, violação ao inciso IV do art. 39.

Qual foi, <u>especificamente</u>, a vantagem manifestamente excessiva exigida pela HAPVIDA aos seus consumidores? Apenas para argumentar, devese registrar que é o contrário: quando os médicos receitavam a medicação, sempre de forma autônoma, livre e voluntária, a recorrente incorria em prejuizo. Impossível sustentar, portanto, mesmo em tese, violação ao <u>inciso V</u> do art. 39.

Qual foi, especificamente, o produto ou serviço colocado no mercado de consumo pela HAPVIDA em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes? É justamente o oposto: a recorrente sempre respeitou a autonomia dos médicos, que, por seu turno, acompanharam os estudos sobre o tratamento da COVID-19, as orientações do CFM e, livremente, receitaram cloroquina e seus derivados aos pacientes, apenas quando julgaram necessário fazê-lo. Despropositado alegar, destarte, mesmo em tese, violação ao inciso VIII do art. 39.

A verdade conclusiva, Excelências, é uma só: inexistem indícios de qualquer infração, pela HAPVIDA, às regras insertas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Sustentar, genericamente, que tais e quais regras foram violadas, sem estabelecer qualquer demonstração específica sobre como tal infração ocorreu [subsunção mínima entre fato e regra], não se presta a fundamentar validamente a penalidade imposta.

Desse modo, ainda que essa e. JURDECON alcance o mérito recursal, no que não se acredita, haja vista a inexorabilidade das



Alderen Ferrale of C. C.P. P. C. Sept. Sep

questões que o antecedem, acabará concluindo, permissa maxima venia, por nenhuma penalidade impor à recorrente.

Da necessária observância aos preceitos legais de dosimetria da pena.

Da observância imperiosa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Apenas em respeito ao princípio da eventualidade, para o caso de restarem superados os argumentos anteriores, deve-se considerar que a sanção aplicada deveria necessariamente ter observado os ditames dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que definitivamente não ocorreu no caso em análise.

De acordo com a previsão normativa incidente (art. 57 do CDC 26), a multa deve ser aplicada tendo-se em vista a gravidade da infração e a vantagem auferida pelo fornecedor que tenha atuado em desconformidade com a lei.

Para graduar a multa no caso em julgamento, a autoridade administrativa recorreu a fundamentos que não resistem a um olhar mais acurado. Disse, por exemplo, que a infração – inexistente, repita-se – é grave. O texto é um tanto tautológico, de sorte que, para melhor enfrentamento, merece colação nestas razões recursais:

Tendo em vista a gravidade da infração, considerando a gravidade da infração ocasionada a diversos consumidores, aindo, furtando-se a fornecedora de reconhecer a dimensão da reclamação posta, assim como levando em consideração o porte econômico da empresa, sendo a HAPVIDA de ampla e notória envergadura econômico, fixa-se, a priori, a pera base em 45.000 (quarenta e cinco mil) UFIR do Ceará.

Com todas as vénias que se impõem, fica-se sem saber o que quis dizer Sua Excelência, a autoridade julgadora. Mas parece ser o seguinte: a infração é grave porque é grave a infração. É grave também porque "ocasionada" ²⁷ a diversos consumidores. Só não se sabe a quais, haja vista que, consoante dito e repisado acima, a decisão administrativa menciona uma única e solitária consumidora supostamente afetada.

27 Seria porque atingiu? Não se sabe.



Art. 57. A pene de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição aconômico do fornecedor, será apécada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de juño de 1985, os valores cablivais à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.



Accords Spirite Dismone or 2000 Care See Aldereda Francisco CL CLP and Scott Clare Community to 2000 for www.monescalomarcel.adv.br 4.2

A fundamentação delimitadora da multa segue afirmando que a fornecedora²⁶ furtou-se a reconhecer a dimensão da reclamação posta. Mas o que é que isso significa? O fato de a empresa, notificada, ter apresentado defesa respeitosa e tempestiva não conta? O que a HAPVIDA deveria ter feito para não se furtar a reconhecer a dimensão da reclamação posta, seja lá o que isso signifique? Fica-se sem saber.

Para agravamento da pena, alegou-se uma reincidência²⁹, gerada pela decisão colegiada (JURDECON) proferida nos autos do Recurso Administrativo nº 2579-0112-011.570-3. Ocorre que, é consabido, a reincidência mencionada pela lei não diz com qualquer pretérita condenação definitiva imposta por órgão de proteção ao consumidor. É necessário, ao contrário, que haja reincidência naquele específico objeto infracional.

Dado o ineditismo da situação, vez que a última pandemia ocorreu em 1918 – quando sequer se falava em defesa do consumidor –, e não se tem noticia de qualquer outro caso de suposta imposição aos médicos para receitarem cloroquina e hidroxicloroquina, conclui-se que <u>a agravante em questão não pode incidir</u>.

O pior, contudo, ainda estava por vir. Observe-se o último parágrafo do capítulo da decisão recorrida sobre a dosimetria da multa:

Insta observar, ainda, que há a caracterização de agravantes, pois a infração ocasiona dano de caráter repetitivo, como já exaustivamente demonstrado na presente decisão e, ainda, por ter deixado o infrator, tendo o comprovado conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para mitigar suas consequências, pois sequer reconheceu os relatos dos demunciantes, o que nos leva a aumentar a sanção em 2/3 (dois terços), fixando-a definitivamente em 100.000 (cem mil) UFIRCE.

Perdoe-se o truísmo, mas, decididamente, não pode ser assim: há a caracterização de quais outras agravantes? Sim, porque o art. 57, caput, do CDC prevê a existência de agravantes específicas, relacionadas de forma exaustiva (gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor). Quais seriam, então, as demais agravantes caracterizadas, conforme mencionado no parágrafo que se colacionou acima?

Não existe a figura do fornecedor nestes autos, conforme já exaustivamente defendido.

²¹ Advirta-se que o Decrato nº 2.181/1997 jamais poderis ter acrescido as circunstâncias agravantes previstas em seu art. 25, porquanto exorbita a lei que deveris apenas regulamentar.





Qual é, <u>especificamente</u>, o dano de caráter repetitivo ocasionado?³⁰ Desde quando esse é um critério agravante de penalidade? Estaria tal agravante relacionada no art. 57, caput, do CDC? Não serve a previsão exorbitante do Decreto nº 2.181/1997.

Quais eram, especificamente, as providências a serem adotadas pela HAPVIDA para mitigar as consequências do "ato lesivo"? Deixar de fazer o que nunca fez? Considerando que a recorrente jamais impôs a qualquer médico que receitasse cloroquina e derivados aos seus pacientes, como foi possível ao DECON concluir que a HAPVIDA deixou de fazer o que nunca fez? Onde se acham as evidências de tal conclusão? Desde quando esse é um critério agravante de penalidade? Estaria tal agravante relacionada no art. 57, caput, do CDC? Não serve a previsão exorbitante do Decreto nº 2.181/1997.

E o que dizer do reconhecimento dos relatos dos denunciantes? Aliás, quais denunciantes, no plural, se há apenas um, solitário, no singular? E desde quando não reconhecer a infração é critério agravante de penalidade? Estaria tal agravante relacionada no art. 57, caput, do CDC? Não serve a previsão exorbitante do Decreto nº 2.181/1997.

Não, não e não.

É fácil perceber, d. Julgadores, pelas razões expostas acima, que nenhuma penalidade deveria ser imposta à recorrente.

Por tais razões, sobressaindo o entendimento de que houve infração às normas de proteção ao consumidor, o que não ocorreu, repise-se, requer-se a minoração da multa arbitrada, em conformidade aos parâmetros legais e à realidade fática delineada.

A redução da multa, permissa maxima venia, deve ser tal que passe a representar o mínimo previsto em lei, isto é, 200 UFIRCEs.

Dos requerimentos.

Postas as questões fáticas, bem como aduzida a fundamentação jurídica, requer a recorrente que essa egrégia Junta Recursal se digne de:

> Conhecer do presente recurso, por estarem presentes os seus requisitos de admissibilidade;

26

³º Já se demonstrou acima que nem mesmo é possível falar-se em dano. O que dizer, então, de um dano de caráter repetitivo.



Aldrende Spetter Dynamit or 2020. Company Aldrende Spetter (E, CLP terry particular Francisco (Sp. Spetter) www.monescalomarce/Ladeby

- Reconhecer a nulidade da decisão guerreada, em razão de vício em sua motivação, declarando, por conseguinte, a total insubsistência da multa aplicada;
- c. <u>Declarar</u> a incompetência do PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (DECON/CE) para investigar e julgar demanda que não consubstancia relação de consumo, decretando-se a insubsistência da penalidade aplicada e o arquivamento dos autos administrativos;
- d. Na remota hipótese de não serem acolhidos os pedidos formulados acima, <u>reformar</u> integralmente a decisão monocrática, extirpando a multa imposta, haja vista a recorrente não ter infringido quaisquer normas de proteção ao consumidor;
- Em atendimento ao princípio da eventualidade, caso entenda pela manutenção da condenação, <u>reduzir</u> o valor da multa a importe que obedeça aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, fixando-a no patamar mínimo previsto em lei (200 UFIRCEs).

A recorrente antecipa, desde já, interesse em realizar sustentação oral das razões vertidas na presente peça recursal, postulando, pois, oportuna intimação dos signatários para a sessão de julgamento colegiado.

> Nestes termos, Pede e espera deferimento.

Fortaleza, Ceará, 10 de maio de 2021.

Mário Jorge Menescal de Oliveira OAB-CE nº 6.764 Rômulo Marcel Scuto dos Santos OAB-CE nº 16.498

Chart 1 1 20 Depa	tório de Indús staria Especial rismento de P saria de Catac	l eta Micro Ragietro S	re Pequens	Empresa : Integraçõe	18-00	, JU	CEC - SEDE		1000
NATUR loss seate our floor eachs for one putre UF)		Contigo de Jurídice	POSTARRON	Nº de Mariculo de Austiur do Combi		111111	18/161.837		1
- 2320051	1105	2	2062				10.101.00	59	2
Y-REQUERIME	ито		10.20						3-40
neguera V.S* o def	Since Section	SISTENCO do Apos do Ap	DESCRICE ALTERACIONES	LTDA do Comilecto) AO DO ATO / EVE AO DAGAO DE CONT AO DE CAPITAL S	RATGESTATUTO SOCIAL Representant Neme: 1	Service a	a Empress // Fo. 14°Q.123	Nº FCN/RE	1800129156
			Oels						10.8
2 - USO DA JUN DECISÃO SIN	Married Wilderson on Table	CIAL			DECISÃO				
Пам				□ 51М					erisão
			\equiv						Nata
	J	Para	pomelivel	NAO _	r / Dela	Sispo	onitived		one of the latest and
the state of the s	AR xigfinde, (Vid ride, Publique	lo despac	ha em fylha		Date Statement S	87.670	ingerca	er Couperche	
DIGESTAD SINGALL Processes on a Processes tellar Processes incer	AR wigenda, (Vid rido, Publiqui larido, Publiqui	lo despac	ha em fylha		9 150 N	٧,	ACC	Posperste Darrilla (st Expense Greatho de Costa
Processo dela	AR sagende, (Vol nde, Publique ferido, Publique ADA sagende, (Vol nde, Publique	le despec es s any se se.	ha ern fylha uhve-ae,	anexa)		٧,	ingerca	er Cogénide Damillo Co	S' Existracia Sarvajiho da Costa
DECISIO COLEGE Processo em e Processo inder Processo em e Processo em e Processo em e Processo em e	AR sagende, (Vol nde, Publique ferido, Publique ADA sagende, (Vol nde, Publique	le despec es s any se se.	ha ern fylha uhve-ae,	anexa)	9 150 N	٧,	ropincia AQÉ ropincia	er Cogénide Damillo Co	S* Explorer Sarvajho da Costa

200

94º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA. HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. CNPJ/MF nº 63.554.067/0001-98 NIRE 23.20051110-5



Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social, os abaixo assinados:

- Candido Pinheiro Koren de Lima, brasileiro, nascido em 20/07/1946, médico, casado sob o regime de comunitéo universal de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 367.228.638-91 e no CRM-CE sob o nº 1397, portador da cádula de identidade RG nº 95024000236 2º Via SSP-CE, residente e domiciliado na Avenida Beira Mar, nº 4.777, apto. 700, bairro Mucuripe, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.165-121;
- 2. Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, brasileiro, nascido em 09/11/1972, médico, casado sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 456.493.243-87 e no CRM-CE sob o nº 7462, portador da cádula de identidade RG nº 900010068-81 2º Via SSP-CE, residente e domiciliado na Rua Professor Pedro Barroso, nº 565, baliro de Lourdes, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.177-020;
- 3. Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior, brasileiro, nascido em 06/10/1970, administrador, casado sob o regime de comunhão universal de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 368.999.413-68, portador da cédula de identidade RG nº 96009023938 24 Via SSP-CE, residente e domiciliado na Rua Inhambú, nº 07, apto. 71, Vila Uberabinha, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04520-010; e
- 4. Hapvida Participações e Investimentos S/A, sociedade anônima aberta, com sede na Av. Heráclito Graça, nº 406, Centro, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CLP 60.140-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.197.443/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE 2330003927-1, representada noste ato por seu Diretor Presidente Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, acima qualificado; por seu Diretor Vice Presidente Comercial Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior, acima qualificado; e por seu Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos Gustavo Chaves Barros de Oliveira, brasileiro, nascido em 17/08/1972, executivo, casado em comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.904.473-87, portador da cédula de identidade nº 2007002014082 SSP-CE, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 390, apto. 100, bairro Meireles, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.125-150.

únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., com contrato registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o NIRE 2320051110-5, por despacho de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores, com sede e







Junta Comercial de Estado de Ceani
Cestifico registro sob a nº 5207497 em 06/12/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/1877

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2020/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/877

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2020/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/87/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2020/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/11/105 o protecció 1816/37/

- 30/11/2018, Ausmicação: 70E394/35/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/31/105 o protecció 1816/37/105/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/31/105/37/105/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 2/2006/37/105/37/105/2018 de Emprese HAPVIDA ASSISTENCIA LTDA, Nine 2/2006/37/105/37

pág. 3/16



endereço na Av. Heráclito Graça, nº 406, 2º Andar, bairro Centro, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.140-050, inscrita no CNPI/MF sob o nº 63.554.067/0001-98, resolvem de comum acordo alterar o contrato social e o fazem mediante as seguintes ciáusulas e condições:

1. AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

- 1.1. Decidem os sócios aumentar o capital social da Sociedade, <u>passando dos atuais</u> R\$ 898.349.929,00 (pitocentos e noventa e pito milhões, trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e nove reais) <u>para</u> R\$ 921.719.929,00 (novecentos e vinte e um milhões, setecentos e dezenove mil, novecentos e vinte e nove reais), representando um aumento, portanto, no valor de R\$ 23.370.000,00 (vinte e três milhões, trezentos e setenta mil reais), subscrito e integralizado em moeda corrente nacional (real) pela sócia Hapvida Participações e investimentos \$/A, acima qualificada, mediante a incorporação dos aditamentos registrados na conta de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).
- 1.2. Em razão do aumento de capital acima operado, a Cláusula Sétima deste Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:



"Sétima - O capital social é de R\$ 921.719.929,00 (novecentos e vinte e um milhões, setecentos e dezenove mil, novecentos e dezenove reals), totalmente subscrito e integralizado pelos quotistas, em moedo corrente do País, representando 921.719.929 (novecentos e vinte e um milhões, setecentas e dezenove mil, novecentas e vinte e nove) quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e sua distribuição é a seguinte:



Nome do Quotista	Nº Total de Quotas	Valor em Reals
Candido Plnheiro Koren de Lima	2	R\$ 2,00
Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Uma	1	R\$ 1,00
Candida Pinheira Koren de Lima Júniar	1	R\$ 1,00
Hapvida Participações e Investimentos S/A	921,719,925	R\$ 921.719.925,00
Totais	921.719.929	R\$ 921.719.929,00



2. DEMAIS CLÁUSULAS

 Permanecem inalteradas e em pieno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato Social.



CONSOLIDAÇÃO





Jurta Comercial de Estado de Ceará.

Certifico registre sob e nº 5207497 em 06/12/2018 de Empresa HAPVIDA ASSISTENCIA MEIDICA LTDA, Nive 20200511165 e protocolo 181615871

- 20/11/3018. Autorideoglio: 76E894383569(201686986986)FES348788D115. Lenna Cardoso de Alencar Serans - Secretário-Cerat. Para validar
sata documento, acesse http://www.jurios.ce.gov.br e informe nº de protocolo 18/161.837-1 e o código de segurança Bazg Esta cópia foi autorificada
digitalmenta e acainada am 06/12/2018 por Lanira Cardoso de Alencar Seraine - Secretário-Gerat.





3.1. Em virtude das alterações até aqui realizadas, e para atender às necessidades atuais da empresa, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante a seguinte nova redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCEIDADE EMPRESÁRIA HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

CNPJ/MF nº 63.554.067/0001-98 NIRE 23.20051110-5

- Candido Pinheiro Koren de Lima, brasileiro, nascido em 20/07/1946, médico, casado sob o regime de comunhão universal de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 367.228.638-91 e no CRM-CE sob o nº 1397, portador da cédula de identidade RG nº 95024000236 2º Via SSP-CE, residente e domiciliado na Avenida Beira Mar, nº 4.777, apto. 700, bairro Mucuripe, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.165-121;
- 2. Jerge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, brasileiro, nascido em 09/11/1972, médico, casado sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 456.493.243-87 e no CRM-CE sob o nº 7462, portador da cédula de identidade RG nº 900010068-81 2º Via SSP-CE, residente e domiciliado na Rua Professor Pedro Barroso, nº 565, bairro de Lourdes, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.177-020;
- 3. Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior, brasileiro, nescido em 06/10/1970, administrador, casado sob o regime de comunhão universal de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 368.999.413-68, portador da cédula de identidade RG nº 96009023938 2º Via SSP-CE, residente e domiciliado na Rua Inhambú, nº 07, apto. 71, Vila Uberabinha, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04520-010; e
- 4. Hapvida Participações e Investimentos S/A, sociedade anônima aberta, com sede na Av. Heráclito Graça, nº 406, Centro, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.140-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.197.443/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE 2330003927-1, representada neste ato por seu Diretor Presidente Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, acima qualificado; por seu Diretor Vice Presidente Comercial Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior, acima qualificado; e por seu Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos Gustavo Chaves Barros de Oliveira, brasileiro, nascido em 17/08/1972, executivo, casado em comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.904.473-87, portador da cédula de identidade nº 2007002014082 SSP-CE, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 390, apto. 100, bairro Meireles, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.125-150.













Junta Comercial do Entario de Ceará.
Centrico registro ado o nº 5207457 em 9512/3018 de Empresa HAPVEA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nine 20200511105 e protocolo 181618371
- 20/11/2018. Autenticação: 765994382898201565986F553487550115. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar asias documento, auteses http://www.luceu.te.gov.br e informe nº do pretocolo 19/191,007/1 e o código de segurança Biog Sata rógia tol autenticada digitalmento a assinada em 08/12/2018 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral.

25 pág. 4/15



CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAIS

Primeira - A sociedade girará sob a denominação social de HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Segunda -A sede social é em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na Av. Heráclito Graça, nº 406, 2º Andar, bairro Centro, CEP 60.140-060.

Terceira - A sociedade poderá instalar, manter e extinguir filiais e escritórios ou exercer suas atividades em qualquer outro ponto do território nacional ou do exterior.

Quarta - A Sociedade tem as seguintes filiais:

1- No Estado do Ceará, em Fortaleza

- na Rua Barão do Río Branco, nº 1338, Centro, CEP 60.025-060
 CNPJ nº 63.554.067/0034-56;
- na Avenida Dam Manuel, nº 1053 Centro, CEP 60.060-091
 CNPJ nº 63,554.067/0038-80;
- na Avenida Heráclito Graça, nº 1001 Aldeota, CEP 60.140-035
 CNPJ nº 63.554.067/0037-07;
- na Rua Costa Barros, nº 915, sala 902 Centro, CEP 60.160-280
 CNPI nº 63.554.067/0040-02;
- na Rua Nagueira Acidii, nº 1365— Centro, CEP 60.110-140
 CNPJ nº 63.554.067/0039-60;
- na Rua Dona Leopaldina, nº 1150 Centro, CEP: 60.110-000
 CNPI nº 63.554.067/0041-85.

2- No Estado do Rio Grande do Norte, em Natal

na Rua Felipe Camarão, nº 417, 1º e 2º Andares - Cidade Alta, CEP 59.025-200
 CNPJ nº 63.554.067/0006-00.

3- No Estado do Pará, em Belém

na Travessa Lomas Volentinas, nº 1.140- Pedreira, CEP 66.087-441
 CNPJ nº 63.554.067/0007-83.

4- No Estado de Alagoas, em Maceió

na Rua Ivan Wolf, nº 09 - Pinhelro, CEP 57.057-140
 CNPJ nº 63.554.067/0016-74.









Junta Comercial do Estado do Ceará

Centidos registro ado o nº 2007497 em 05/12/2018 da Empresa HAPVIDA ASSISTENCIA MILDICA LTDA, New 23/200511105 e protocido 181618371

- 20/11/2018. Auterricogêo: 700894302680201565698090967553497550115, Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Genal. Para validar
este documento, acessa http://www.jucco.ce.gov.br e informe nº do pretocelo 18/161/377-1 e o odigio de segurança Skog Esta odoja tel auterricada
digitalmente e assinada em 06/12/2016 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Genal.

pag. 5/11



5- No Estado do Amazonas, em Manaus

 na Av. João Valério, nº 68, Nassa Senhora das Graças, CEP 69.053-140. CNPJ n# 63.554.067/0036-18.

6- No Estado da Bahia, em Salvador

 na Rua Frederico Simões, nº 98 − Cominho das Árvores, CEP 41.820-774 CNPJ nº 63.554.067/0012-40."

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO

Quinta - A duração da sociedade será por tempo indeterminado na forma permitida pela legislação brasileira em vigor, tendo iniciado suas atividades em 15/07/1991, conforme registro do instrumento constitutivo na Junta Comercial.

CAPÍTULO III - DO OBJETO SOCIAL

Sexta - A sociedade tem por objetivo social a contratação de serviços hospitalares, de odontologia, de medicina, de exames auxiliares, de diagnósticos de tratamento e a comercialização destes serviços através de planos de saúde: a prestação de serviços de odontología e administração de planos de saúde, finalidade esta que poderá ser reduzida, modificada ou ampliada, mediante a deliberação dos quotistas detentores de guotas representativas de lotalidade do capital social, na forma da Cláusula Vigêsima Oitava.



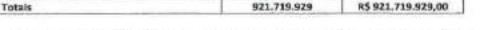
CAPÍTULO IV - DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Sétima - O capital social é de RS 921.719.929,00 (novecentos e vinte e um milhões, setecentos e dezenove mil, novecentos e dezenove reais), totalmente subscrito e integrafizado pelos quotistas, em moeda corrente do País, representando 921.719.929 (novecentos e vinte e um milhões, setecentas e dezenove mil, novecentas e vinte e nove) quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e sua distribuição é a seguinte:





Nome do Quotista	№ Total de Quotas	Valor em Reais
Candido Pinheiro Koren de Lima	2	R\$ 2,00
Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima	1	R\$ 1,00
Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior	1	R\$ 1,00
Hapvida Participações e Investimentos S/A	921.719.925	R\$ 921.719.925,00





Oltava - O capital poderá ser aumentado em quantas vezes se fizer necessário, mediante





Junta Comurcial de Estado de Ceará Certifica registro solo o nº 5207497 em 05/12/2018 da Empresa HAPVICA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nice 23/200511105 e protocolo 181818371 - 2011 (2016, Autenticação: 745-9439393901 ESEBBODOSFEED487550115, Lorira Cardose de Alencar Seraine - Secretaria-Geral. Para validar este documento, acesse http://enw.judec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 18/161,837-1 e o dédigo de segurança siong lista objet toi autenticada digitalmente e assinada em 05/12/2018 por Lenira Cardose de Alencar Seraine - Secretária-Geral.



subscrição de partes novas, representada por dinheiro ou bens em espécie, ou pela conversão, em parte, das reservas, mediante a deliberação da unanimidade dos quotistas, na forma da Cláusula Vigésima Oitava.

Nona - Quando dos aumentos do capital social, a preferência para subscrição das quotas novas, será atribuída ao sócio na exata proporção da participação de cada um no capital da sociedade.

Décima - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CAPÍTULO V - DAS QUOTAS SOCIAIS

Décima Primeira - Entre os sócios as quotas são livremente transferiveis, não podendo, porém, os mesmos, cedê-las a terceiros, salvo consentimento expresso da unanimidade dos demais sócios, mediante deliberação em reunião de sócios, que, em Igualdade de condições, terão a preferência para adquiri-las. O Mecanismo de Transferência e o Exercicio do Direito de Preferência deverão observar o Acordo firmado entre os sócios, devidamente arquivado na Sociedade.

CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Décima Segunda — A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria composta por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice Presidente Comercial, 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações, 01 (um) Diretor Superintendente Financeiro e 01 (um) Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, sócios ou não, eleitos e destituíveis pelos sócios, conforme critérios de indicação estabelecidos no Acordo firmado entre os sócios e devidamente arquivado na Sociedade, com mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro. O cargo de Diretor Presidente será ocupado polo Sr. Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, acima qualificado; o cargo de Diretor Vice Presidente Comercial será ocupado polo Sr. Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior, acima qualificado; o cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações será ocupado pelo Sr. Alain Benvenuti, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em ciências jurídicas, inscrito no CPF sob o nº 688.408.020-53, portador da Cédula de Identidade RG nº 62.989.158-8 SSP/SP, residente e domicillado na Av. Rui Barbosa, nº 343, Ap 802, Ed Stella, bairro Meireles, Cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, CEP 60.115-220; o cargo de Diretor Superintendente Financeiro será ocupado pelo Sr. Bruno Cals de Oliveira, brasileiro, administrador de empresas, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 997.554.913-68, portador da Cédula de Identidade RG nº 59.385.901-7 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Vicente Linhares, nº 1300, Ap 702, Ed Monteroso, bairro Aideota, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.135-270; e o













Junta Comercial de Estado de Ceanti.
Certitico registro sob e nº 5207497 em 05/12/2018 da Empresa HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nire 23200511105 e protocolo 1814/18371
- 20/11/2018. Autendoução: 76E8943826890D1E8EB960008FFS34B7EDD115. Lenina Candoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral, Para validar esta documento, sesses http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 18/181/337-1 e o código de segurança 8xxy Esta ofinia foi autenfocado digitalmenta e assimada em 06/12/2018 por Lenina Candoso de Alencar Seraina — Secretária Geral.

pág. 7/15

cargo de Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos será ocupado pelo Sr. Gustav Chaves Barros de Oliveira, acima qualificado.

Parágrafo Segundo. Os Diretores declaram que não estão Impedidos por lei especial, e nem se encontram sob efeito de condenação, a penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Décima Terceira - Compete à Diretoria:

- cumprir e fazer cumprir o presente Contrato Social, as deliberações dos sócios e a (a) legislação em vigor;
- (b) praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- (c) representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou contratuais pertinentes e as deliberações dos sócios;
- conduzir a política geral e de administração da Sociedade, conforme determinado pelos sócias:
- (e) coordenar o andamento das atividades normais da Sociedade, incluindo o cumprimento das deliberações tomadas em reuniões de sócios e nas suas próprias reuniões;
- elaborar os planos de negócios e os orçamentos da Sociedade, anuais e/ou plurianuais, e submetê-los para a aprovação dos sócios:
- (8) executar os planos de negócios e os orçamentos da Sociedade aprovados pelos sócios; e
- elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício social. (h)

Parágrafo Primeiro. Compete ao Diretor Presidente, Sr. Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, além das demais atribuições previstas neste Contrato Social, observadas as regras e os limites aplicáveis à gestão da Sociedade:

- (a) dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade;
- (b) coordener e supervisionar as atividades de administração da Sociedade;
- elaborar e apresentar ao Conselho de Administração da sua Controladora o plano anual (c) de negócios e o orçamento anual da Sociedade;
- (d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- representar institucionalmente a Sociedade em conjunto com o Oiretor Vice Presidente (e) Comercial:
- definir, implementar e coordenar ações que objetivem a preservação da visão, missão e (n) velores da Sociedade;
- supervisionar, administrar e promover ações coordenadas e integradas do processo de desenvolvimento das atividades da Sociedade;













pag. 8/16



Junta Comercial do Estado de Ceará Certifica registro sobile nº 5207497 em 95/12/0016 de Empresa HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nie 23200511105 e proteccio 161618071 - 2011/2018, Autoriticação: 71656408266830 (ECEDBEDBOPES0467650115, Lenira Cardoso de Alendar Sensine - Secretária-Garal, Para validar esia decumento, ecresse http://www.jucec.ce.gov.tir.e.informs nº do protocolo 18/18/1.837-1 e o código de segurança 9krg Esta obpita foi sutenticada digitalmente e assinada em 08/12/2018 por Lanina Cardoso de Alencer Seraine — Sedestária-Goral.



- (h) supervisionar e controlar os níveis dos serviços prestados e de rentabilidade de cada setor;
- prover a Sociedade de infraestrutura de tecnologia da Informação adequada às atividades por ela desenvolvidas;
- supervisionar a Diretoria Juridica da Sociedade;
- (k) liderar as atividades da Diretoria, ficando responsável pela avaliação do desempenho de seus membros, cabendo ao Conselho de Administração da sua Controladora, sempre observado o Acordo de Acionistas, a demissão de qualquer membro encaminhada pelo Diretor Presidente;
- supervisionar a gestão de cada diretoria e assegurar seus desempenhos operacionais no cumprimento de metas, cronogramas e orçamentos, alinhamento/adesão a cultura e valores de empresa; e
- (m) garantir que as diversas políticas das empresas (incluindo políticas de risco, recursos humanos, entre outras) estejam em linha com as diretrizes corporativas definidas pelo Conselho de Administração da sua Controladora.

Parágrafo Segundo. Compete ao Diretor Vice-Presidente Comercial, Sr. Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior, além das demais atribuições previstas neste Contrato Social, observadas as regras e os limites aplicáveis à gestão da Sociedade:

- (a) coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar as atividades funcionais da área comercial;
- desenvolver as estratégias e supervisionar as áreas de negócio, de produtos e serviços, de marketing, publicidade, comunicação mercadológica, trade marketing, de relacionamento com clientes e de vendas, bem como de pós-venda e retenção de clientes;
- (c) gerir a aplicação das políticas de relacionamento e acompanhamento dos clientes;
- (d) representar institucionalmente a sociedade em conjunto com o Diretor Presidente; e
- (e) coordenar as ações de relacionamento institucional da empresa.

Parágrafo Terceiro. Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações, Sr. Alain Benvenuti, além das demais atribuições previstas neste Contrato Social, observadas as regras e os limites aplicáveis à gestão da Sociedade:

- (a) coordenar a política de recursos humanos da Sociedade;
- (b) desenvolver projetos de engenharía para os estabelecimentos da Sociedade e monitorar a manutenção das instalações existentes;
- (c) gerir a entrega dos serviços prestados pela Sociedade, notadamente a partir da supervisão da rede preferencial, dos planos administrados, da operação odontológica, da gestão dos sinistros e da área médico-hospitalar;
- (d) gerir o processo de Integração de novas unidades;
- gerir as áreas de atendimento administrativo e call center das unidades da empresa;











pag. 8/15



Aurez Comercial do Estado de Ceará.

Certifico registro sob o nº 5207497 em 06°12/2018 da Empresa HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nire 23200611105 e protocole 181918371

- 20°11/2018. Autoriticação: 76E99438589201E66880508097530487530115. Lenins Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral, Para validar este documento, acesse (18)/Neww.jucjec.ce.gov.tz e informe nº do protocole 18191.837-1 e o dódigo de segurança 8xzg Esta célpia foi autoriteado digitalmento e assimbolo em 06/12/2018 por Lenins Cardoso de Alencar Seraine — Secretária-Geral.



- (g) supervisionar a representação da Sociedade junto aos órgãos e agências reguladoras, com definição dos produtos comercializáveis;
- (h) supervisionar as áreas de tratativas de processos administrativos junto aos órgãos e agências reguladoras; e
- supervisionar o processo de Cadastro e Faturamento da empresa, observadas as atribuições da Superintendência Financeira.

Parágrafo Quarto. Compete ao Diretor Superintendente Financeiro, Sr. Bruno Cals de Oliveira, além das demais atribuições previstas neste Contrato Social, observadas as regras e os limites aplicáveis à gestão da Sociedade:

- (a) zelar pela saúde financeira da Sociedade, através de controles sobre investimentos, patrimônio, receitas e despesas;
- (b) assessorar e instrumentalizar a Diretoria, o Conselho de Administração da sua Controladora e os sócios para tomada de decisões;
- gerenciar os orçamentos de custos e despesas;
- (d) gerenciar o fluxo de catxa;
- (e) supervisionar as atividades de fusão e aquisição pela empresa, observadas as atribuições da Superintendência de Assuntos Estratégicos;
- (f) supervisionar as atividades de Planejamento e Análise Financeira, Pagadoria e Contabilidade, de Gestão de Ativos e Planejamento Tributário, observadas as atribuições da Vice Presidência de Operações; e
- (g) supervisionar os trabalhos técnico-atuariais e seus impactos nos resultados, inclusive quanto à formação de preços.

Parágrafo Quinto. Compete ao Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, Sr. Gustavo Chaves Barros de Oliveira, além das demais atribuições previstas neste Contrato Social, observadas as regras e os limites aplicáveis à gestão da Sociedade:

- (a) supervisionar os processos comerciais de negociação através de licitações, observadas as atribuições do Diretor Vice Presidente Comercial;
- (b) assessorar os demais membros da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da sua Controladora para tomadas de decisões nos assuntos estratégicos relacionados às suas atividades;
- (c) supervisionar os processos comerciais de planos administrados, observadas as atribuições do Diretor Vice-Presidente Comercial;
- (d) Coordenar o processo de Governança Corporativa da Sociedade;
- (e) atuar com a análise crítica nas definições de política da empresa, com vistas à garantia de um modelo de governança adequado aos padrões do mercado;















Junea Comercial do Estado do Cesati.
Certifico registro coto o 1º 5207497 em CO/12/2016 da Empresa HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA. Nive 23200511105 e proteccio 181818371
- 20/11/2018, Autoritacijac 79E5943325082D1E5EDBSDBSPE534B7EBD115. Leniva Cardoso de Aloncar Semine - Secretária-Caral. Para validar
este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protecció 18/191.837-1 e o código de segurança Bizg Esta còpia foi autorisoda
digitalmento e ascinada em 06/12/2018 por Lanica Cardoso de Alencar Semine - Secretária-Geral.

Dio. 10/16

- (f) supervisionar os processos e fluxos da Comunicação Interna da Sociedade;
- (g) atuar com analise critica nos processos e atividades de fusão e aquisição pela empresa, observadas as atribuições da Superintendência Financeira;
- (h) supervisionar o processo de contratação de consultorias, conforme lhe for atribuído pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração da sua Controladora para a empresa visando garantir a maior efetividade dessas atividades; e
- (i) supervisioner os trabalhos de Desenvolvimento Empresarial, notadamente quanto à Gestão e Desempenho e seu monitoramento, para uma melhor execução tático-operacional.

Décima Quarta- A Sociedade será representada pela assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, podendo, cada um, através de procuração outorgada pela Sociedade, na forma do Parágrafo Segundo abaixo, ser substituído por cada um dos demais Diretores, sendo obrigatória, de todo modo, a participação de 2 (dois) Diretores para a execução do ato.

Parágrafo Primeiro. A prática dos seguintes atos pela Sociedade dependerá da assinatura conjunta do Diretor Presidente, do Diretor Vice Presidente Comercial e do Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, podendo, até dois deles, através de procuração outorgada pela Sociedade, na forma do Parágrafo Segundo abaixo, ser substituído pelo Diretor Vice Presidente de Operações e pelo Diretor Superintendente Financeiro, sendo obrigatória, portanto, a participação de 3 (três) Diretores para a execução do ato:

- (I) Qualquer movimentação financeira, por qualquer meio de pagamento envolvendo valor igual ou superior a R\$ 559.552,70 (quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reals e setenta centavos);
- (ii) Celebração de qualquer contrato de empréstimo, financiamento ou assunção de endividamento com instituições financeiras, em qualquer valor;
- (iii) Celebração de qualquer contrato de prestação ou aquisição de serviços ou contrato de compra ou aquisição de produtos ou materiais envolvendo valor igual ou superior a R\$ 559.552,70 (quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reals e setenta centavos), em uma só operação ou série de operações relacionadas num periodo de 12 (doze) meses; e
- (iv) A prática de qualquer dos atos acima envolvendo uma sociedade controlada pela Sociedade.

Parágrafo Segundo. As procurações outorgadas pela Sociedade serão assinadas pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, em conjunto , ou pelo Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente Comercial e Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos, em conjunto, a depender da matéria, na forma do caput e Parágrafo Primeiro desta Cláusula, especificarão os poderes outorgados e, salvo as procurações para representação da













Sociedade em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de duração de, no máximo, 1 (um) ano.

Parágrafo Terceiro. Procurações em desacordo com o previsto nesta Cláusula Décima Quarta somente terão validade mediante voto favorável de sócio CANDIDO PINHEIRO KOREN D€ LIMA.

Décima Quinta - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Presidente ou por 3 (três) Diretores em conjunto, com a presença da maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria somente ocorrerão com a presença do Diretor Presidente, que se obriga a estar presente, admitindo-se a presença por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, ou mediante procuração. Tal participação será considerada como presença pessoal na referida reunião. Caberá ao Diretor Presidente presidir e a outro Diretor escolhido na ocasião secretariar os trabalhos.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, sendo que, em caso de empate, prevalece o voto do Diretor Presidente.

Décima Sexta - Os sócios são impedidos de, em nome da sociedade, conceder avais, fianças ou quaisquer tipos de garantias que, alhelas aos interesses sociais, possam acarretar ônus ou suscitar responsabilidades à empresa.

Décima Sétima - Caso sejam praticados quaisquer dos atos compreendidos neste Capítulo, com inobservância das estritas regras proibitivas nele editadas, serão esses atos considerados absolutamente inválidos e ineficazes com respeito à sociedade e, portanto, não a vincularão, porêm obrigará, pessoal e ilimitadamente, o sócio ou quem infringi-la, sem prejuízo ainda das cominações legals aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Décima Oltava - O exercício social terá seu início no dia 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano civil, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, o balanço patrimonial, o inventário físico dos bens do ativo, bem como o balanço de resultado econômico da Sociedade. Fica definido que 10% (dez por cento) do lucro líquido, pelo menos, será pago aos sócios a título de distribuição de lucros, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Sociedade, sendo que o saldo seguirá a destinação que for acordada pela unanimidade dos sócios, devendo os prejuízos serem absorvidos pelos sócios na proporção das respectivas participações, nos termos do artigo 997, VII, do Código Civil.













pág. 12/15

Décima Nona - A sociedade poderá, por deliberação da unanimidade dos sócios, na forma da Cláusula Trigésima, leventar Balanços Intermediários em qualquer época do ano, dando ao lucroapurado a destinação acordada pela unanimidade dos sócios.

CAPÍTULO VIII - DA CONTINUIDADE DA EMPRESA

Vigésima - A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, neste contrato ou por deliberação dos sócios representando a totalidade do capital social, na forma da Cláusula Vigésima Ditava, sendo a reunião de sócios o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante que deverá funcionar no período de Riguidação.

Vigésima Primeira - A Sociedade não se dissolverá com a retirada, incapacidade, impedimento, exclusão, liquidação, recuperação judicial, falência ou morte de qualquer dos sócios, continuando com os sócios remanescentes, a menos que estes decidam liquidá-la.

Vigésima Segunda - No caso de morte ou ausência de qualquer sócio, as quotas do sócios morto ou ausente serão transferidas para o(s) seu(s) herdeiro(s) e sucessor(es).

Vigésima Terceira - Nas hipóteses de retirade, exclusão, interdição, impedimento, liquidação e falência de sócios, o preço médio das quotas, para fins de apuração de haveres, poderá ser agurado com base no valor do Patrimônio Líquido ou com base no valor econômico-financeiro da Sociedade determinado a partir de avaliação realizada por uma das empresas de auditoria das chamadas "Big Four", na forma definida no Acordo firmado entre os sócios e devidamento arquivado na sede da Sociedade.

Vigésima Quarta - Caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas na Cláusula anterior será dada ciência aos demais quotistas, os quais terão o prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da data em que for recebido o aviso, para manifestarem o direito de preferência na aquisição das quotas do sócio retirante, excluido, Interdito, Impedido, liquidado ou falido na proporção das que possuirem na sociedade.

Vigésima Quinta - Não se manifestando nenhum sócio dentro do prazo estabelecido na Cláusula anterior, as quotas poderão ser alienadas a terceiros, ficando, entretanto, condicionada a cessão e transferência destas quotas a terceiros, após a prévia aprovação da admissão do interessado, cessionário na sociedade, pelos sócios remanescentes...

Vigésima Sexta - Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, os ativos deverão ser utilizados para pagar todas as dividas da Sociedade. No caso de haver ativo remanescente, este seguirá a destinação que lhe for dada por sócios representando a totalidade do capital social.











Junta Comercial do Estado do Casali. Certifico registro sob a nº 5297497 em 05/12/2018 da Empresa HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA, Nire 23/200511165 e protocolo 141618/371 - 20/11/2010, Automicação: 70EB943629602D1E6EB960B06FES349755D115, Lanna Cardose do Alancar Seraine - Secretária-Geral, Para velicia este documento, acesse http://www.jucec.es.gov.br e informe nº do protocolo 18/161.837-1 e o código de segurança 9kg Fista otoria foi autenticada digitalmente e assinada am 06/18/2018 por Lonina Cardoso de Alencar Seraine — Secretário-Goral.

pág. 13/15

Vigésima Sétima - A exclusão de qualquer sócio é permitida mediante deliberação da totalidade dos demais sócios, em virtude de atos de inegável gravidade ou por motivos que constituam justa causa, demonstrado que tais motivos põem em risco a continuidade da empresa, alterando-se, para tanto, o Contrato Social.

Parágrafo Unico. A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios especialmente convocada par a esse fim, para permitir o comparecimento do sócio a ser excluído e o exercício de seu direito de defesa.

CAPÍTULO IX - DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Vigésima Oitava - As deliberações sociais serão adotadas mediante decisão favorável da unanimidade dos sócios, inclusive para qualquer alteração contratual, exclusão de sócios e nomeação/destituição de administradores. Em caso de eventual impasse, prevalecerá o voto do sócio CANDIDO PINHEIRO KOREN DE LIMA.

Vigêsima Nona - A sociedade poderá, por deliberação dos sócios representantes da totalidade do capital social, ou seja, por decisão unânime, na forma da Cláusula Vigêsima Oltava, transformer-se em outro tipo societário, incorporar outras empresas e por elas ser incorporada, cindir-se total ou parcialmente, fundir-se com outras empresas, participar de outras sociedades seja como quotista ou acionista, inclusive por meio de "joint-venture".

Trigésima - As deliberações sociais que não impliquem em alteração deste contrato social poderão ser aprovadas em reunião ou assembleia de sócios, respeitada a unanimidade estabelecida neste Capítulo, devendo igualmente prevalecer o voto do sócio CANDIDO PINHEIRO KOREN DE LIMA em caso de impasse.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Trigésima Primeira - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil, Lei nº 10.405/2002 e de outros dispositivos legais aplicáveis.

Trigésima Segunda - Com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja e independentemente do domiciliado atual ou futuro dos contratantes, fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, como o único competente para processar e Julgar quaisquer procedimentos que, direta ou indiretamente, decorram deste contrato social.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via, para todos os fins de direito.













Juria Comercial do Estado de Ceará

Cercitica registro sob o nº 5207497 em 05/12/2015 da Empresa HAPVIDA AGRISTENCIA MEDICA LTDA, Nere 33200511105 a protocolo 161618371

- 20/11/2016. Autreticação: 7469943d2039201655860B00PE53487550115. Eurora Cercidos de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar
este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 18/161.837-1 o o cédigo de segurança Skag Esta cópia foi autenticada
digitalmento e assinada em 05/12/2018 por Lamina Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral.

Dág. 14/15

V

Fortaleza, 28 de setembro de 2018.

Candido Pinheiro Koren de Lima

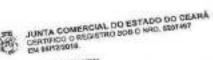
Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima

Candido Pinheiro Karan de Lima Júnior

Hapvida Participações e Investimentos S/A Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima

Hapvida Participações e Investimentos S/A Candido Pinheiro Koren de Lima Júnior Hapvida Participações e Investimentos S/A Gustavo Cheves Barros de Oliveira

(página de assinaturas da 94º Alteração do Contrato Social da Hapvida Assistencia Médico Ltda., realizada em 28 de setembro de 2018) Q/



PHENOMERA AND REAL METERS LYGAN DISTRICTOR 1874-1837-4







Junto Compretal de Estado de Ceará.

Certifico registro ado o nº \$207497 em 08/12/2018 da Empresa HAIPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA. Nire 22/200511105 e proteccio 181618371

- 20/11/2016. Autenticação: 765894382000001565888608084833487590115. Lentre Cardona de Afendar Seraine - Secretária Goral. Para validar este documento: socaso hitp://www.jucec.co.gor/liv e informe nº do protecció 18/161-807-1 e o código de segurança Biag Esta cópia foi autenticada digitalmente e assimado em 08/12/2018 por Lenina Cardona de Afendar Seraine - Secretária-Goral.

pág. 15/15

PROCURAÇÃO REF.: PROCURAÇÃO-DJ-0001/2020



OUTORGANTE: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Heráclito Graça, nº. 406, 2º andar, bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60.140-060, CNPJ/MF nº 63.554.067/0001-98, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, por seus administradores, Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº. 900010068-81 - 2º via - SSP/CE, Inscrito no CPF/MF sob p nº. 456.493.243-87, Candido Pinheiro Koren de Lima Junior, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº. 96009023938 - 2º via - SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 368.999.413-68, e Gustavo Chaves Barros de Oliveira, brasileiro, casado, executivo, portador do RG nº. 2007002014082, inscrito no CPF/MF sob o nº. 391.904.473-87, que abaixo subscrevem.

OUTORGADO: IGOR MACEDO FACÓ, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº. 16.470, com endereço profissional na Rua Dona Leopoldina, nº. 1.150, 7º andar, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60110-000.

PODERES: Todos aqueles necessários e suficientes para o foro em geral, administrativo ou judicial, especialmente os poderes das cláusulas Extra e Ad Judicia, com o fim de defender os direitos da OUTORGANTE, podendo ajulzar ações, nomear prepostos, apresentar defesas, contestações, impugnações, interpor todos os recursos cabíveis em lei, receber notificações e intimações, reconvir, transigir judicialmente – com limitação de obrigação financeira de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reals), usando, enfim, todos os recursos em Direito admitidos para a defesa dos direitos da OUTORGANTE, podendo substabelecer o presente Instrumento, no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes, tudo para o bom e fiel desempenho do presente mandato.

Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2020.

Jorge Fontours Pinheiro Koren de Uma RG nA 900010068-81.29 Va 95P-CE CPF/MF16.456499d\$3-87

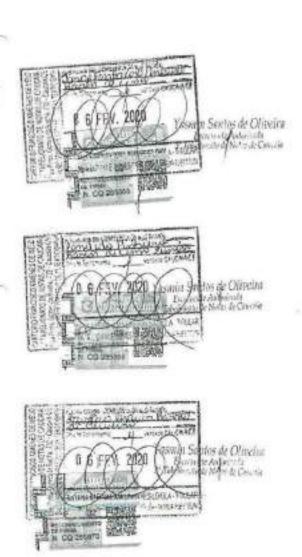
Candido Pinheiro Koren de Linna Junior RIS nº.96009023938 2ºVa 55P CE CPF/MFnA:368:999:413-68

Gustiwo Chaves Barros de Divelra NS+A.2007002014082

CPF/INFn#.391904,473-87









SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, SUBSTABELEÇO, COM RESERVAS DE PODERES, aos advogados/as: ALINE CARVALHO BORJA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 934.953.153-49 e na OA8-CE sob o nº. 18.267, BRUNA BRITO DO NASCIMENTO, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº. 038.439.753-02 e na OAB-CE sob o nº. 36.990, DANIEL SOARES CAVALCANTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 920.216.203-44 e na OAB-CE sob o nº. 17.659, FRANCISCO DE ASSIS BARROS DA SILVA JÚNIOR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 000.901.123-42 e na OA8-CE sob o nº. 20.092, HUGO LEONARDO PEGADO BENÍCIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. C09.489.434-59 e na CAB-CE sob o nº. 41.077-B, ISAAC COSTA LÁZARO FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 966.269.503-63 e na OAB-CE sob o nº. 18.663, ITALO REGIS DE VASCONCELOS CARVALHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 048.924.904.31 e na OAB-CE nº. 27.984, LAURA MARIA AMARO MARTINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 013.053.523-73 e na CAB-CE sob o nº. 22.874, LUIZ CARLOS VIDAL MAIA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 510.415.883-72 e na OAB-CE sob o nº. 20.266. MICHELE NOBRE FERREIRA BRINGEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 027.099.123-92 e na OAB-CE sob u nº. 25.577, RACHEL FEITOSA PONTES VICENTINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº, 000.660.143-01 e na OAB-CE sob o nº, 24.441, SILENO KLEBER GUEDES FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 456.492.603-97 e na OAB-CE sob o nº. 14.871, SILVIA LETÍCIA FERREIRA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 004.643.013-00 e na OAB-CE sob o nº. 23.717-B, todos com escritório profissional sito na Rua Dona Leopoldina, 1150, 7º andar, Centro, Fortaleza - Ceará, CEP 60110-000, os poderes a mim conferidos por HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. (CNPJ № 63.554.067/0001-98).

Fortaleza-CE, 20 de janeiro de 2020.

In Haut Four IGOR MACEDO FACÓ OAB/CE Nº 16.470

SUBSTABELECIMENTO

, in



Pelo presente instrumento, SUBSTABELEÇO, COM RESERVAS DE PODERES, aos advogados: MÁRIO JORGE MENESCAL DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/CE sob o nº 6.764, RÔMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.498, ANA CAROLINA MARTINS DOS SANTOS, inscrita na OAB/CE sob o nº 20.303, ANTÔNIO BARBOSA CAMINHA, inscrito na OAB/CE sob o nº 11.231 e FRANCISCO LUCAS DE AMORIM, inscrito na OAB/CE sob o nº 41030, todos com endereço para intimações na Av. Santos Dumont, nº 2626 - Manuel Dias Branco, Fortaleza - CE, os poderes a mim conferidos por HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., especificamente para apresentar esclarecimentos e documentos, obter cópia, apresentar defesas e recursos, nomear preposto e transigir, com limitação de obrigação financeira de até R\$ 10.000,00 (dez mil reals), nos autos do Processo nº 23.001.001.20-0007822, em trâmite na SECRETARIA-EXECUTIVA DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (DECON).

Fortaleza/CE, 04 de maio de 2021.

RACHEL FEITOSA PONTES VICENTINO

OAB/CE Nº 24,441 Rockel Fellose P. Virenau OAB/CE 24 441 Diesters Adjunto - HAPPICA

Intercorrências durante o tratamento independente de cuipa do profissional, que irá empregar toda técnica pautada na melhor literatura médica, Trata-se de noi exemplificativo contendo as complicações e riscos mais severos e/ou de maior incidência. Contudo, podem ocomer visando algançar os melhores resultados possíveis.

profissional médico e explanado no presente termo, incluindo os procedimentos necessários para tentar solucionar as situações imprevisíveis e/ou Aceito, portanto, correr os ríscos supramencionados e dou permissão/autorização para a realização do tratamento da forma exposta pelo emergenciais.

declaro que:

this a situation do tratamento proposto;

THE PARTY WAS THE SOUTH a conflictamenta, surtoriza a realização de tratamento proposto.

Doglaro, por the, exter pleasments settigite dom as informações recebitas, não restando neorbuma divida em relação ao tratamento que seriei submetida(a), sobretudo em relação aos riscos e complicações a ele inerentes.





PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

Ref. Processo Administrativo nº 23.001.001.20-0007822 Recorrente: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

DESPACHO

Trata-se de recurso interposto pela empresa ora reclamada (fls. 101/127), em face da decisão administrativa proferida por este órgão (fls. 81/90), que aplicou penalidade administrativa em decorrência de infração as normas consumeristas.

Com efeito, encaminhem-se os autos ao Excelentissimo(a) Procurador(a) de Justiça, conforme disposição do art. 25, § 2º da mesma Lei Complementar Estadual 30, de 26 de julho de 2002, submetendo-os à análise da Augusta Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (JURDECON).

> Expedientes necessários, Cumpra-se. Fortaleza, 11 de maio de 2021.

> > Hugo Vasconcelos Xerez
> > Promotor de Justiça
> > Secretário-Executivo

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO nº 0292/2020/SEPEPDC Fortaleza/CE, 15 de junho de 2020. Assunto: Cumprimento dos Termos da Recomendação nº 0002/2020/SEPEPDC¹

Referências: PA nº 09.2020.00001226-0 e

F.As. 23.001.001.20-0007261 e 23.001.001.20-0007221

Ao (À) REPRESENTANTE LEGAL HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA Nesta

Prezado(a) Senhor(a),

Cumprimentando-o cordialmente, com fundamento no Art. 15, §1°, da Lei Complementar Estadual nº 30/2002, tendo como referências as F.A. e Processo de Acompanhamento supracitado, venho requisitar de V. Sa., no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que se digne a cumprir a Resolução Normativa nº 453, de 12 de março de 2020, expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a qual dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus (Covid-19).

Referida solicitação deve-se as reclamações efetuadas neste Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor dos consumidores abaixo relacionados, o quais alegam que o procedimento adotado pelo plano para tratar da doença causada pelo coronavirus foi irregular.

1 - Consumidor: Karine Lima Verde Peixoto

CPF: 464.341.513-49 **Carteira:** 1,00002E+14 **Telefone:** 98730.9588

 $^{^1\,} Disponível\ em: \verb|\| http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2020/03/RECOMENDA\%C3\%87\%C3\%83O-ISMAEL-09.2020.00001226-0-Somente-Leitura-planos-de-sa\%C3\%BAde-e-rede-hospitalar.pdf>| http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2020/03/RECOMENDA%C3\%87%C3\%83O-ISMAEL-09.2020.00001226-0-Somente-Leitura-planos-de-sa%C3\%BAde-e-rede-hospitalar.pdf>| http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2020/03/RECOMENDA%C3\%83O-ISMAEL-09.2020.00001226-0-Somente-Leitura-planos-de-sa%C3\%BAde-e-rede-hospitalar.pdf>|$



PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR SECRETARIA EXECUTIVA

Guia medica: sem numero

Plano de saúde: HAPVIDA CREDENCIADA

23.001.001.20-0007261

F.A:

2. Consumidor: Ana Patricia De Araujo Viana

CPF: 023.469.064-09

Carteira: 02A5H.000001/00-7/02-3
Telefone: o contato foi via e-mail
Email: apaviana@gmail.com

Guia medica: não tem

Plano de saúde: HAPVIDA NOSSO PLANO **F.A:** 23.001.001.20-0007221

começou a usar hidroxicloroquina sem fazer o

OBS: teste

Ademais, requisito no mesmo prazo supracitado, que sejam informadas quais as medidas foram estão sendo tomadas para regularizar essas situações através do e-mail: proconce@mpce.mp.br.

Atenciosamente,

Liduina Maria De Sousa Martins Promotora de Justiça Secretária Executiva



Av. Augusto Severo, nº 84, 8º andar - Bairro Glória, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-040 Telefone: 2121050000 - http://www.ans.gov.br

Ofício nº: 986/2021/ASSEP/PROGE/DICOL

NUP: 33910.015101/2021-12

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSUNTOS: ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO À ATIVIDADE JURÍDICA

A Sua Excelência, o Senhor

Dr. Hugo Vasconcelos Xerez

Promotor de Justiça

Ministério Público do Estado do Ceará — Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor Secretaria Executiva

Rua Barão de Aratanha, nº 100. Centro
60050-070 — Fortaleza - CE

E-mail: hugo.xerez@mpce.mp.br; procon-ce@mpce.mp.br

Referência: Ofício n° 0313/2021/SEPEPDC. P.A. nº 23.001.001.20-0007822. Processo SEI / NUP n° 33910.015101/2021-12 (favor fazer referência a este número de processo nas correspondências à ANS).

Senhor Promotor de Justiça,

Nos termos do artigo 14, inciso XI do Regimento Interno da ANS, aprovado pela Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, e em atenção ao quanto requisitado por meio do expediente em referência, encaminhamos cópia do Despacho n° 1922/2021/DIRAD-DIFIS/DIFIS (SEI nº 21677848), exarado pela área técnica responsável.

Eventual resposta ao presente pode ser encaminhada por Ofício protocolado por meio eletrônico, pela página <u>ANS Digital</u>, item Protocolo Eletrônico — Usuários no SEI! https://www.gov.br/ans/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/ans-digital-1/usuarios-externos-1/protocolo-eletronico. Dúvidas quanto ao cadastro ou utilização do sistema podem ser dirimidas pelo telefone 0800-7019656.

Colocamo-nos à disposição e, por oportuno, indicamos o endereço eletrônico www.ans.gov.br onde pode ser encontrada toda a legislação que regulamenta as atividades das empresas que comercializam, administram ou disponibilizam planos de assistência suplementar à saúde.

Atenciosamente,

ADRIANA SUZANO DE CAMARGO CASTRO

Procuradora Federal Matrícula SIAPE n° 1357369 Assessora Especial da PROGE - ASSEP



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Suzano de Camargo Castro**, **Assessor** (a) Especial da PROGE, em 22/08/2021, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3ºdo art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.ans.gov.br/sei/autenticidade, informando o código verificador **21751316** e o código CRC **799C9AA8**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 33910.015101/2021-12

SEI nº 21751316



PROCESSO Nº: 33910.015101/2021-12

DESPACHO Nº: 1922/2021/DIRAD-DIFIS/DIFIS

À ASSEP

ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DE SUBSÍDIOS.

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.

REFERÊNCIA: OFÍCIO № 0313/2021/SEPEPDC (20561271). P.A. № 23.001.20-0007822.

- 1. Trata-se de Ofício expedido pelo Ministério Público do Estado do Ceará (20561271), por meio do qual foi encaminhada à ANS cópia da decisão administrativa proferida em face da operadora Hapvida Assistência Médica LTDA, em razão da constatação, nos autos do procedimento em epígrafe, de irregularidade na conduta da operadora no que tange à prescrição de tratamento aos pacientes diagnosticados com COVID-19.
- 2. Considerando que tais medicamentos não estão no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde estabelecido pela ANS (Resolução Normativa (RN) nº 465/2021);
- 3. Considerando que a prescrição Off Label é a critério do médico assistente com anuência do paciente;
- 4. A DIFIS apresenta a seguir suas considerações, no âmbito de suas competências regimentais.
- 5. Inicialmente, para fins de melhor atender ao presente encaminhamento, procedeu-se à consulta junto ao banco de dados do Sistema Integrado de Fiscalização SIF com o intento de traçar um panorama abrangente da questão.

Evolução das Reclamações NIP sobre COVID

Ano:	mēs	Setor	Hapvida	flapvida (spriente exames)		
	Mar	672	29	3		
	Abr	1.475	102			
	Mal	1.680	86	19		
	iun	2,002	88	29		
2025	Jul	3,516	113	74		
2000	Ago	1,597	75	43		
	Set	1.537	59	27		
	Out	1.231	43	22		
	Nav	1.170	52	21		
	Dez	1.175	40	28		
	Jen .	887	45	22		
	Fev	807	46	16		
	Mar	1,526	101	27		
200	Abr	1.325	98	26		
1021	Mail	1.280	105	26		
	Jun	1.133	85	27		
	IM	811	48	10		
	Ago	247	12	5		
Total	100	24.351	1.196	455		

Fonte: SIF-Consulta Data de extração: agosto/2021 Nota: Dados de agosto de 2021 atualizados até o dia 10.

Nota. Dados de agosto de 2021 atdalizados ate o dia 10.

Ano	Setor	Hagroda	
Indicador	92,54%	94,01%	

Fonte: SIF-Consulta Data de extração: agosto/2021

- 6. Em seguida, foi realizada pesquisa no banco de dados com o objetivo de identificar demandas de reclamação que se encaixem nos seguintes parâmetros: as demandas cadastradas a partir de 03/2020 até 08/2021 e a Palavra-chave: "KIT COVID". Como resultado, foram localizadas **02 (duas) demandas de reclamação** em que o termo é citado no relato da demanda. Ambas foram inativadas (ver item 19).
- 7. As reclamações em comento são processadas no fluxo da Notificação de Intermediação Preliminar NIP, instrumento regido pela Resolução Normativa RN n° 388/2015, que visa à solução de conflitos entre beneficiários e Operadoras de planos privados de assistência à saúde/Administradoras de Benefícios, constituindo-se em uma fase pré-processual. Frustrada a resolução consensual do conflito, subsistindo indícios de infração, processo administrativo sancionador poderá ser instaurado, nos termos do mencionado normativo. Nesse sentido, reforça-se que as demandas localizadas não necessariamente representam infração à legislação referente à saúde suplementar, o que será aferido no regular fluxo de análise de demanda.
- 8. Ainda no intuito de ilustrar melhor o cenário analisado, apresenta-se também, as medidas adotadas pela fiscalização no âmbito do enfrentamento da pandemia:

PAINEL COVID-19

- 9. Saindo do fluxo habitual, desde o começo de 2020, a ANS passou a fazer relatórios diários sobre a pandemia do Novo Coronavírus, tendo-se por base dados coletados dos registros de reclamações perante a ANS.
- 10. Para tanto, mostrou-se necessária a utilização de marcadores específicos relativos à COVID-19, cujo acompanhamento pode ser acessado pelo link: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJjoiNTMzYjNmZDqt0Dcz0C00ZTFmLWJhNzUtNjdIM2FkMjZjMGJmliwidCl6jilkYmE00D8jLTRmYTctNDJmNC1jYmEzLTBmYjEzNzVmYmU1ZjJ9
- 11. De acordo com o que se verifica quando acessado o painel, as reclamações referentes à pandemia do Coronavírus são classificadas em 8 tipos, conforme destacado abaixo, que podem ser classificadas em três grandes grupos, de acordo com o impacto direto ou indireto causado pela pandemia:

"GRUPO 1 - IMPACTO DIRETO:

- 1. negativa de cobertura para o exame;
- 2. sem requisitos para realização do exame, conforme normatização da ANS (RN nº 453/2020 e normativos posteriores); e
- 3. ausência de rede para realização do exame: reclamações diretamente relacionadas à pandemia do Coronavírus, quando o beneficiário encontrou dificuldades na realização do teste de detecção da COVID-19, incluído como cobertura obrigatório no rol de procedimentos a partir da edicão da RN nº 453/2020:
- 4. negativa de cobertura para tratamento ou internação;
- 5. ausência de rede para tratamento ou internação: reclamações diretamente relacionadas à pandemia do Coronavírus, quando o beneficiário encontrou dificuldades para internação ou tratamento em casos de suspeita/confirmação de infecção pelo novo Coronavírus

GRUPO 2 - IMPACTO INDIRETO:

6. dificuldades de acessos não relacionados ao Coronavírus: reclamações indiretamente relacionadas à pandemia do Coronavírus, nos casos em que o beneficiário teve dificuldade de acesso à consulta/tratamento em razão da situação imposta pelo problema ora enfrentado;

OUTROS

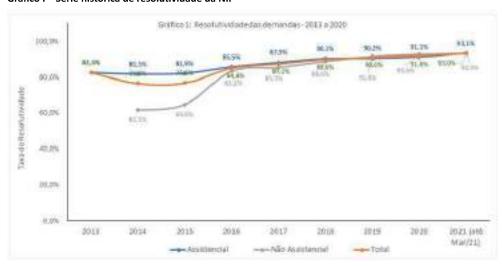
- 7. outras questões: classificação residual de demandas assistenciais;
- 8. demandas não assistenciais: reclamações que tiveram como referência outros temas que não a garantia de cobertura assistencial, mas em que o beneficiário foi diretamente afetado pela conduta e a situação seja passível de intermediação."
- 12. Tal painel permite o acompanhamento mais próximo acerca da atuação das operadoras de planos privados de assistência à saúde em tempos de pandemia. É atualizado <u>diariamente</u> e pode ser acessado por qualquer cidadão, haja vista que o *link* disponibilizado é público. Os relatos das demandas que contêm informações pessoais de beneficiários ficam registrados em outro local, para atendimento às regras de sigilo impostas pela legislação.
- 13. O painel de monitoramento do registro de reclamações, além de sinalizar uma visão geral para a atividade fiscalizatória da ANS, permite um olhar diferenciado às demandas ali classificadas, inclusive foi destacada equipe específica para tratar das demandas assistenciais de reclamação relacionadas diretamente com a COVID-19.

Procedimento especial no âmbito da NIP para acompanhamento das demandas inativas da COVID-19

- 14. Outra medida importante durante a pandemia foi a criação de um procedimento especial no âmbito da NIP para acompanhamento das demandas inativas da COVID-19. Excepcionalmente, foi adotado o seguinte fluxo nas demandas-NIP relacionadas à cobertura para exames e procedimentos inerentes à COVID-19:
- a) Extrai-se a relação de demandas sobre o tema, que são objeto de intermediação e já tiveram o prazo de resposta da Operadora expirado;
- b) Essa relação é enviada à Central de Atendimento da ANS para realização de contato ativo com o beneficiário, enquanto as demandas encontram-se no *status* de Aguardando Resposta do Solicitante; e
- c) O Disque ANS tenta contato por 3 vezes, em horários e dias alternados objetivando confirmar na fonte se o problema de fato foi resolvido com a operadora.
- 15. Dessa forma, essas demandas só são mantidas como inativadas na hipótese dos três eventos abaixo não terem ocorrido (ou seja, nenhum desses 3 eventos aconteceu):
 - 1. Caso os contatos ativos do Disque ANS não tenham sido bem sucedidos; e
 - 2. O beneficiário não respondeu o formulário eletrônico enviado via $\emph{e-mail}$; e
 - 3. O beneficiário não entrou em contato com o Disque ANS para informar a solução do conflito.

- 16. Em outras palavras, em tempos de pandemia, para demandas relacionadas à COVID-19, relativizou-se o previsto no art. 12, da RN nº 388/2015. Embora adequado sistematicamente o modelo de presunção de resolução de conflito na forma como concebido, entendemos como pertinente a busca ativa junto ao beneficiário ou interlocutor que registrou a demanda de reclamação. Também como medida adicional de gestão em tempos de pandemia foi destacada equipe específica para análise de demandas relacionadas ao tema.
- 17. Os resultados são claros. A premissa geral da ANS em que a cada 10 demandas, 9 são resolvidas no âmbito da NIP, foi confirmada também para as demandas relacionadas à COVID-19.
- 18. É importante destacar, como se observa no gráfico que, em 2020, a ANS atingiu o maior índice de resolução de demandas de consumidores desde 2013, solucionando 91,6% das queixas registradas em seus canais de atendimento. A cada 100 demandas, 91 foram resolvidas pela intermediação de conflitos.

Gráfico I - Série histórica de resolutividade da NIP



19. O índice de 91,6% alcançado em 2020 mostra a efetividade da NIP na solução ágil de problemas dos consumidores. Mesmo o ano passado tendo sido atípico, em razão da pandemia da Covid-19, a ANS conseguiu dar as respostas necessárias à sociedade, atingindo esse patamar histórico de resolutividade.

Resolutividade de demandas relacionadas à Covid-19

20. Quanto a demandas relacionadas à Covid-19, o índice de resolutividade das queixas gerais atingiu 90,8%. Especificamente sobre queixas relativas a exames de diagnóstico (RT-PCR), o índice chegou a 93,2%. Em relação aos exames para identificação de anticorpos (testes sorológicos), o índice chegou a 92,8%.

Outras ações fiscalizatórias relacionadas à pandemia

- 21. A partir de demandas do Ministério Público ou Defensoria Pública, decisões do Poder Judiciário, diversas ações fiscalizatórias pontuais foram adotadas por meio do envio de ofícios, agendamento de reunião, entre outras medidas.
- 22. Em resumo, a DIFIS vem se mostrando, desde março de 2020, atenta para a adoção de medida extraordinária fora do fluxo habitual da fiscalização reativa.
- 23. Dados da Fiscalização no ano de 2020 com enfoque na pandemia também passaram a fazer parte integrante do Boletim COVID-19, (https://www.gov.br/ans/pt-br/arquivos/assuntos/coronavirus-covid-19/boletim-covid-19/2021/boletim-covid-19-ans_2021-junho.pdf), em conjunto com dados de outras Diretorias. O boletim é publicado mensalmente e além de informações de reclamação dos beneficiários conta com algumas de ordem econômico-financeira, assistenciais. A evolução de beneficiários no setor também é acompanhada.
- 24. Cita-se, ainda, as ações adotadas no Programa Parceiros da Cidadania, com fulcro no art. 4º, XXXVI, da Lei nº 9.961/2000. O referido Programa é ferramenta estratégica na articulação entre a ANS e órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) no País. Consiste na celebração de acordos de cooperação técnica com Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e Procons, visando à criação de canais de comunicação e intercâmbio de informações sobre matérias referentes à saúde suplementar. Todas as informações do Programa podem ser obtidas em https://www.gov.br/ans/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/parceiros-da-cidadania).
- 25. Dentro do contexto de enfrentamento da pandemia do COVID-19, reforçamos a prospecção de novas parcerias no âmbito do Programa Parceiros da Cidadania. Destaca-se a celebração de novos acordos de cooperação técnica, com destaque para os firmados com órgãos pertencentes à região Norte do País, como as Defensorias Públicas dos Estados do Amazonas e de Rondônia, os Ministérios Públicos dos Estados do Amapá e Amazonas e Procon do Estado do Pará.
- 26. Importante destacar que em maio de 2020, a ANS possuía 32 Acordos vigentes nas cinco regiões do Brasil, além do acordo com o Conselho Nacional de Justiça, com atuação em âmbito nacional, conforme mapa abaixo:



27. Em agosto de 2021, com as propostas em celebração, a ANS terá 44 (quarenta e quatro) Acordos de Cooperação Técnica vigentes nas cinco regiões do Brasil, incluindo o acordo com o Conselho Nacional de Justiça e estará presente em todo o território nacional, fechando assim todas unidades federativas. O aumento do número de Acordos representa aproximadamente 38% de crescimento no período



28. A tabela abaixo traz os números de beneficiários nos últimos anos, de acordo com a segmentação contratada.

Tabela III - Evolução do número de beneficiários, de acordo com a segmentação assistencial, de 2014 a 2021

Cobertura Assistencial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (junho)			
Assistência Médica	50.531.748	49.279.085	47.669.146	47.136.515	47.124.930	47.064.289	47.623.935	48.238.177			
Excl. Odontológico	20.081.836	20.780.720	21.173.811	22.366.942	24.248.049	25.858.153	26.925.329	27.818.231			
Total	70.613.584	70.059.805	68.842.957	69.503.457	71.372.979	72.922.442	74.549.264	76.056.408			
Fonte: TabNet e Metabase-SIB Data da extração: agosto/2021											

- 29. Por todo o exposto, verifica-se que assuntos dessa natureza têm sido tratados com a cautela necessária no âmbito das competências regimentais desta Diretoria de Fiscalização DIFIS.
- 30. São essas as considerações atinentes à Diretoria de Fiscalização. À disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

26/08/2021

SEI/ANS - 21677848 - Despacho

OBS.: Atenção - Antes de assinar verifique se possui autoridade no Regimento interno da ANS para assinar este tipo de documento.



Documento assinado eletronicamente por Andre Luis Fortes Unes, Diretor(a)-Adjunto(a) da DIFIS, em 19/08/2021, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3ºdo art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.ans.gov.br/sei/autenticidade, informando o código verificador 21677848 e o código CRC 5AB95D46.

Referência: Processo nº 33910.015101/2021-12

SEI nº 21677848